

JOSUE DE CASTRO

REVISTA
AD

GEOGRAFIA DA FOME

A FOME NO BRASIL

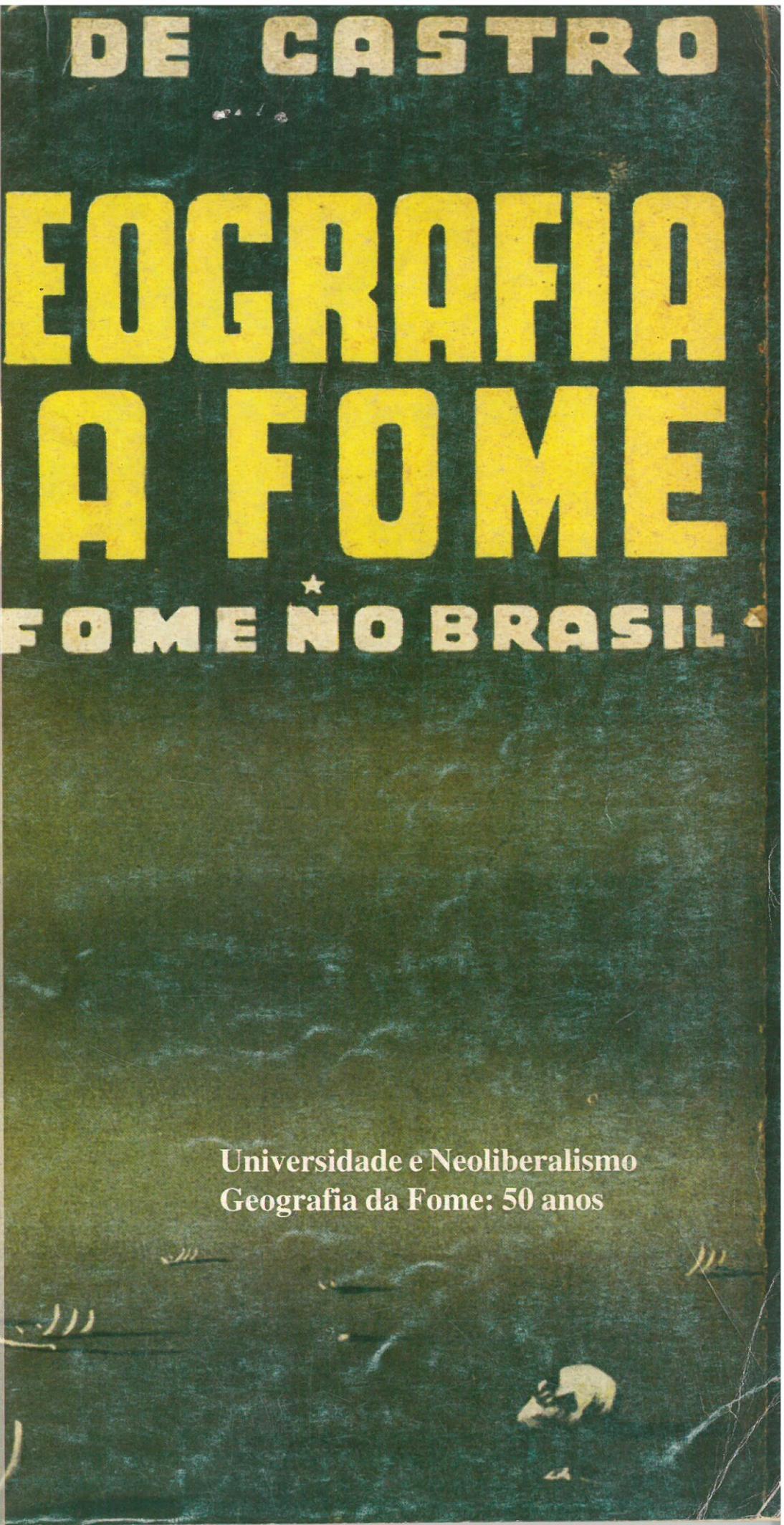
ASDUERJ

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UERJ

9

DEZEMBRO DE 1996

Universidade e Neoliberalismo
Geografia da Fome: 50 anos



expediente

ADVIR
é uma publicação da Associação
de Docentes da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro - ASDUERJ.

SEDE
Rua São Francisco Xavier, 524
1º andar, Bloco D, Sala 1026, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ
CEP 20550-013 • Tel: 2649314 • FAX: 2844350

DIRETORIA BIÊNIO 95/97
Presidente: Roberto Lopes de Abreu
I Vice-Presidente: Cláudia Gonçalves de Lima
II Vice-Presidente: Aníbal Moura
I Secretário: Ângela Piraciaba
II Secretário: Nilson Ramirez
I Tesoureiro: Susana Padrão
II Tesoureiro: Ademir Figueiredo

CONSELHO EDITORIAL
Aníbal Moura
Cláudia Gonçalves de Lima
Deise Mancebo
Gustavo Bayer
Hindenburgo Pires

EDITOR RESPONSÁVEL
Hindenburgo Pires

CONSELHO CONSULTIVO
Antônio Carlos da Silva (Biologia)
Antônio Celso Pereira (Direito)
Carlos Alberto Mandarim (Biologia)
Cláudio Ulpiano (Filosofia)
Elisabeth Silveira (Educação)
Eurico Zimbres (Geologia)
Gustavo Bernardo Krause (Letras)
Heliana Conde (Psicologia)
Jader Benuzzi Martins (Física)
José Augusto Quadra (Medicina)
Junito Brandão (Letras / In Memoriam)
Lilian Nabuco (Jornalismo)
Luiz Sebastião Costa (Engenharia)
Maria Beatriz de Albuquerque David (Economia)
Rose Mary Serra (Serviço Social)
Sérgio Francisco (Música)

FICHA TÉCNICA
Edição Visual: Leila Braile
Produção Editorial: Sérgio Franklin
Ilustração: Otto Galvão
Fotografia: Maxmiliano Nogueira
Ilustração de Capa: Reprodução da edição original da Geografia da Fome
Execução Gráfica: Danke Studio Gráfico 2603710
Tiragem: 2500 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Aos filiados da Asduerj; Associações Docentes Filiadas à Andes; Institutos de
Pesquisa e Ensino Superior; Bibliotecas Públicas; Câmara de Vereadores;
Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Executada pela
secretaria da Asduerj: Arlete Cândido, Maxmiliano Nogueira e Marcello Silva.

E

XISTEM duas grandes tendências que procuram pensar os rumos e o papel da universidade brasileira nesta era de globalização e neoliberalismo: a primeira defende a idéia de que a universidade está fadada ao imperativo do mercado e que o futuro da universidade depende de sua inserção no mercado global; a segunda acredita que é possível repensar os rumos da universidade brasileira e construir um paradigma alternativo, no qual a universidade se aproxime mais das necessidades da sociedade do que projetos de curto prazo da "pseudo-racionalidade" do mercado.

Diante do dilema entre o imperativo e o alternativo nos rumos da universidade brasileira, o Conselho Editorial da revista ADVIR acredita que o exercício de pensar uma saída dialética para a universidade em um contexto de neoliberalismo é o principal desafio da universidade brasileira neste final de século.

No intuito de pensar esta via alternativa, a revista ADVIR Nº 9 brinda o leitor com o caloroso debate entre nossos articulistas sobre estas duas perspectivas, na Seção Ponto de Vista.

A revista ADVIR Nº 9 inaugura a Seção Ponto Crítico homenageando os 50 anos de publicação da obra de Josué de Castro: *Geografia da Fome*, com um trecho do livro publicado em 1966: *O Ciclo do Caranguejo*. O texto oferece-nos um retrato literário singular de uma paisagem imaginária do Recife antigo que a cada dia vem desaparecendo. Se antes as famílias de inúmeros nordestinados tinham o mangue e a lama como paraíso, nas margens do Beberibe e do Capibaribe, e esse paraíso era uma terra de ninguém, hoje a coisa é bem diferente, a paisagem dos mangues cedeu lugar aos aterros, dos aterros surgiram os loteamentos, dos loteamentos as construções, das construções surgiram novas áreas e espaços, dotados de serviços e infra-estruturas, fora do alcance daquelas famílias. Em muitos lugares do Recife antigo, onde Josué de Castro viu mangue às margens dos rios Capibaribe e Beberibe, hoje vemos: loteamentos habitacionais, no lugar do antigo manguesal do Coque, cantado em versos pelo Gonzaguinha; a imponente construção do Shopping Guararapes, no lugar do antigo manguesal do Mata-Sete; hospitais e escritórios, no lugar do antigo manguesal da Ilha do Leite. Onde se podia ver a paisagem dos manguesais de Afogados, pelas semi-abertas janelas dos trens a diesel da RFFSA, hoje se vê novos loteamentos e construções, agora pelas janelas fechadas e transparentes do Metrô de Superfície do Recife - Metrorec. No lugar onde havia inúmeros manguesais nas antigas ilhas do Leite e Joana Bezerra, cujo acesso era feito apenas por barcas, hoje só os nomes nos lembram que naquele local havia ilhas, interligadas por viadutos e estradas ou por aterramentos de mangues. Os coloridos dos out-doors e dos neons roubaram os últimos vestígios da paisagem dos manguesais.

Na época de Josué de Castro o pobre procurava o alimento no paraíso dos caranguejos, o "mangue", hoje com a emergência dos aterros, dos loteamentos e das estradas, o pobre não conta mais com este paraíso para procurar parte de seu sustento.

A revista que o leitor irá ler, representa o produto do empenho de todos aqueles que acreditam na construção de uma universidade capaz de pensar a sociedade, não só com projetos de curto prazo e interesses elitistas, mas capaz de pensá-la no presente com a antevisão de projetos de longo prazo e de dimensões mais voltadas para a solução de seus graves problemas.

Faz parte da filosofia editorial da revista ADVIR abrir espaço, de maneira que a manifestação de opiniões divergentes se torne mais que uma mera evidência de seu caráter democrático, revelando a face acadêmica da qual esta revista jamais abrirá mão de expor. Compete ao leitor o julgamento dos conteúdos dos artigos e das críticas veiculadas; não podemos substituir a expressão de uma obra, que só a angústia ou alegria de quem a constrói é capaz de transmitir, nos seus aspectos psicológicos ou parapsicológicos.

Hindenburgo Pires
Editor Responsável

Orientação aos Colaboradores

ADVIR é uma revista semestral e publicará, preferencialmente, artigos de professores da UERJ, que abordem temas relacionados à universidade em todos os seus aspectos: político, administrativo, acadêmico, científico e cultural. Por ser uma política que se propõe a atingir um público abrangente, ADVIR não publicará artigos científicos especializados. Serão aceitos, contudo, artigos de divulgação científica, que deverão ser escritos de forma a permitir o entendimento por leitores de outras áreas de conhecimento.

ENTREVISTA

Os Conselhos Editorial e Consultivo definirão o tema desta seção e indicarão nomes de possíveis entrevistados, aceitando-se sugestões de temas e nomes.

PONTO DE VISTA

Serão publicados artigos assinados, com opiniões diferenciadas acerca do tema central, previamente definido e divulgado.

ACADEMIA

Publicará artigos não-especializados a respeito da produção acadêmica de professores da UERJ. A cada número, ADVIR procurará contemplar as diferentes áreas de conhecimento. As contribuições para esta seção não necessitam estar relacionadas ao tema central.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Publicará matérias que analisem e divulguem projetos e experiências de interesse nestes campos.

ARTE & CULTURA

Publicará textos sob as formas de resenha, crítica ou artigo sobre temas relacionados aos campos da arte e cultura.

OPINIÃO

Publicará textos que expressem a opinião pessoal sobre tema de livre escolha do autor.

CÁ ENTRE NÓS

Publicará cartas recebidas, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial.

DOCUMENTO

Publicará material de caráter histórico e documental, no todo ou em parte, preferencialmente relacionado ao tema central da revista.

CRITÉRIO PARA O ENVIO DE ARTIGOS

1. Artigos de alunos de graduação e Pós-graduação devem ser enviados junto a uma recomendação por escrito de um professor da área.

2. Notas e referências bibliográficas deverão ser colocadas ao final do texto, conforme padrão da ABNT.

3. Toda matéria recebida será submetida ao Conselho Consultivo, que decidirá em caráter definitivo da sua publicação ou não.

4. Fotos e ilustrações serão aceitas como contribuições, mesmo que não se façam acompanhar por artigos. As fotos e ilustrações que vierem a ser utilizadas serão publicadas em p/b ou em policromia caso venham a ser utilizadas na capa da revista e trarão os créditos do autor. ADVIR não se responsabiliza pela devolução do material recebido.

5. Os artigos deverão necessariamente ser enviados já digitados em programas compatíveis com o ambiente Windows.

6. A dimensão total dos textos não poderá ultrapassar o limite de 6 laudas, contendo cada uma delas 30 linhas, fonte times new roman, tamanho 12, em espaço duplo (incluindo-se referências bibliográficas, notas, gráficos, etc.)

7. O texto deverá vir necessariamente acompanhado do nome completo do autor, instituição e setor onde trabalha, última titulação, telefone e endereço completo.

8. Os artigos que pretendam publicação na edição do segundo semestre de cada ano deverão ser entregues à secretaria da Asduerj até o dia 30 de novembro.

9. Os artigos que pretendam publicação edição do segundo semestre de cada ano deverão ser entregues à secretaria da ASDUERJ até o dia 30 de junho.

10. Independentemente destes prazos, os artigos serão recebidos em qualquer época do ano e, se aprovados pelo Conselho Consultivo, passam a fazer parte do Banco de Artigos da revista, aguardando publicação.

5

.....
Ponto de Vista

UNIVERSIDADE & NEOLIBERALISMO: ALTERNATIVAS

Autonomia universitária - gestão e financiamento
Autor: Nestor Barbosa de Andrade

A função social da universidade em tempos de globalização
Autor: Ney Luiz Teixeira de Almeida

Universidade brasileira em tempos de neoliberalismo
Autor: Henrique Garcia Sobreira

Das leituras erradas sobre o neoliberalismo à falta de criatividade nas propostas.
Autor: Hugo Lovisolo.

Neoliberalismo e parapsicologia
Autor: Pablo Gentili

sumário

36

.....
Academia

Perspectiva para o estudo da administração
Autor: Antonio R. Fernandez Jr.

Mulher, gênero feminino (da repressão a um momento de conquistas)
Autora: Vera Filgueiras

A família no Estado Novo.
O discurso e a prática dos primeiros assistentes sociais no antigo Distrito Federal
Autoras: Mônica Maria Torres de Alencar, Aline de Carvalho Martins, Denise Nicácio Pereira.

Confronto entre as abordagens teóricas do desenvolvimento e da aprendizagem
e a construção da cidadania
Autora: Maria Regina Maciel

51

.....
Ponto Crítico

GEOGRAFIA DA FOME, 50 ANOS.

O ciclo do carangueijo
Autor: Josué de Castro

Josué de Castro e a estranha geografia da fome
Autora: Anna Maria de Castro

Fome e obesidade: dois lados da mesma exclusão social
Autores: Rosely Sichieri e Ricardo Tavares.

A fome e a reforma agrária
Autor: João Pedro Stédeli

A fome no país da abundância
Autor: Plínio Fleury Júnior

Políticas de desenvolvimento e fome no Brasil
autora: Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

79

.....
Ensino, Pesquisa & Extensão

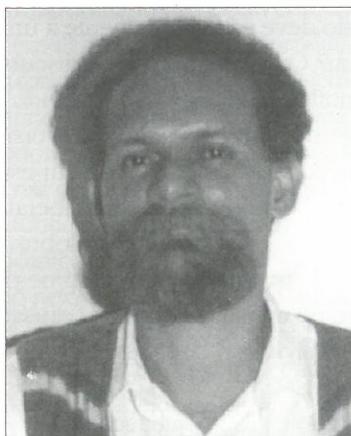
A extensão universitária enquanto concepção político-metodológica do ensino e da pesquisa
Autora: Maria das Graças Medeiros Tavares

Universidade: a dialética do mercado e da sociedade

Alternativas para a universidade em um período de neoliberalismo

HINDENBURGO FRANCISCO PIRES

Professor do Instituto de Geociências da Uerj



AO se pensar sobre as alternativas existentes para a universidade em um período de neoliberalismo, dois grandes temas da atualidade imediatamente emergem como pontos de partidas: o mercado e a sociedade.

A definição de princípios que balizam a função da universidade passa necessariamente pelas questões: deve a universidade estar direcionada para o mercado ou para a sociedade? Como combinar e desenvolver esta dupla função da formação universitária, sem desvirtuar e privilegiar esta orientação em detrimento de um ou de outro aspecto? Eis aí uma das contradições básicas da função da universidade e de sua crise de identidade.

UNIVERSIDADE E MERCADO

A idéia de que a universidade latino-americana deve buscar sua autonomia e conquistar uma independência maior e real dos recursos do estado e do poder público não é original e nem atual. Numa época de crise política do estado-provedor e de crescente austeridade orçamentária e financeira, acredita-se que uma das saídas para vencer a redução dos investimentos na área da educação, é a adequação da universidade e do ensino profissionalizante ao mercado.

Como as universidades podem se adequar às exigências do mercado e contribuir para o aprimoramento do sistema produtivo? Formando recursos humanos de qualidade; auxiliando a aprimorar a capacidade competitiva das empresas; concebendo novas tecnologias que viabilizem a elevação da produtividade econômica; aperfeiçoando a organização e administração das atividades produtivas. Mas, nem sempre a pesquisa e a investigação científica conseguem se adequar às necessidades do mercado, e não são todos os pesquisadores que aceitam perder a liberdade de criação ou de elaboração de uma pesquisa, direcionando-a apenas a interesses que são eminentemente voltados para o mercado ou para o aperfeiçoamento do sistema produtivo nacional.

Alguns defensores do ideário do discurso neoliberal acreditam que as universidades públicas estão divorciadas do mercado e ignoram o processo de globalização. Segundo ainda estes, as universidades devem buscar meios de se tornarem competitivas, produtivas e procurar formas estáveis de se auto-sustentarem e se tornarem autônomas; devem ser capazes de proverem o caráter de suas produções: acadêmica, científica e social,

com seus próprios recursos; devem estar voltadas para o mercado e para a promoção do desenvolvimento de inovações tecnológicas, direcionadas para o aprimoramento da competitividade do sistema produtivo nacional.

Estas afirmações são em parte verdadeiras e são difíceis de serem refutadas, mas não são suficientes para nortear e dar consistência ao verdadeiro papel que a universidade deve cumprir na promoção do desenvolvimento social, na resolução dos problemas sociais, na formação profissional e na elevação da dimensão imaginária e coletiva da sociedade.

Não serão estas assertivas uma exacerbação economicista da dimensão do mercado e de seu papel na manutenção da atividade universitária? Por outro lado, pensar a universidade destituída da dimensão do mercado pode ser também uma outra exacerbação ingênua do papel da atividade universitária na lógica reprodutiva do capitalismo tardio. Procurar formas de combinar estas duas dimensões: o mercado e a sociedade, sem desvirtuar ou privilegiar um ou outro aspecto, da função institucional da universidade, eis aí uma das perspectivas do raciocínio dialético e crítico pós-moderno.

O discurso das tendências vinculadas ao neoliberalismo tende a justificar ideologicamente a inserção das universidades no mercado globalizado como um imperativo, mas como efetuar esta "inserção" desmontando as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D)? Como efetuar esta inserção, no mercado globalizado,

abrindo mão da estratégia de capacitação tecnológica e da soberania político-administrativa dos instrumentos governamentais de regulação do mercado? Que inserção é esta, na qual pesquisadores e professores continuam recebendo salários indecentes e profundamente desproporcionais aos salários que são pagos, pelo mesmo trabalho, nas universidades dos países ricos? A lógica da competitividade e dos investimentos em P&D não tem sido aplicada, com a mesma ênfase, para os salários dos pesquisadores e dos professores, mesmo quando estes são considerados, por inúmeros processos de avaliação, socialmente produtivos.

Existe um relativo consenso na idéia de que a universidade precisa alcançar níveis de excelência e de produtividade social. Mas, para que mercado deve estrategicamente a universidade se voltar? Quase sempre esse discurso tende a ser camuflado (fetichizado), deixando de evidenciar o verdadeiro papel que a universidade deve cumprir para a sociedade e o bem-estar social.

Em quase todo discurso neoliberal moderno, o mercado é ideologicamente sobrevalorizado. Nesta narrativa o mercado assume o papel semântico de um sujeito-agente (causador voluntário) do processo de construção do projeto de sociedade.

Segundo o julgamento tecnocrático neoliberal, o papel da universidade tende a se restringir apenas à função econômica que esta cumpre no sistema produtivo, ou então, às funções que são arbitrariamente delegadas pelo estado através de seus mecanismos de financiamento.

**O discurso das
tendências vinculadas
ao neoliberalismo tende
a justificar
ideologicamente a
inserção das
universidades no
mercado globalizado
como um imperativo**

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Guardiã por excelência da produção científica e cultural da sociedade, a universidade não pode ter o seu papel limitado apenas as regras de adequação ao mercado, típicas de sua função econômica. Além de ser presidida pela função econômica, a universidade possui também funções sociais, simbólicas e culturais.

Querer impor à universidade pública os novos paradigmas organizacionais de algumas empresas privadas significa retirar-lhe o princípio de autonomia institucional e o caráter social de sua produção cultural. A universidade é presidida por uma lógica muito mais complexa e abstrata em suas funções sociais do que a lógica que preside e regulamenta a vida empresarial.

Embora tenha havido um crescimento expressivo do ensino universitário, a extensão deste crescimento fica cada vez mais longe de se aproximar das necessidades dos filhos da classe trabalhadora. Com uma estrutura cada vez mais excludente e elitista, o sistema universitário tem desintencionalmente aprofundado o fosso que assegura a lógica da reprodução do sistema de apartação social da sociedade burguesa.

Uma crise de identidade institucional emerge em decorrência do processo de dissimulação destas práticas pseudo-democráticas, onde todos participam abstratamente em igualdade de oportunidade e poucos, pertencentes aos segmentos ou as categorias da classe trabalhadora, conseguem se tornar demandadores do conhecimento social acumulado (ciência) e da produção cultural, produzidos pelo sistema universitário.

Com o agravamento da crise financeira do estado-provedor e coincidentemente com a emergência da crise de identidade institucional da universidade pública, o caráter de sua produção social e econômica passaram a ser cada vez mais questionado pelos representantes do neoliberalismo estatal, que desejam reavaliar e redefinir a sua função institucional.

A crise de identidade institucional da universidade tende a diminuir quando esta redefina e aprofunda as suas funções sociais e culturais. Isso não significa que a universidade deva prescindir de suas funções econômicas. Mas, a produção universitária não pode ser convertida à lógica do fetichismo da mercadoria, na qual o produto do sistema universitário atende mais as regras de

Guardiã por excelência da produção científica e cultural da sociedade, a universidade não pode ter o seu papel limitado apenas às regras de adequação ao mercado.

A crise de identidade institucional da universidade tende a diminuir quando esta redefina e aprofunda as suas funções sociais e culturais.

simulação da produção global de mercadorias do que as necessidades da sociedade.

Segundo Boaventura de Souza Santos, no livro *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*, pp. 217-216, o economicismo, que deriva do processo de exarcebação da função econômica da universidade:

“... consiste em conceber o produto universitário como um produto industrial, ainda que de tipo especial, e conseqüentemente em conceber a universidade como uma organização empresarial. Este viés está hoje muito difundido e a sua vigência incontrolada representa um perigo importante para a autonomia institucional universitária.

O perigo deriva basicamente de dois vectores: o ciclo do produto e o ciclo do processo de produção. Quanto ao primeiro vector, *o ciclo do produto*, o perigo resulta de o produto industrial ter um ciclo mais curto do que o do produto universitário. A lógica da rentabilidade do investimento tende a favorecer o curto prazo em detrimento do longo prazo, e por isso só um número reduzido de empresas faz investimento estratégico, orientado para o médio e o longo prazo. A aplicação desta lógica ao desempenho da universidade tende a favorecer utilidades de curto prazo, sejam eles cursos curtos em detrimento de cursos longos, formações unidireccionadas em detrimento de formações complexas, investigação competitiva em detrimento de investigação pré-competitiva, reciclagem profissional em detrimento de elevação do nível cultural, etc., etc. E isto é tanto mais perigoso quanto é certo que “... a universidade é uma das poucas instituições da sociedade contemporânea onde ainda é possível pensar a longo prazo e agir em função dele.”

Das leituras erradas sobre o neoliberalismo à falta de criatividade nas propostas

HUGO LOVISOLO

Professor do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da UERJ



NO atual panorama internacional e nacional, a categoria política mais mencionada é: neoliberalismo. O termo, como pode ser facilmente registrado, se expande pela sociedade, e valha como exemplo: um amigo foi acusado de neoliberal pelo seu filho por ter comprado uma bicicleta mais barata do que aquela que tinha sido solicitada. O uso acusatório do termo também faz lembrar os tempos em que qualquer opinião ou reivindicação, contrária aos donos do poder, era classificada como "subversiva".

As intervenções discursivas alinham-se contra ou a favor daquilo que entendem seja o neoliberalismo e suas políticas. Para as forças ditas progressistas, democráticas ou de esquerda, o termo passou a significar tudo aquilo de que não gos-

tam: o neoliberalismo e o mal seriam quase a mesma coisa. Decorrem da insistência com a qual priorizam os fantasmas e as realidades do neoliberalismo duas sensações e tentações de reflexão. A primeira, seria a de que estamos diante de uma relação de amor e ódio. A segunda, da perda da independência da análise de esquerda que se torna caudatária do discurso neoliberal. Como resultado, a única conduta possível, no contexto da política universitária, é a de reiterar ao infinito as demandas de gratuidade do ensino superior e de, sempre, maiores recursos.

Em particular, na UERJ, as coisas não acontecem de modo diferente. As forças autotransformadas como progressistas entendem que qualquer enunciado contrário a uma universidade totalmente "pública", totalmente gratuita e com orçamento totalmente satisfatório é neoliberal. Mais ainda, de modo dominante, as forças progressistas entendem que se o orçamento universitário não aumenta, ou qualquer outro orçamento a serviço das demandas sociais, isso é resultado das mentalidades e políticas neoliberais, que seriam contrárias à educação e "ao social". Tudo indica que, para as forças ditas progressistas, sem aumento de recursos humanos e materiais a educação pública não poderia aperfeiçoar nem aprimorar seu funcionamento. Os políticos no poder, se não fossem neoliberais, entenderiam essas coisas, pensam e dizem as forças progressistas. Mais uma vez, o discurso progressista parece cair na armadilha de considerar a aliança no governo do Estado como homogênea e a ideologia neoliberal como um sistema integrado e sem fraturas.

Apresentar as coisas desta forma parece-me tanto inverídico como simples em demasia. Mais ainda, o ataque ao neoliberalismo corre o risco de tornar-se um poderoso alibi para escamotear as deficiências na distribuição e utilização dos recursos e tapar os males do funcionamento da educação, em especial, universitária. A defesa uniforme e radical, diante das críticas ditas neoliberais aos sistemas educativos, pode levar à não mudança, ao reforço das iniquidades e do corporativismo carente de ética. Reconhecer que há críticas bem

fundadas não significa ser neoliberal, embora o clima emotivo e preconceituoso dos debates provoque o domínio, na universidade, dessa classificação acusatória. Da mesma forma que, em outras épocas, criticar o governo não significava automaticamente ser subversivo.

No número de abril de 1996, a Revista *Advir*, da ASDUERJ, publicou um artigo do Prof. Pablo Gentili, crítico ao neoliberalismo, sob o título: *Mentiras que parecem verdade*. O artigo destaca-se entre a nuvem de panfletos e discursos por pretender organizar idéias e dados de forma favorável para o debate acadêmico. O Prof. Gentili merece ser felicitado pela sua intenção, embora criticado pelos resultados.

No Brasil, o debate entre os intelectuais não é moeda corrente. É, pelo contrário, uma moeda rara. Como acredito que o debate é importante, sobretudo o debate acadêmico, e também por acreditar que o artigo pouco colabora para uma melhor compreensão de questões significativas do momento político e para a formulação de alternativas, decido reivindicar o direito da crítica, um valor do discurso progressista.

O artigo inicia-se por um título perverso que choca a linguagem e a inteligência. Perverso por induzir à confusão de erro com mentira. Uma mentira, como já ensinou Montaigne no seu ensaio sobre o tema, é correntemente uma afirmação contrária àquilo que se sabe ou se acredita. Classificar um enunciado de mentiroso é, portanto, realizar uma crítica moral ao emissor. Classificar um enunciado de errado é realizar uma crítica cognitiva. A mentira pode ser julgada pelo costume ou legalmente; o erro apenas pode ser corrigido. Se não acreditamos em Deus e ele existe não estamos sendo mentirosos, apenas poderemos estar errados. Ou seja, eu não sei se o Prof. Gentili está afirmando que os neoliberais estão errados, que, de fato, acreditam no que dizem, porém o que dizem está errado, ou que não acreditam no que dizem e, portanto, são mentirosos. A primeira alternativa situa-se dentro da crítica acadêmica e seu resultado é a polêmica, o debate. A segunda é uma crítica moral, que poderia levar aos tribunais, pois o Prof. Gentili poderia estar difamando a moral dos neoliberais. Marx não confundia o que denominava falsa consciência com mentira. Os capitalistas não mentem quando se sentem e se autoproclamam motor da produção. Apenas teriam uma falsa consciência da situação real produzida pelo funcionamento das condições de produção na qual estão imersos. O Prof. Gentili parece confundir erro ou falsa consciência com mentira, sem estar consciente da euforia que a escrita provoca e, talvez, na procura de maior impacto emotivo para seu artigo.

Passemos logo ao que mais importa. O artigo

se inicia com o objetivo de explicar a hegemonia atual do discurso neoliberal e, a menção da perspectiva gramsciana, autoriza a pensar que o autor situa-se numa perspectiva marxista ou neomarxista (os *neo* existem em todos os campos, da física à ideologia política). Nos marcos da tradição que o autor adota, a geração, o fracasso ou êxito de uma ideologia ou discurso deve ser entendido a partir das condições de produção estritas ou, de forma ampliada, a partir das condições econômicas, sociais e políticas. Assim, seriam mudanças nas relações econômicas, sociais e políticas as que explicariam o êxito de uma ideologia e elas mereceriam, para a tradição marxista, serem postas à cabeça da análise. O Prof. Gentili pareceria fazer exatamente o contrário: explica a hegemonia neoliberal a partir das virtudes do discurso neoliberal e, ainda mais, explica o êxito do discurso neoliberal na "construção e difusão de um novo sentido comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas impulsionadas pelo bloco dominante".

Como *condição*, no sentido marxista, apenas aparece na sua argumentação uma ligeira referência à crise do capitalismo dos anos sessenta. Entretanto, adiante, quando data a emergência da ideologia neoliberal, refere-se à obra de F. Hayek, *The Road to Serfdom*, publicada em 1944, escrita bem antes da crise mencionada, e ainda em pleno domínio da intervenção estatal, que teria duradouro impacto posterior e seria fonte do pensamento neoliberal. Qualquer leitor sem preconceitos fará a dedução de que Hayek foi um gênio, pois quando tudo falava a favor da intervenção do Estado, nos países socialistas e capitalistas, foi o valente e sagaz solitário que entendeu que isso levava à direção errada. No mesmo barco do heroísmo argumentativo situar-se-ia Ronald Regan, que durante vinte anos reiterou o mesmo discurso neoliberal até que o povo o levou ao poder, pois entendeu a força de seus argumentos. Decorre que o discurso de Gentili corre o risco de ser confundido com uma apologia reprimida, contudo presente, do heroísmo liberal capaz, como ele diz, de ter uma "enorme força persuasiva" e "sagacidade". Ambas propriedades seriam bastante naturalmente postas do lado das virtudes, portanto da admiração. De fato, se as forças progressistas não conseguem ser persuasivas nem sagazes dificilmente realizariam seus ideais e, menos ainda, de forma democrática.

Estou sugerindo que há, em Gentili, uma apologia reprimida do neoliberalismo e, mais ainda, que seu modo de explicar e argumentar está muito próximo da valorização liberal do poder das idéias. Para comprovar esse ponto é suficiente ler Stuart Mills, pois, nesse como em outros conceitos centrais, os neoliberais situam-se, re-

conhecidamente, dentro da tradição liberal que valoriza a circulação das idéias e a persuasão.

A admiração reprimida pode ser observada nas idas e vindas de seu discurso. Imediatamente após ter falado da força persuasiva do neoliberalismo (momento de admiração), recua e começa a falar de imposição de um novo discurso... que procura impor suas verdades (momento de resistência). Aqui, de novo, Gentili parece esquecer o sentido corrente das palavras. Impor significa, na linguagem corrente, usar a força para determinar condutas e opiniões. Se obrigo a meu filho a tomar a sopa, porque se não o fizer não comerá outra coisa e dormirá com fome, estou impondo. Em contrapartida, se argumento sobre as virtudes da sopa para o organismo, sem usar nenhuma força, estou apenas tentando persuadir. No primeiro caso, meu filho ficará com muita raiva. No segundo, dirá: pai, essa coisa pode ser muito boa, porém eu não gosto e comerei hambúrguer com batata frita. Mera recusa de meus argumentos. Evidentemente que há situações confusas, nas quais não sabemos se se trata de persuasão ou imposição, contudo não é o caso que o Gentili trata e, mais especificamente, ele não explica porque passa da linguagem da persuasão para a da imposição. Recalque e revolta diante da admiração e atração do discurso neoliberal?

Observe-se como transpira sua admiração pelos intelectuais liberais quando afirma que se preocuparam em fazer com que suas "receitas acadêmicas fossem aceitas, reconhecidas e exigidas pela sociedade como solução natural para antigos problemas estruturais". Será admiração diante daquilo que os progressistas não souberam fazer? Se, de fato, os intelectuais neoliberais fizeram isso, devemos tirar o chapéu, pois não ameaçaram, não praticaram a violência, não humilharam e conseguiram transformar as mentalidades, o sentido comum, os modos que os homens e mulheres têm de entender a coisa pública. Foram morais na forma de comunicar suas crenças. Estão os neoliberais fazendo uma revolução pacífica? Ora, no mesmo parágrafo que Gentili expressa sua admiração, emerge o recalque sob a forma do exagero. Os neoliberais convenceram, diz o autor, sobre as virtudes do mercado "sem a interferência sempre perniciosa da intervenção estatal". Gentili fala assim do neoliberalismo como os críticos tendenciosos do socialismo, quando, por exemplo, afirmavam que nele tudo seria dado pelo Estado ou quando diziam que os marxistas ou comunistas eram contra o amor e a família. O recalque leva Gentili a falsear os argumentos neoliberais, pois se eles nunca aceitaram a intervenção estatal seriam loucos ou anarquistas (além do discurso neoliberal aceitar a heterogeneidade nas suas fileiras). Como

não são nem uma nem outra coisa aceitam-na, pragmaticamente, em situações que avaliam não terem outra solução, em casos de guerra, catástrofes, epidemias, soluções emergenciais para crises financeiras e tantas outras coisas. O que os neoliberais não aceitam, pelo menos em teoria, é que para intervir o Estado precisa criar empresas, burocracias enormes, conjuntos emaranhados de leis e mais algumas espécies que não pertencem à ordem natural do mercado. Ou seja, o que colocam em questão é o alcance e o modo de intervenção do Estado. É a crítica ao modo de organização e funcionamento do Estado, ao alcance de sua intervenção, o que os neoliberais conseguiram colocar no debate público e, mais ainda, conseguiram apoio para suas posições. O que afirmam é que o mercado regula melhor a economia (melhor não significa de forma perfeita) do que a um Estado intervencionista. Também afirmam que as políticas ditas sociais, em sentido amplo, podem ser realizadas por agências não estatais. Um neoliberal, por exemplo, pode aceitar que uma organização não governamental, sem ou com fins lucrativos, receba recursos do Estado para realizar programas de saúde, de educação ou de detenção corretiva, sobretudo se age num mercado concorrencial de organizações com os mesmos objetivos.

O argumento central de Hayek é o de que as soluções encontradas naturalmente, leia-se no mercado, são superiores, via de regra, àquelas elaboradas pelo planejamento. Contudo, esse axioma orientador geral não implica que não se implementem políticas públicas quando pragmaticamente se decidem como necessárias. No atual momento, de implementação de políticas neoliberais, pode ser necessária a intervenção do Estado, se possível, para aliviar as dores dos segmentos sociais que sofrem diretamente os efeitos cruéis dessas políticas. Medidas transitórias não são contrárias em si mesmas ao pensamento neoliberal e há neoliberais pensando dessa forma.

Penso, assim, que o Prof. Gentili precisa fazer do neoliberalismo um fantasma pior do que ele seria para poder resistir a sua atração. Esse jogo fica ainda mais claro quando observamos seus comentários e dados sobre o discurso neoliberal no campo educacional. Gentili primeiro resenha as posições gerais dos *neo* no campo educacional, especialmente suas críticas à centralização e ao planejamento estatal, sem aprofundar-se em discussão. Reconhece a força persuasiva dos argumentos liberais e se concentra no axioma neoliberal de que *a educação funciona mal porque se gasta mal*. Para criticar esse axioma neoliberal, apresenta-nos um conjunto de quadros e dados vinculados a formas de observá-los e interpretá-los.

Tentarei mostrar que: a) os dados são insufici-

entes e mal analisados; b) podemos, a partir de seus dados, construir afirmações contrárias às que ele elabora e c) há insuficiente compreensão da lógica neoliberal para argumentar a favor da educação e contra o neoliberalismo.

Do Quadro I, apresentado no seu artigo, Gentili deriva que o gasto em educação caiu. Na verdade, o que se evidencia nos dados é que o aumento percentual do pagamento dos juros da dívida (de 9 para 19,3%), sobre um total aritmético de 100, fez cair a participação relativa de todos os gastos em termos percentuais, até os militares. Uma boa análise implicaria colocar a redução de gastos em educação por habitantes (uma análise mais fina demandaria esse dado por nível de ensino, pois pode cair o gasto público em educação e aumentar o gasto no ensino básico, por exemplo). Mais ainda, implicaria mostrar as entradas de capital novo e o pagamento de dívidas numa análise conjunta e, em particular, por países e seus efeitos específicos sobre a política pública. Os dados são assim insuficientes. É possível que Gentili tenha razão, entretanto as evidências que apresenta são insuficientes. Para que o debate cresça e também para que cresça a elaboração no campo das forças progressistas é necessário afinar análises e dados.

No quadro II, apresenta as taxas de crescimento das economias nacionais da América Latina. O que deveria inquietar a Gentili é que um dos países com maior crescimento no período (81-89), com 9,6%, é o Chile. Sabidamente foi o Chile o país que começou mais cedo a aplicar as políticas neoliberais, especificamente na década de setenta, quando na maioria dos países da América Latina os *neo* estavam bem distantes do poder. Em contrapartida, o pior desempenho econômico é o da Nicarágua, com políticas socialistas ou socializantes no período, que teve uma queda de 33,1%. Ou seja, dos dados de Gentili pode ser levantada a hipótese de que as economias que mais cresceram foram as que avançaram antes e mais profundamente com as políticas liberais (no quadro Chile e Colômbia apresentam crescimento positivo). Os dados são insuficientes para confirmar ou desconfirmar essa hipótese, são, entretanto, suficientes para elaborar argumentos contrários aos utilizados por Gentili, que não parece haver-se esforçado tanto quanto os intelectuais neoliberais para convencer-nos sobre seus argumentos.

Se dermos um salto para o quadro A (p.31), apresentado nas notas, encontramos novos paradoxos (não entendi porque esse quadro foi parar nas notas quando pelo seu caráter geral poderia ter sido o primeiro do artigo). No quadro se apresentam os gastos em educação, em porcentagens e por habitantes por regiões. O quadro informa que entre 1980 e 87, o gasto públi-

co mundial em educação por habitante passou de 141 para 188 dólares, aumentando mais de 30%. Se considerarmos, como Gentili o faz, que esse é um período de domínio político neoliberal, chegaremos à conclusão de que os *neo* estão atendendo muito à educação pública. A hipótese se reforça e qualifica quando observamos os dados por regiões. Nas regiões com domínio neoliberal, anterior e mais profundo, é onde o gasto público em educação mais cresceu: Estados Unidos (mais de 50%), Europa (perto de 50%). De fato, onde o gasto público por habitantes decresceu foi nas regiões onde o domínio neoliberal foi, grosso modo, posterior e menos profundo e mesmo ainda não domina: África e América Latina. Repito-me, os dados são insuficientes, haveria que ter outros dados e outras análises. Entretanto, dos dados apresentados por Gentili, há boas razões para que pensemos que os neoliberais valorizam o gasto público em educação e onde são governo, há mais tempo e mais "hegemonicamente", o fazem crescer.

Observe-se, que pelos dados de Gentili, na América Latina, o gasto público por habitante em educação cai de 88 para 78 dólares entre 1980 e 1987. Gentili não analisa, entretanto, quais países implementaram nesse período políticas neoliberais e quais não o fizeram: não desagrega e cruza os tipos de políticas implementadas com as curvas dos gastos. Assim, suas afirmações, até trabalhar com dados mais finos, não têm fundamento e, mais ainda, poderia afirmar-se exatamente o contrário, a partir dos dados insuficientes que nos fornece.

Para o pensamento liberal a economia começa com a escassez. Afirmar a escassez é dizer que os recursos são inferiores às aspirações. Assim, afirmar que os recursos são escassos provocará um sorriso liberal e neoliberal, pois, em termos gerais, eles sempre o são se entram na economia de mercado e, também, na discussão política sobre como distribuir e gastar recursos públicos. O que sustenta o discurso liberal é, basicamente, que com os recursos públicos gastos em educação poderiam ser atingidos mais eficientemente os objetivos educacionais, ou em saúde ou em outros campos onde a intervenção do Estado é considerada necessária. É por essa razão que hoje é bastante fácil arranjar recurso para pesquisar, com originalidade, onde se gasta mal em educação ou em saúde e como se poderia gastar melhor. A resistência de muitos parlamentares, nada neoliberais, às propostas do Ministro Jatene de aumento de recurso para a saúde, baseia-se em que pensam que seu ministério está gastando mal. Alguns dos pesquisadores que Gentili cita criticamente, ver suas notas, fizeram exatamente isso: salientaram, por meio de pesquisas de campo, como e onde se gasta mal. Deveríamos reconhecer

que essas pesquisas, se bem feitas e com resultados válidos, colaboram com o aumento da cidadania preocupada pela utilização de seus impostos.

O Prof. Gentili parece esquecer, ou não quer ver, que a afirmação de que se gasta mal, neoliberal ou de qualquer outra posição em debate, emerge dos dados comparativos. Por exemplo, do fato de que Chile ou Colômbia ou Cuba tenham melhor desempenho dos indicadores educativos que o Brasil, embora seus produtos brutos por habitantes e o gasto em educação por habitante talvez sejam inferiores aos brasileiros. Assim, a discussão sempre é comparativa. É comparando que se pode afirmar se Chile ou Cuba estão gastando melhor seus recursos, embora segundo o quadro III, também tenha caído significativamente o gasto percentual público em educação, como caíram todos os gastos públicos, quando se integra no mesmo os serviços da dívida externa e se esquece, por exemplo, de apresentar os gastos por habitante e por nível de ensino. Se alguém que não tem carro compra um, seu gasto percentual em comida cai, pois está integrando um novo item de despesa na mesma base de 100. Contudo, se seu salário aumenta 30% é bem possível que o gasto real em alimentação também tenha aumentado. Não quero ser cansativo, porém repito que faltam dados para Gentili afirmar as coisas que afirma. Até podem ser verdadeiras, não o são, porém, a partir dos dados apresentados.

O Prof. Gentili tanto esquece a comparação quanto confunde a falta de recurso e o gasto mal realizado. Se um homem come um pão por dia, come pouco e mal. Se passa a comer 50 pães por dia comerá muito, contudo continuará a comer mal. O consenso neoliberal sobre a educação é de que, em princípio, deve-se começar a gastar bem. Quando os recursos forem melhor gastos é que deveriam e poderiam ser aumentados. O pensamento neoliberal se apóia numa lógica de sentido comum que não inventou, talvez por isso tenha êxito, o que deveria ser melhor entendido por Gentili se pretende explicar sua hegemonia. O neoliberal opera como o pai que começa dando ao filho uma mesada muito pequena e apenas a aumenta quando comprova que o filho está *gastando bem*. O pensamento neoliberal recusa-se a colocar mais recursos numa área que comprovadamente gaste mal, pois pensa, com sentido comum, que isso reforçará o gastar mal. Pretende desenvolver a responsabilidade sobre como são gastos os recursos públicos. Aumentar a responsabilidade sobre como são gastos os recursos, reitero, é uma demanda de qualquer cidadão que paga impostos e é consciente sobre a necessidade de controlar sua utilização. A escassez, para o liberal, tem suas vantagens: obriga a aumentar a sagacidade para superá-

la, em outra linguagem, obriga a maximizar a relação entre os recursos disponíveis e os fins que se pretendem atingir. A escassez significa desafio.

Como Gentili opera no recalque, não sabe bem o que pensar sobre o sentido comum liberal ou neoliberal, caindo em tremendas contradições. Cito-o textual e exatamente: "A conclusão é eloqüente e pouco tem a ver com a aparentemente inegável "verdade" revelada pelos gurús neoliberais: os governos latino-americanos não gastam "mal" em educação, gastam pouco e cada vez menos. Iguamente devemos reconhecer que, em certo sentido, o diagnóstico neoliberal não é de todo equivocado. *De fato, se bem que os governos da região gastem cada vez menos, o pouco que gastam, gastam mal*" (p. 27). Gentili está dizendo que os governos não gastam mal e gastam mal. O que Gentili parece estar dizendo, embora contraditoriamente, é que os liberais estão, pelo menos, com cinquenta por cento da verdade: se gasta mal (embora Gentili não apresentou evidências empíricas suficientes para demonstrar que gastam significativamente menos). Não estão portanto errando ou afirmando mentiras. Assim, o autor poderia tentar convencê-los da verdade de seu próprio cinquenta por cento, ao invés de qualificar suas meias verdades como mentiras, coisa que pouco contribui para agregar forças. Gentili, contudo, ainda nos deve a demonstração de que gastam pouco, demonstração que não se realiza apenas dizendo que a participação percentual caiu ou que se reduziu o gasto por habitante ou que os salários docentes caíram. Gastar menos não equivale a gastar pouco, nem gastar mal. Gastar pouco significa não ter os recursos para os objetivos a serem atingidos. Pode-se gastar menos e bem ou mais e mal. Entretanto, pode-se gastar muito e mal, gastar demais e não serem atingidos os objetivos. Assim, Gentili deveria clarificar quais são as relações entre *gastar pouco, menos e mal*. O que não consigo entender é porque Gentili briga tanto com os neoliberais quando concorda pela metade. Ou será que no "fundo" pensa que de fato o problema principal é que gastamos mal? Ou será que sua "dialética" é mero produto da admiração recalcada pelos liberais?

Com o intuito de esclarecer minha própria posição, que já antecipo será rotulada também de neoliberal e mais algumas coisas, informo que acredito que os três problemas hoje fundamentais em educação são: a) gastamos mal, b) temos uma distribuição inadequada do gasto entre as prioridades educativas e c) gastamos pouco. Considero que as prioridades de intervenção deveriam concentrar-se nos dois primeiros problemas, pois penso que se aumentarmos os recursos, sem corrigir o gastar mal e a distribuição

inadequada, pouco incidiremos na qualidade da educação. Estou afirmando então que é prioritário aprender a gastar e distribuir antes de aumentar a fatia do bolo da educação. Concordo, então, com o sentido comum, pré-liberal, embora retomado pelos neoliberais. Isto não significa que pense, por exemplo, que a educação, sobretudo a básica ou do cidadão, seja responsabilidade do mercado. Apóio irrestritamente a Constituição que nos rege e que fixa a obrigatoriedade do Estado com a educação pública. Tampouco significa que não haja que distribuir os recursos de outra forma nem deixar de aumentar, por exemplo, os recursos gastos em educação em municípios ou estados desfavorecidos. Ou seja, ainda compartilhando o axioma de que gastamos mal, há muito espaço para avançarmos na direção da justiça distributiva, da equidade. Sabemos, por exemplo, que nas universidades públicas ingressam os alunos provenientes do ensino privado de segundo grau, porque o vestibular seleciona a favor deles. Não terá chegado o momento, por exemplo, de entregar uma quota das vagas para que as escolas públicas de segundo grau selecionem os alunos que entrarão na universidade, diminuindo progressivamente a iniquidade? Uma medida dessa natureza, a favor da igualdade distributiva, não implica novos recursos. Assim, interesse-me, sobretudo, por soluções locais a problemas gerais e priorizo, entre os gerais, o da equidade. Interesse-me por soluções locais que aumentem a justiça distributiva. Declaro, portanto, quais são meus valores orientadores e que permeiam minhas análises.

Gentili discute, a seguir, sobre se os responsáveis principais pela crise educacional são ou não os professores porque estão mal formados. A questão formulada em termos tão amplos é de difícil resposta. Haveria que se perguntar coisas bem mais específicas do tipo: a formação em termos de conteúdo e método é suficiente para que os professores ensinem matemática ou português? Ou, qual é a dinâmica da escola e como a direção incide nela? Qual os fatores que incidem nas motivações dos professores? Gentili, entretanto, reconhece que não estão formados adequadamente (p.29). A formação dos professores é um processo complexo que integra tanto a vida pré-profissional quanto a profissional. Mais ainda, a formação do professor deveria interessar a qualquer *neo* preocupado com a educação, seja socialista, liberal ou conservador. Gentili reduz a complexidade do problema e argumenta na direção utilitarista, bastante próxima do pensamento neoliberal, atribuindo peso dominante na queda da qualidade da formação, da motivação e do ensino, à queda dos salários docentes, que os obriga a realizar múltiplas atividades e, portanto, dedicam-se mais imperfeitamente as

suas atividades educativas. Observe-se que os docentes podem deixar cair a qualidade, dedicando-se menos ao ensino, porque inexistem mecanismos de avaliação e de sanção. Caso fossem avaliados e sancionados pela queda da qualidade, apenas teriam como porta a saída da educação ou o protesto. Se, diante do controle, saíssem da educação, o Estado talvez estivesse obrigado a rever suas políticas salariais. Ou seja, a inexistência do controle e da avaliação favorece um mecanismo perverso do tipo: menor salários, bicos, menor dedicação, perda da qualidade e irresponsabilidade de docentes e Estado. Cria-se uma espécie de pacto, não registrado, entre docentes e Estado e os alunos pagam a conta.

Que os docentes públicos do ensino primário e secundário ganham mal é um fato mais que evidente em quase toda América Latina, e esta avaliação é compartilhada por muitos neoliberais. Em princípio, recebem salários que podem ser qualificados abertamente de indignos sobre o ponto de vista moral. Um docente que não ganha para comprar jornais, revistas e livros, põe em risco seu aperfeiçoamento e sua motivação para ensinar. Além de tornar-se um cidadão de segunda categoria. Um docente cuja única fonte de informação é a mesma dos alunos, a televisão, corre o risco de confundir seu horizonte com o do aluno. Outros argumentos poderiam ser apresentados. O ponto que diferencia, entretanto, é a questão sobre o porquê os docentes recebem mal: será apenas porque os recursos são insuficientes ou também porque estão sendo mal utilizados? Qual o peso de cada uma dessas razões? É respondendo a esse tipo de questão que poderemos avançar na definição dos problemas e de suas soluções.

O que Gentili deveria reconhecer é que a lógica utilitarista liberal faz sentido: se os salários de um ramo de atividade descem mais que nos outros, os mais capacitados procurarão outro ramo de atividade com maiores retornos. Ou seja, no ramo decadente ficarão os piores, caindo, nessa lógica, a qualidade da produção ou serviços. Assim, se pretendemos ter bons docentes temos que atrair talentos com salários compensadores. De modo geral, são os salários pagos pelo Estado, no caso do Brasil, a União, os estados e os municípios os que pareceriam estar num processo significativo de deterioração. As justificativas para não aumentar os salários são duas: por um lado, o tamanho do setor público, por outro, a necessidade de conter o déficit público. É, assim, impossível discutir os recursos e os salários da educação pública sem discutir o papel do Estado, seus objetivos e modos de intervenção. Discutir essas questões não significa *ipso facto* ser neoliberal, como parece ser entendido por parte considerável dos que se consideram pro-

gressistas. Essas questões são relevantes também para os que, por exemplo, guiam-se pelo valor da equidade ou da justiça distributiva.

O que Gentili não apresenta, por exemplo, são questões do tipo: porque e como se produz a deterioração salarial dos docentes do ensino público? Porque os docentes trabalham em mais de um estabelecimento público e quem é responsável por esta situação aparentemente absurda: o Estado, o docente ou a engenheira do sistema público de ensino? Ou, pode ser que tenhamos uma situação alta de gasto por aluno e baixos salários para os docentes em algum dos níveis de ensino? Esta parece ser a situação das universidades federais, quando se comparam seus gastos com as de outros países. Como e porque gerou-se esse paradoxo? A distribuição dos recursos é adequada entre os níveis de ensino? As diferenças salariais entre os níveis de ensino fazem sentido? Há, então, que afinar perguntas e respostas para poder construir, se isso é o que se pretende, alternativas ao discurso neoliberal.

Eu gostaria muito que utilizássemos a UERJ como campo para pensar os problemas educativos universitários. Por exemplo, se os gastos por aluno formado e os gastos por aluno matriculado da UERJ são próximos daqueles observados nos Estados Unidos, não deveríamos concluir que estamos gastando mal, dado que nossos salários são inferiores? Nesse caso, não deveríamos, ao invés de pensar e demandar aumentos de recursos, diagnosticar porque, como e onde gastamos mal? Se nosso curso de medicina tem custos por aluno matriculado significativamente superior aos custos das universidades privadas do Brasil, não deveríamos concluir que estamos gastando mal? Ou, se nossos custos são significativamente inferiores, não seria esse um argumento verdadeiro para lutarmos por maiores recursos e aumentar a oferta de formação? Será que fazer isso é ser neoliberal? É possível que seja, entretanto, é a única forma de sabermos se precisamos de maiores recursos ou se apenas, de fato, estamos gastando mal.

Na campanha por correção dos salários na UERJ o fantasma da privatização e do neoliberalismo foi tremendamente agitado, embora não se defina, claramente, o que significaria privatizar, nem quais seriam os atores concretos interessados na privatização. O artigo do Prof. Gentili inscreve-se nesse contexto local e, por isso, merece ser lido criticamente. A própria ASDUERJ agita essas bandeiras. Recentemente passou um comunicado no qual recomendava que lêssemos o documento do Banco Mundial, *La enseñanza superior; lecciones derivadas de la experiencia*, para constatar o nefasto caráter das políticas neoliberais, das quais, se subentende, o Banco Mundial seria fiel representante. Eu segui

suas orientações, fui a ASDUERJ, fotocopiei e li o documento e, devo confessar, não achei nada tão nefasto, numa primeira leitura, quanto o que anunciava o comunicado da ASDUERJ.

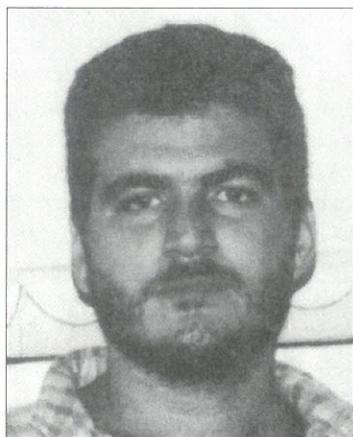
Na própria capa do documento lê-se: "*La enseñanza superior reviste capital importancia para el desarrollo económico social y, sin embargo, atraviesa por una crisis en todo el mundo... la crisis revista mayor gravedad en el mundo en desarrollo, debido a que los ajustes fiscales han sido más drásticos y a que a estos países les ha resultado más difícil contener las presiones para aumentar las matrículas. El resultado ha sido una disminución notable del gasto medio por estudiante*". No documento, o Banco Mundial analisa experiências e procura difundir as soluções que estão dando mais ou menos certo para superar os problemas que diagnosticamos. O diagnóstico pareceria ser muito semelhante ao de Gentili. A diferença política parece ser: para o Banco Mundial há condições (política econômica e mercado) que funcionam como parâmetros da atividade educativa e tratar-se-ia de ser criativo na elaboração de soluções dentro dessas condições. Incidir então na política universitária e educativa intra-sistema, criativamente, rearranjando os recursos disponíveis, em sentido amplo, e aumentando também a captação. Esta posição não exclui que, ao mesmo tempo, trate-se de modificar as condições, portanto, aumentar os recursos modificando a captação e distribuição do Estado. Para o Movimento de Defesa da Universidade Pública parece que o principal é modificar as condições (principalmente aumentando os recursos transferidos pelo Estado), a política econômica e de mercado, por isso, os culpáveis são: o neoliberalismo, os organismos internacionais, o Presidente, o Governador e o Reitor...(quantos inimigos e quão longa será a luta!). Tratar-se-ia, então, de fazer política com maiúsculas e não com as minúsculas da política educativa. O movimento postula então supostas soluções estruturais, globais e definitivas, ao invés de pragmáticas, locais e sujeitas à correção pela experiência como parece ser o entendimento do documento do Banco Mundial. A estratégia adotada pelo Movimento de Defesa da Universidade Pública corre o risco de tornar-se estrutura de enfrentamento para com os governos e falta de solução para os problemas da educação. Pode ser boa para formar quadros políticos na universidade, porém será inócua, mais uma vez, para superar, local e gradualmente, os problemas da educação.

.....
 • A revisão do texto foi realizada por Eliana J. Andrade.

Neoliberalismo e Parapsicologia

PABLO GENTILI

Professor da Faculdade de Educação da UERJ



T

ODA revista acadêmica deve (e precisa) ser um espaço de debate, crítica e controvérsia. Só quando ela promove a polêmica transforma-se num verdadeiro espaço de reflexão, num âmbito propício para a produção de uma das condições fundamentais do trabalho intelectual: a dúvida.

Por isso foi para mim uma grande alegria quando os colegas do Conselho Editorial de *ADVIR* me comunicaram da existência de um texto crítico ao meu artigo "Mentiras que parecem verdades: argumentos neoliberais sobre a crise educacional", publicado no número oito da citada revista (04/96). Porém, a alegria (como numa tragédia *tanguera*) durou pouco tempo. A primeira e rápida leitura do artigo do Prof. Hugo Lovisolo me

deixou perplexo. A segunda, certamente desorientado: como realizar a contra-crítica?

Nunca (pelo menos "nunca" até o momento de receber o texto referido ao meu artigo) tinha lido nada do Prof. Lovisolo. Nunca, sequer, tinha ouvido falar dele. Desconhecia sua preocupação pela problemática do neoliberalismo e sua contribuição teórica à análise das políticas educacionais contemporâneas. O esclarecimento pode ser trivial, embora o considere necessário tendo em vista o teor primário e agressivo de seus comentários críticos. Desta forma, a primeira coisa que chamou a minha atenção foi a sua negligência com respeito às formas expressivas que, pelo menos na minha opinião, deveriam existir em todo diálogo acadêmico (a boa crítica é sempre uma forma de diálogo). A agressividade presente no texto de Lovisolo pode levar ao leitor a intuir a preexistência de debates e/ou furiosas polêmicas entre nós. Reitero: não conheço o Prof. Lovisolo nem pessoal nem profissionalmente, e ignoro a sua contribuição teórica à problemática do neoliberalismo e a educação.

O tom agressivo do texto de Lovisolo se expressa também numa inaceitável agressão à revista *ADVIR* que, paradoxalmente, acabou sendo o único elogio que o autor me concede na sua crítica: "o artigo [de Gentili] destaca-se entre a nuvem de panfletos e discursos por tentar organizar idéias e dados de forma favorável para o debate acadêmico". Considero não ter sido o único que tentou fazer isso naquele volume de *ADVIR*. Todos os/as colegas que contribuíram nesse número merecem o meu maior respeito e os seus textos, embora podendo (e devendo) ser discutidos, não são apenas panfletos, e sim contribuições importantes ao necessário debate acadêmico na nossa universidade. Desconheço as razões que levam Lovisolo a desqualificar de uma forma tão agressiva e pouco construtiva um meio de difusão que, como professor da UERJ, também pertence a ele.

Por outro lado, sua crítica me desconcertou já que o autor não respeita alguns dos princípios bá-

sicos de toda discussão teórica e acadêmica. Poderíamos dizer que, de fato, seus comentários críticos operam numa lógica argumentativa pouco construtiva e baseada num autoritarismo comunicacional alarmante: o autor simplesmente desqualifica o interlocutor teórico, levando a discussão para um plano pseudo-psicológico ou, mais propriamente, *parapsicológico* de caráter primário e de impossível refutação. Trata-se de uma estratégia argumentativa muito mais velha do que a retórica neoliberal (embora alguns políticos e intelectuais neoliberais dela façam uso com frequência): a negação do contrário, a aniquilação da oposição. Se quem opina diferente de nós é pouco inteligente, maluco, ou apenas um recalcado, a possibilidade da palavra, da troca, do diálogo aparece negada pela suposta evidência de que um dos termos da discussão esta fora da ordem, fora da "normalidade", fora mesmo da realidade. No plano político, isso é próprio dos regimes ditatoriais e das autoritárias democracias neoliberais que estamos vivendo. No plano acadêmico, semelhante atitude não só expressa uma recusa ao diálogo, como também uma notória incapacidade em fornecer argumentos teóricos sólidos e rigorosos.

Na minha opinião, a crítica acadêmica deve basear-se em alguns critérios elementares: o caráter contestável dos dados apresentados, o rigor com relação ao conteúdo do texto criticado e o sentido construtivo do aporte formulado (toda crítica deve permitir avançar e não retroceder na discussão teórica). Nada disso faz Lovisolo no seu texto. Vejamos.

1) *A crítica deve conter dados contestáveis,*

**A crítica deve
conter dados
contestáveis, caso
contrário ela se
transforma num
desabafo
cientificamente
inócuo.**

caso contrário ela se transforma num desabafo cientificamente inócuo. Por exemplo, se o meu artigo, segundo Lovisolo, já no seu título, "choca a linguagem e a inteligência", o caminho que resta para responder à crítica não é discutir o meu artigo e sim a minha inteligência... questão sem a menor importância científica. Ou melhor, só importante para aqueles que, acreditando no determinismo biológico novamente em moda, consideram que a inteligência pode ser medida e quantificada. (por sinal: não entendi quando aponta que meu texto "choca a linguagem").

Uma clara demonstração do caráter incontestável dos dados apresentados por Lovisolo pode ser encontrada bem no início do seu texto. Ali o autor sintetiza uma macro tendência nas análises (erradas) sobre o neoliberalismo: "decorre da insistência com a qual priorizam os fantasmas e as realidades do neoliberalismo duas *sensações* e *tentações* de reflexão. A primeira seria que estamos diante de uma relação de amor e ódio. A segunda, da perda da independência da análise de esquerda que se torna caudatária do discurso neoliberal" [o grifo é meu]. Dessa suposta tendência, Lovisolo deriva o objetivo do seu próprio trabalho: analisar *sensações* e *tentações* (no caso: as sensações que eu possuo e as tentações nas quais eu caio ao discutir os argumentos neoliberais sobre a crise educacional). A pretensão pode ser louvável, só que ela é, sem sombra de dúvidas, cientificamente inócua: qual a possibilidade de contestação ou refutação às sensações e tentações que pretende descobrir Lovisolo no meu texto? Especialista como parece ser em analisar sensações e tentações ocultas, o autor se deixa embriagar por uma irrefreável paixão terapêutica: ele vai tentar medir as minhas sensações e tentações a partir da leitura "sintomal" do meu texto. Em resumo, Lovisolo tratará ao longo do seu opúsculo parapsicológico traçar o perfil da minha personalidade (acadêmica), tarefa que, em aparência, permitirá compreender melhor meus erros interpretativos. A questão é simples: eu fracasso na minha abordagem porque "transpiro admiração pelos intelectuais neoliberais", por minha "admiração reprimida" face à supremacia política do neoliberalismo, porque faço uma "apologia reprimida" desse projeto e porque "opero no recalque". O rápido diagnóstico parapsicológico permite a Lovisolo desqualificar o enfoque que pretendo desenvolver nos limites estritos de um artigo de difusão como o texto publicado na revista *ADVIR*. Deixando de lado a má e pitoresca psicologia do Prof. Lovisolo, o único dado contestável (e, ainda assim, implícito) da sua interpretação é que meu perfil psicológico seja um assunto de interesse científico, pelo menos para a grande maioria de pessoas dispostas a discutir

seriamente a dinâmica das políticas e dos discursos neoliberais no campo educacional.

Lovisololo parece esquecer que o tema de discussão é o neoliberalismo, não as minhas sensações e tentações. Por isso, depois de ler o seu artigo o/a leitor/a pode reconhecer que aprendeu alguma coisa sobre os meus (supostos) traços psíquicos, sobre as minhas sensações e tentações ocultas e pouco sobre o que é essa coisa chamada neoliberalismo.

Outra questão também irrefutável (ou seja: cientificamente inócua) é o segundo convite parapsicológico que Lovisololo formula em seu texto: discutir se ele é ou não neoliberal. Ao longo do seu artigo o autor procura deixar claro o fato de que ele não é (embora pareça) um neoliberal. Desconhecendo a obra de Lovisololo, não posso entrar num debate semelhante. Mas, certamente, se Lovisololo é ou não um intelectual neoliberal é uma questão sem a menor relevância científica. Discutir sobre a minha personalidade é tão pouco interessante em matéria acadêmica quanto discutir sobre a de Lovisololo.

Por outro lado, o caráter tautológico da parapsicologia lovisoniana pode ser usado também contra seu progenitor. Com efeito, se a minha forma de criticar o neoliberalismo expressa uma relação subjacente de “amor-ódio-admiração” para com os intelectuais neoliberais, em que medida não poderíamos dizer que a própria forma que Lovisololo tem de criticar o meu texto não expressa também uma relação de “amor-ódio-admiração” que ele tem para comigo? O tema, claro, é irrelevante para uma revista como *ADVIR*.

2) *A crítica deve respeitar e ser rigorosa com o conteúdo do texto criticado*, caso contrário transforma-se numa distorção desonesta da con-

Lovisololo acaba caindo nesse erro: não respeita a estrutura do meu texto, a lógica dos meus argumentos e distorce o objetivo do meu trabalho.

Se quem opina diferente de nós é pouco inteligente, maluco, ou apenas um recalcado, a possibilidade da palavra, da troca, do diálogo aparece negada pela suposta evidência de que um dos termos da discussão esta fora da ordem, fora da “normalidade”, fora mesmo da realidade.

tribuição acadêmica que pretende ser questionada. Uma crítica é pobre quando parece que ela foi escrita antes do que o texto criticado. Isto verifica-se numa desconsideração pelo conteúdo, pela temática ou pela estrutura argumentativa do texto criticado, a qual passa para um segundo plano ou é simplesmente substituída por outro conteúdo, outra temática ou outra estrutura de argumentos (aquela que o mau crítico “criativamente” atribui ao autor criticado). Lovisololo acaba caindo nesse erro: não respeita a estrutura do meu texto, a lógica dos meus argumentos e distorce o objetivo do meu trabalho.

Permita-me o leitor lembrar a finalidade de meu artigo anterior: discutir três argumentos neoliberais sobre a crise educacional (“a educação funciona mal porque se gasta mal”; “os principais responsáveis pela crise educacional são os professores porque estão mal formados”; e “a educação funciona mal porque não se vincula com as necessidades que formula o mercado de trabalho”). Os três argumentos foram discutidos com dados estatísticos, e os três foram contra-argumentados a partir de um diagnóstico diferente sobre as razões da crise educacional. O desenvolvimento desses argumentos foi precedido por um comentário introdutório sobre a importância de reconhecer uma dimensão fundamental da ofensiva neoliberal: seu impacto cultural e ideológico. Nesse sentido foram destacados (de uma forma apenas periférica) os aportes de alguns dos mais combativos intelectuais conservadores deste século: Friedrich A. Hayek e Milton Friedman. A referência a tais autores (sobretudo considerando que se tratou de um artigo de difusão) foi simplesmente com o objetivo de lembrar que eles, desde muito cedo, reconheceram o valor de produzir uma profunda trans-

formação no senso comum dominante para garantir a vitória da ofensiva conservadora contra às políticas do *Welfare State*.

Para meu "crítico", a referência às contribuições dos intelectuais neoliberais (a ênfase na construção de uma poderosa "retórica da intransigência", como a chama apropriadamente Albert Hirschman) expressa, por um lado, minha já citada apologia reprimida, e, por outro, um erro conceitual baseado numa sobre-valorização da esfera das idéias sobre a das mudanças estruturais. A primeira crítica, já destacada anteriormente, não merece maiores comentários. A segunda, é mais relevante.

Lovisololo faz muito bem em lembrar sobre os cuidados que devemos ter de não cair nas armadilhas do idealismo. Só que ele, para poder dizer isso, acaba forçando artificialmente sua interpretação do meu texto. Vale, em tal sentido, destacar que o enfoque desenvolvido em "Mentiras que parecem verdades..." origina-se em certas leituras que, como corresponde a um texto acadêmico, figuram nas referências bibliográficas do meu artigo, as quais, certamente, não são idealistas. Obviamente, no meu ensaio não se diz que o neoliberalismo é *apenas* um movimento intelectual (embora se reconheça a importância das contribuições fundamentais dos seus intelectuais orgânicos). Poderíamos, se Lovisololo se mostrasse interessado em discutir pelo menos alguma coisa relevante, polemizar a respeito da dimensão política dessa contribuição. Alguns autores já tentaram fazer isso no campo da ciência política e da sociologia [veja-se, por exemplo, o debate entre Perry Anderson, Göran Therborn, Pierre Salama e Atilio Boron em: Sader & Gentili (orgs.), *Pós-Neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático*¹]. Outros tentaram aprofundar

A crítica deve conter dados contestáveis, caso contrário ela se transforma num desabafo cientificamente inócuo.

direta ou indiretamente essa questão no campo educacional². Obviamente, a discussão deve continuar, entre outras razões, por dois motivos: primeiro, para evitar a redução do neoliberalismo (e o seu sucesso) à simples eficácia teórica dos seus intelectuais; e, segundo, para não cair no "infantilismo primitivo" (segundo a expressão de Gramsci) de reduzir a ideologia e a política a mero reflexo da infra-estrutura, perdendo desta forma sutileza e dinamismo nas nossas análises críticas.

Ao mesmo tempo Lovisololo critica (validamente) a minha interpretação sobre os dados que forneço. Com uma exagerada pretensão de agudeza, anuncia que os dados contidos no meu texto podem ser interpretados de outra forma. A "descoberta" faz referência a uma questão já clássica nas ciências sociais: todo dado pode ser interpretado de diversas maneiras. Certamente, além da interpretação de Lovisololo e da minha, esses dados poderiam ser interpretados de muitas outras maneiras... e daí? O importante, acredito, é a precisão da argumentação. Não iremos ganhar o Prêmio Nobel de Epistemologia por descobrir que um mesmo dado pode ser submetido a diferentes leituras paradigmáticas. Por exemplo, para mim, os milhares de desempregados argentinos são uma consequência evidente das políticas de exclusão neoliberal do atual governo daquele país; para Menem, esses mesmos desempregados são apenas uma evidência de que a Argentina tem passado a formar parte dos países do Primeiro Mundo e, conseqüentemente, sofre dos mesmos problemas que Alemanha, Espanha e França.

Lovisololo está em todo o seu direito ao querer polemizar sobre o neoliberalismo. É uma atitude louvável. O que é pelo menos discutível é que me obrigue a dizer coisas que eu não disse, só para poder orientar a discussão para um campo no qual, aparentemente, ele se sente mais confortável.

Por outro lado, o que não compreendo é por que Lovisololo nem enumera os argumentos que eu tentei desenvolver no meu texto. Ele só se concentra no primeiro, faz uma brevíssima menção (errada) ao segundo e esquece o terceiro. Ser fiel a uma estrutura argumentativa não quer dizer coincidir com ela. Ao caricaturar meus argumentos, Lovisololo acaba caindo na citada desqualificação teórica e na sua reiterada pobreza conceitual.

3) *A crítica deve realizar um aporte superador ao campo de conhecimento em questão*, caso contrário ela deixa de contribuir para o objetivo fundamental de toda polêmica acadêmica: o desenvolvimento das idéias e o aprofundamento

da reflexão. Se uma crítica não faz isso é apenas um retrocesso lamentável em relação ao texto ou discurso criticado.

Depois de ler a crítica de Lovisolo o leitor sabe que ele não concorda com a minha interpretação sobre o neoliberalismo. Paradoxalmente, o leitor não tem o mesmo direito de fazer o próprio com a interpretação do Lovisolo. Eis aqui a questão mais grave da sua crítica: Lovisolo discute a minha interpretação (“idealista”) sobre o neoliberalismo, mais não desenvolve nenhuma interpretação alternativa; discute a pertinência dos dados que eu forneço, porém, não fornece nenhum dado diferente nem novo; faz comentários irônicos sobre as minhas referências teóricas, mais não faz sequer uma citação bibliográfica; reclama da falta de criatividade nas propostas, porém, nem sequer formula uma.

Desconheço os motivos do ressentimento de Lovisolo para com a esquerda (os seus comentários são neste sentido sempre críticos para “com as forças *ditas* progressistas”). Desconheço também se a intenção de Lovisolo é contribuir com ela para fortalecê-la ou, simplesmente, se situar fora dela para discutir, muito mais que uma certa interpretação sobre o neoliberalismo, a pertinência mesma de uma alternativa de esquerda para a sociedade brasileira.

As enunciações do autor são apenas isso: *enunciações*. De forma simplista deixa intuir que o neoliberalismo é apenas uma pedagogia sobre a responsabilidade no uso do gasto público (questão na qual confessa concordar com os neoliberais). Quando fornece algum exemplo ingressa no terreno da *doxa*: “um amigo [dele] acusado de neoliberal pelo filho”, “alguém que compra um carro”, “um homem que come 50 pães por dia”, etc. A realidade do mundo neoliberal transforma-se assim numa realidade banal e espectral (no final do seu texto Lovisolo refere-se, por exemplo, ao “fantasma das privatizações”). O autor, apesar de demonstrar uma aguda consciência lexicográfica (dedica, por exemplo, várias linhas a discutir as acepções da palavra “mentira”), não dedica uma linha a definir o que entende por “justiça distributiva” nem qual é o seu conceito de “equidade”. Provavelmente, se tivesse incluído as necessárias referências bibliográficas de todo texto acadêmico, nos teria poupado desta reclamação.

Lovisolo diz que eu não apresento “como se produz a deterioração salarial dos docentes do ensino público”; porque se produz o pluri-emprego dos professores; que tendências explicam a distribuição do gasto público em educação e, especialmente, o investimento universitário; quais

“as diferenças salariais entre os níveis de ensino” e se elas “fazem sentido”. Veementemente afirma: “há, então, que afirmar perguntas e respostas para poder construir, se isso é o que se pretende, alternativas ao discurso neoliberal”. Desconheço por que, se essas perguntas preocupam e alarmam ao Prof. Lovisolo, ele não tratou de respondê-las no seu texto. Provavelmente dessa forma poderia ter feito uma contribuição mais enriquecedora ao debate sobre o neoliberalismo. Um tema que, sem nenhuma dúvida, merece ser discutido de forma rigorosa, crítica e aberta.

Desse debate também depende o futuro da nossa esquerda.

.....N•O•T•A•S

¹ Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª edição, 1996, capítulo IV.

² Minha mínima contribuição a esse debate pode ser consultada em: Gentili & Silva (orgs.), *Neoliberalismo, qualidade total e educação. Visões críticas*, Petrópolis, 4ª edição, 1996; Gentili, *Poder econômico, ideología y educación*, Buenos Aires, Miño y Dávila, 1994; Gentili, *Proyecto neoconservador y crisis educativa*, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1994; Gentili (org.), *Pedagogia da exclusão*, Petrópolis, Vozes, 2da edição, 1996; Silva & Gentili (orgs.), *Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*, Brasília, CNTE, 1996; Apple, Silva & Gentili, *Cultura, política y curriculum. Ensayos sobre la crisis de la escuela pública*, Buenos Aires, Losada, 1996 [no prelo].

A função social da universidade em tempos de globalização

NEY LUIZ TEIXEIRA DE ALMEIDA

Professor da Faculdade de Serviço Social da UERJ



TORNOU-SE lugar comum, no exame da literatura, ou mesmo das falas críticas sobre a educação superior no Brasil, falar em crise. A recente história desta instituição parece pontuada por uma crise crônica (ALMEIDA, 1996). Duas razões parecem reforçar esta observação: de fato poderíamos falar de uma crise crônica se tomarmos os problemas da universidade como estruturais, datados desde sua tardia emergência até os dias atuais, aliás indissociáveis das concepções de universidade e, por consequência das funções sociais que delas decorreram; e, em segundo lugar, poderíamos também pensar numa situação de crise estrutural com expressões conjunturais particulares, se tomarmos as relações entre as alternativas que se colocam para a

reorientação da universidade e as similares expressões conjunturais da própria crise do capital.

O peso relativamente diminuto que teve a Universidade nos processos de mudanças culturais e econômicas experimentados ao longo da formação social brasileira (FERNANDES, 1979), apontam para uma perspectiva sombria. A tradição política brasileira que primou por gestar soluções conciliatórias “pelo alto” (COUTINHO, 1990) para as crises de desenvolvimento do próprio capital, acabou por instar o Estado a inibir a organização de forças sociais autônomas, com seus projetos societários, no âmbito da sociedade civil. Esta particularidade da nossa vida política trouxe inegáveis prejuízos à esfera da cultura, em particular quanto ao distanciamento operado entre a universidade e as massas populares.

A universidade, como instituição produtora, transmissora e difusora de conhecimento, particularmente um conhecimento mais elaborado, o científico, vem atuando na esfera da cultura muito mais no sentido de aumentar a distância entre as conquistas tecnológicas e científicas e o seu usufruto social, coletivo. Na verdade, a perversa estrutura de nosso sistema educacional aliada aos componentes mais característicos de uma indústria cultural massificante, levam-nos a conviver com realidades bem díspares em termos de acesso ao conhecimento.

Não bastasse o quadro caótico que o próprio modelo de concentração e acumulação capitalista brasileiro imprimiu, com suas cruéis manifestações econômicas, sociais, políticas e culturais, as alternativas que vêm se delineando com as mudanças na esfera da produção (com a chamada Terceira Revolução Industrial) e da política (com a onda neoconservadora dos programas de ajustes neoliberais), sob o manto da globalização, colocarão novamente intensos focos de tensão entre as forças sociais fundamentais da sociedade e, num plano mais específico, novos dilemas (ou novas expressões da crise) para a universidade.

Os ajustes econômicos do projeto neoliberal do governo federal já se fazem sentir de imediato na

universidade. A carência de recursos restringiu não só os investimentos em manutenção e ampliação de equipamentos como vem degradando substantivamente a força de trabalho docente. Por outro lado, a pressa em inscrever o Brasil numa economia globalizada aponta questões bem mais alarmantes. As mudanças no campo da desregulamentação da ação do Estado nas relações de trabalho, uma das requisições do fenômeno de globalização, que aqui tem se expressado sobretudo nas propostas do Estado de reforma da previdência e administrativa, já causou um enorme estrago no nosso capital intelectual. A avalanche de pedidos de aposentadorias nas universidades públicas nos leva a uma tripla complicação: primeiro, perdemos alguns dos quadros mais capacitados, aqueles que ao longo de anos de trabalho conseguiram alcançar a titulação máxima da carreira docente, o que incidirá decisivamente sobre o campo da pesquisa e da pós-graduação; segundo, que o processo de cobertura mínima dessas saídas leva a universidade a uma terceirização disfarçada com a contratação de professores substitutos para cobrir emergencialmente as atividades de ensino, com maior incidência na graduação; e em, terceiro, aponta para uma nova inserção do panorama universitário no fenômeno da globalização, uma espécie de darwinismo intelectual, onde só os que detêm uma capacidade de recomposição muito grande sobreviverão, sob a rubrica de "Centro de Excelência", aos demais sobrarão os "botes de resgate" com que o Estado vem acenando através da proposta de "autonomia das universidades".

Seria um erro de avaliação grosseiro estimar que o fenômeno da globalização se restringe ao campo da produção. A força ideológica com que ele é difundido, principalmente pelas elites neoconservadoras que pactuam no âmbito do Estado, demonstra que as mudanças que hoje ocorrem em escala mundial encerram também importantes e significativos processos no campo cultural (ORTIZ, 1994 e IANNI, 1995).

As implicações mais diretas que podemos observar, no momento, são as que apontam para uma ampla e dinâmica circulação da informação, alicerçada na expansão em larga escala da informática, para a sedimentação de grandes conglomerados de comunicação, para uma centralização e concentração do domínio de tecnologias avançadas pelos países centrais e pela ampliação do mercado de bens culturais- decorrente de uma profunda mudança nas formas de produção, circulação e distribuição desses bens.

Estas mudanças não ocorrem, contudo, sob pilares democráticos, mas assentadas em hierarquias bem precisas de diferenciação entre centros pro-

dutores, consumidores e formas de acesso. Deixar de considerar a produção, a difusão e a transmissão do conhecimento científico como parte desta lógica é extremamente arriscado.

Por esta razão, é que situamos que se a universidade no Brasil serviu muito mais à consolidação de formas de controle social e de exclusão social pautadas no acesso restrito a um dado campo da cultura como também teve uma função pouco destacada nos processos de desenvolvimento econômico, hoje ela tende a ampliar estas marcas ao se inscrever numa nova etapa de dependência. Pensar, portanto, a função social da universidade em tempos de globalização requer menos enumerar as requisições de aperfeiçoamento técnico-científico de uma futura sociedade do conhecimento do que examinar as funções desempenhadas numa ainda fundante sociedade do trabalho.

Contudo, não há como desconsiderar que o mundo do trabalho vem passando por profundas e significativas metamorfoses (ANTUNES, 1995). O reconhecimento destas mudanças torna-se, assim, um elemento primordial para se pensar as bases sobre as quais se erguem os enunciados acerca do fim da sociedade do trabalho e começo da sociedade do conhecimento. Para Frigotto a sociedade do conhecimento soa como uma "metamorfose do conceito de capital humano, expressando a base ideológica das relações capitalistas globalizadas sob um novo apoio técnico-científico":

Buscamos, igualmente, evidenciar que a categoria sociedade do conhecimento, e seus desdobramentos, expressa, na sua formulação ideológica, uma efetiva mudança da materialidade da crise e das contradições da sociedade capitalista neste final de século. Trata-se, todavia, ao contrário do que postulam os apologetas do fim da história e das classes sociais e da sociedade pós-industrial, de uma mudança secundária, derivada, incapaz de modificar a essência excludente da ordem social capitalista. (1995: 89)

As transformações pelas quais o modo de produção capitalista vem passando nas últimas décadas têm sido apreendidas ideologicamente pelo bloco neo-conservador que se instalou como elite dominante a partir dos anos oitenta no Brasil e no mundo, como um triunfo do capitalismo, cinicamente manifesto¹ através dos mais diversos meios culturais: imprensa, cinema, teatro, música e, principalmente, pela academia. Nesta ordem, a universidade como espaço privilegiado da produção e transmissão do conhecimento tecnológico e científico tem sido alvo de importantes investidas que visam a sua rápida adequa-

ção a esta esfera de difusão cultural, alimentando academicamente essa tese triunfalista e se inscrevendo como um organismo importante a dar consistência e legitimidade à falsa lógica que rege essas afirmações.

Este esforço tem se expressado em contínuas críticas à produtividade, qualidade e atual estrutura de funcionamento das universidades públicas, principalmente. O que tem motivado algumas ações por parte do Estado, a partir da ótica neoliberal, de estabelecer uma série de mudanças na universidade, conferindo-lhe uma nova funcionalidade diante das exigências que as atuais mudanças na esfera da produção e do mercado reclamam.

A perspectiva de potencializar uma nova racionalidade, tomada como imanente ao estágio atual de desenvolvimento da universidade enquanto organização, enquanto espaço de produção e de valorização da ciência, em um período de forte penetração das ideologias defensoras da globalização, tem levado a uma crescente valorização e preocupação com a questão da competitividade e da qualidade². São grandes os riscos de uma transmutação pura e simples da esfera da produção para a da universidade, de concebê-la como uma unidade produtiva como outra qualquer³. Esta discussão vem surgindo com desafios bem demarcados pelos seus principais interlocutores, produzindo a necessidade de respostas e investimentos que pouco vêm requerendo em termos de um maior aprofundamento sobre os significados dos mesmos para a vida acadêmica, em particular, e para a educação, em geral. É o que podemos perceber, por exemplo, no desafio apontado por Drucker:

O novo desafio enfrentado pela sociedade pós-capitalista é a produtividade dos trabalhadores do conhecimento e dos trabalhadores em serviços. Melhorar a produtividade dos trabalhadores do conhecimento irá, na ver-

Seria um erro de avaliação grosseiro estimar que o fenômeno da globalização se restringe ao campo da produção.

A carência de recursos restringiu não só os investimentos em manutenção e ampliação de equipamentos como vem degradando substantivamente a força de trabalho docente

dade, exigir mudanças drásticas na estrutura das organizações da sociedade pós-capitalista e na estrutura da própria sociedade.

Quarenta anos atrás, os trabalhadores do conhecimento e de serviços representavam menos de um terço da força de trabalho. Hoje essas pessoas equivalem a três quartos ou quatro quintos da força de trabalho em todos os países desenvolvidos- e sua participação ainda está subindo. Sua produtividade, e não a produtividade das pessoas que fazem e movimentam coisas, é a produtividade de uma economia desenvolvida. Ela é extremamente baixa. A produtividade das pessoas atuando em trabalho do conhecimento e em serviços pode, na verdade estar caindo ao invés de subindo. Um terço dos investimentos de capital nos países desenvolvidos nos últimos trinta anos foi destinado a equipamentos para manuseio de dados e informações, computadores, máquinas de fax, correio eletrônico, televisão em circuito fechado e assim por diante. Entretanto, o número de pessoas que executa trabalho administrativo, isto é, pessoas para cujo trabalho a maior parte desses equipamentos é dedicada, tem crescido muito mais depressa que a produção total ou o produto nacional bruto. Ao invés de se tornarem mais produtivos, os trabalhadores administrativos se tornaram menos produtivos. E ousa afirmar que ninguém pode afirmar que o professor de 1990 é mais produtivo que o professor de 1900 ou de 1930. (1996: 55-6)

Embora a questão apresentada registre de fato um movimento real, experimentado no mundo nos últimos anos: o crescimento do trabalho assalariado, no setor de serviços, e a diminuição significativa, no setor industrial, sua formulação, nos termos apresentados por esse autor, não deixa margem para grandes interrogações sobre seu significado na nossa realidade. E esta é uma marca da predominância do debate ideológico sobre o debate teórico-político em torno das transformações na esfera da produção e da cultura, capturadas pelos defensores da globalização.

As transformações no mundo do trabalho e no mundo da cultura encerram de fato novos e importantes desafios para a universidade. Desta forma, não podemos deixar de considerar que o conjunto destas mudanças, que enquadram o próprio processo de desenvolvimento do capitalismo numa nova fase, a globalização, deve ser tomado como objeto de preocupação e interesse por uma instituição que tem como função básica ser crítica em relação à própria realidade. A principal contribuição que a universidade pode dar hoje, nesses tempos de rápidas transformações, é a de exercer sua função social primordial, produzir e socializar conhecimento, com extrema competência, rigor e profundidade e não se deixar levar pelo fácil canto da sereia e incluir sua produção no âmbito das interpretações ligeiras e superficiais que graçam no meio intelectual, transformando o conhecimento científico da realidade em discursos adesistas e eminentemente ideológicos.

B • I • B • L • I • O • G • R • A • F • I • A

ALMEIDA, Ney Luiz T. de. Cultura e universidade no Brasil dos anos sessenta. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, agosto de 1996. (mimeo)

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. "LDB e a avaliação institucional". ADVIR, nº 3. Rio de Janeiro: ASDUERJ, 1994.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DAVID, Harvey. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1989.

DRUCKER, Peter. Sociedade pós-capitalista. 5ª ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

FERNANDES, Florestan. A universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.

IANNI, Octávio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ORTIZ, Renato. Mundialização e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

..... N • O • T • A • S

Este artigo foi originariamente apresentado, no formato de comunicação, no I Congresso Nacional de Educação (CONED), realizado em julho de 1996 em Belo Horizonte e ampliado em algumas direções para compor uma reflexão mais abrangente.

¹ Salientamos a impertinência desta propaganda de um capitalismo triunfante que é feita a despeito de todas as evidências que revelam seu caráter cada vez mais excludente e sua descomunal capacidade de produzir miséria

² Para um balanço crítico deste processo ver: GENTILI, Pablo & SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas; 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

³ Já havíamos alertado para este fato há pouco tempo em uma reflexão sobre os significados da avaliação institucional: "Para além dos processos terceirizadores- os que mais se evidenciam em nosso cotidiano-, o que mais decisivamente pode afetar a universidade é a transposição integral dos conceitos que regem a reorientação do espaço e das relações de produção para a vida acadêmica. Decorre daí a incorporação de certos conceitos que passam a engrossar o debate sobre Avaliação Institucional, como o de "qualidade total", "produtividade" e "eficiência". O risco para a universidade do falseamento que o uso genérico e impreciso destas novas "palavras de ordem" impõe é o de acelerar o processo de aproximação da universidade a uma unidade industrial/comercial, transformando de vez seu produto final em mera mercadoria. Teríamos, assim, a Universidade S.A. ou a Universidade Ltda." (ALMEIDA, 1994: 23)

Autonomia universitária: gestão e financiamento

NESTOR BARBOSA DE ANDRADE

Comissão de Autonomia / ANDIFES



O texto apresentado a seguir, de autoria do ex-Reitor da Universidade Federal de Uberlândia e Representante da Comissão de Autonomia da ANDIFES, foi originalmente apresentado este ano ao Fórum de Reitores das Universidades Brasileiras.

Pela atualidade da análise sobre a situação do ensino superior no país e pela relevância da proposta apresentada quanto ao tema da autonomia, optamos por transcrevê-lo, convidando o leitor a percorrê-lo na íntegra.

Conselho Editorial

NESTE governo facilmente se reconhece o alinhamento com políticas preconizadas pelo Banco Mundial, inclusive já publicadas entre nós e que alia: diminuição do envolvimento do Estado com educação superior, pressão para aumento do atendimento à demanda sem crescimento dos recursos, estipulação da obrigatoriedade de arrecadação de verbas fora do Estado incluindo possibilidade de pagamento de mensalidades pelos alunos, maior diferenciação do sistema valorizando o setor privado inclusive com financiamento público, impedimento de organização de todas as universidades como instituições multifuncionais (ensino e pesquisa) selecionando algumas para terem esta evolução.

Para nós está muito claro que o projeto a ser gestado pelo Executivo poderá comportar uma reformulação da relação Estado-Universidade Pública com grande chance de provocar a degradação do sistema público, aprofundando a crise da educação nacional e comprometendo a missão maior de termos nela um instrumento estratégico para o desenvolvimento social.

Em acréscimo sabemos que o plano governamental submete a tramitação deste projeto a uma estreita relação com a Reforma do Estado, mais particularmente a Reforma Administrativa, dispondo com relevância sobre a administração de pessoal, o que certamente influenciará em muito a vida dos servidores das universidades..

É possível que tente tratar das situações de maior conflito no âmbito da Reforma Administrativa abrindo alas para mais fácil trânsito do projeto sobre universidade (autonomia e credenciamento), ou então, force para aprovar emenda constitucional

referente ao artigo 207 (da autonomia) que represente a primeira abertura para reforma, na área de pessoal, antes mesmo de conseguir aprovação da Reforma Administrativa.

Afora todos estes motivos a ANDIFES considera importante trabalhar para chegarmos a situação real de autonomia, dando vida ao que foi estipulado na Constituição de 1988.

Temos consciência de que a modificação constitucional por si poderá fragilizar nosso "status" atual sem necessariamente garantir um curso operacional satisfatório.

Daí propomos uma Lei Orgânica da Universidade que trata de detalhar e operacionalizar o artigo constitucional. Tal projeto de lei seria amplo, abrangendo à todo sistema universitário, público e privado, pois assim é também a cobertura dada pelo artigo constitucional.

Porque nos interessa essa abrangência envolvendo instituições públicas e privadas?

Para termos a configuração de um quadro de qualidade mínima necessária à educação superior, exigindo condições para o credenciamento de instituições privadas e operando a autonomia das instituições públicas, mantendo-as como instituições estatais.

Num País onde se deu um modelo de evolução de educação superior contemplando enorme preponderância do setor privado, precisamos abranger a todo o sistema num intervenção mais conseqüente, visando que ele tenha relevância e pertinência social.

Nesta linha é de imediato exigente que haja crescimento do sistema público e normatização da implantação e desenvolvimento das instituições privadas.

No modelo atual a única forma de mudarmos o cenário já configurado será estipular o caminho de fortalecimento do Estado, inclusive de sua arrecadação, deixando-o pronto para imprimir políticas públicas de maior repercussão social. Sem dúvida, para isto, terá que enfrentar o problema fiscal maior: enorme evasão, renúncia clientelística, subsídios mal direcionados, além de reelaborar política tributária que represente elemento de justiça social ao invés de penalização e expolição dos assalariados.

Somente assim poderemos colocar à disposição da educação (como da saúde) recursos na dimensão adequada ao exigido pelo quadro brasileiro: décima economia mundial, população jo-

vem, grande exclusão social enorme concentração de renda, e baixa mobilidade social. Só teremos possibilidades de se garantir alavanca de crescimento com acumulação em ciência e tecnologia nacionais, fundamento para o desenvolvimento do país.

Precisamos sair da ridícula posição de gasto de 3,6% do PIB, que nos deixa em 80º lugar no mundo em investimento na educação, e também isolados com a Argentina como país que investe menos de 200 dólares per capita e tem mais de 200 bilhões de PIB. Mas PIB é referência, não é massa de recurso disponível, este devem vir em impostos, daí a necessidade de reforma fiscal.

Provavelmente hoje o Brasil gasta, no seu todo, 22 bilhões de dólares/ano com educação em todos os níveis, tendo o MEC orçamento de 7 bilhões. O sistema universitário federal gasta 5,4 bilhões, incluindo cerca de 1,8 bilhões para pagamento de inativos e pensionistas, ou seja 3,6 bilhões mais diretamente com o processo educacional. O Governo, fraco em arrecadação mistifica na grande imprensa, com vários slogans que são perversos à imagem da universidade pública, tais como:

- ela é perdulária ao gastar 3,6 bilhões entre (37 universidades e 16 instituições isoladas), aproximadamente o triplo do que é gasto pelo conjunto das 3 estaduais paulistas;

- ela avança em grande parte do orçamento da educação (não faz referência ser apenas em relação ao orçamento do próprio MEC através da fonte 212 - Lei Calmon, excluindo portanto outras fontes, como o retorno constitucional aos Estados e Municípios e também o salário educação que configura o orçamento FNDE);

- ela inviabiliza o desenvolvimento da educação básica;

- ela tem uma péssima relação custo-benefício;

- ela é muito cara porque pretende ser instituição de pesquisa e isto deverá ser franqueado à poucas.

- ela não é universidade de massa e não atende a demanda crescente.

Juntamente com o Chile formamos fileira numa aventura de triste cenário - temos a educação superior dominada pelo setor privado e uma prática política governamental imprimindo diminuição do compromisso do Estado, exigindo

maior atendimento sem crescimento de recursos, e sobretudo, não implementando qualquer plano que assegure o desenvolvimento com base no crescimento do sistema universitário, sobretudo o setor público que consegue ter maior qualidade.

O que temos assistido recentemente é a evolução do quadro reformista que introjeta políticas singularmente experimentadas em vários países, onde se destacam a liberalização para o mercado, a privatização e uma redefinição do Estado, em geral deixando-o fraco para implementação das políticas públicas necessárias, abrindo campo para que educação e saúde sejam tratadas como novos negócios.

Não vejo enfrentamento de problemas básicos como o fiscal, e assim não saímos da constrangedora discussão do financiamento de políticas públicas, por estarmos com o Estado fraco, sem caixa. Pior ainda, pois verificamos prevalecer a direção em que o esforço contempla reformas, com diminuição de direitos, ao lado de, concessões absurdas ao sistema financeiro, tudo em nome de estruturação para um crescimento posterior.

A perspectiva desta direção não nos contenta e não revela qualquer subordinação à verdadeiras mudanças de prioridades.

Se a elite brasileira foi dominante e em geral não dirigente, porque não constituiu hegemonia junto ao povo e deixou ao Estado a tarefa da grande mediação, poderemos assistir agora início desta hegemonia, quando se dá na classe médica e em grupos políticos uma identidade maior com certos "valores" do neoliberalismo - diminuição do Estado, privatização - visão de efeito modulador do mercado, etc.

Não vejo enfrentamento de problemas básicos como o fiscal, e assim não saímos da constrangedora discussão do financiamento de políticas públicas

Precisamos sair da ridícula posição de gasto de 3,6% do PIB, que nos deixa em 80º lugar no mundo em investimento na educação, e também isolados com a Argentina como país que investe menos de 200 dólares per capita e tem mais de 200 bilhões de PIB

Se isto se confirmar creio que, de modo mais retumbante, estaremos correndo os riscos de um processo que poderá colocar o crescimento econômico ao lado do aprofundamento da pobreza.

Coloco a questão:

- a quem interessa autonomia?
- porque o forte interesse do governo?

No plano geral a autonomia nos interessa em vários aspectos:

- ela é própria ao conceito e objetivo maior da universidade, é parte do espírito fundante da mesma;
- ela poderá permitir maior desenvolvimento das instituições, que alcançarão maior eficiência;
- manterá campo da crítica ao Estado e à Sociedade, ao sistema social e econômico, dando independência em relação aos mantenedores e ao poder instituído;
- confere a instituição condições internas para melhor organizar seu projeto acadêmico relevante;
- exige da comunidade maior enfrentando do corporativismo;
- coloca de frente a instituição e a Sociedade abrindo-a verdadeiramente para a avaliação, observando objetivos, metas, desvios e erros;
- ela poderá instrumentalizar o governo para o seguimento das instituições, em condições de exigir, em nome do interesse do povo, a qualidade, a equidade social.

Assim nós consideramos de maior importância a autonomia, reconhecendo ser no Brasil onde as instituições públicas menos autonomia tem entre as instituições de países desenvolvidos.

Porque interessa tanto ao governo?

Podemos analisar o que temos de oficialmente colocado:

- necessidade de ter condições mais concretas para exercer a vigilância da qualidade nos atos de credenciamento e recredenciamento;
- maior controle de seus gastos;
- busca de maior eficácia no sistema, com maior atendimento à demanda;

No entanto, o atual governo impõe-nos dificuldades enormes, pelo que temos vivido ultimamente:

- pior período de financiamento do sistema público federal, vivendo em grande penúria para sua manutenção básica, com ausência de investimento recente, proposta de investimento zero, além de atrasos e dificuldades na política de benefícios;

- agressões múltiplas a imagem da universidade pública federal e seus servidores, em várias ocasiões, com uma posição contraditória para quem expressa expectativa sobre autonomia e aumento das parcerias com variados setores sociais;

- falta de clara determinação do papel esperado para as nossas instituições, a nosso ver, estratégico para o desenvolvimento nacional;

- restrições absurdas ao projeto acadêmico ao deixar-nos com vagas não repostas, improvisações com o professor substituto, etc.;

- demonstração em seus núcleos de governo do sentido da privatização das suas propostas;

- rejeição da expansão de sistema público mesmo que reconheça sua contenção nos últimos 15 anos;

- demonstração de preocupação apenas em gastar menos;

- falta de melhores condições de suas finanças por não criar condições para aumento de arrecadação;

- iniciativa de jogar na opinião pública o ensino superior contra o ensino básico;

Neste cenário, gerador de desconfiança, ainda se movem de fatores mais gerais como reforma administrativa que poderá restringir direitos de trabalhadores.

O que podemos fazer?

Propomos não nos ausentar e sair de posição apenas contestatória;

Propomos debater e intervir, tentando inscrever no projeto:

- objetivo maior, estratégico, da educação superior;

- visão do sentido público que deve ter esta educação, mesmo quando vindo de instituições privadas;

- caracterização do sistema público de educação superior, em seus níveis de articulação, com sua vinculação ao Estado;

- a caracterização da universidade pública;

- os pressupostos de financiamento, com detalhes sobre fonte, periodicidade, abrangência da manutenção, do pessoal, etc.;

- a visão não maniqueista de nova relação entre mantenedor e pessoal, por exemplo em novas regras da estabilidade;

- o ente jurídico universidade pública distante da formulação de organização sociais (Ministro Bresser) não estatais;

- submissão de autonomia na área administrativa, patrimonial, financeira à autonomia didático-científica ;

- afastamento de contraposição entre ensino básico e superior;

- visão de sistema, de interpenetração dos níveis, dado a relação da universidade com o ensino básico;

- visão de sistema para evolução solidária, mesmo que contendo grande heterogeneidade, e grande diversidade na história das instituições;

- a possibilidade de todas as instituições manterem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade de atividades múltiplas.

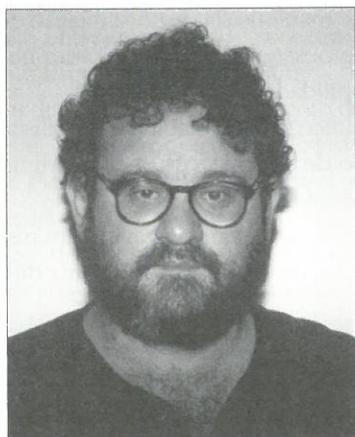
Finalizo reafirmando que o documento colocado em debate permanece em aberto para modificação, observando as várias manifestações possíveis, talvez assim fazendo papel de catalisador da discussão e aglutinador de tendências.

Avaliaremos oportunamente o quadro conjuntural definindo, de posse do documento reestruturado, como nos relacionaremos com o governo acerca deste projeto.

Universidade brasileira em tempos de neoliberalismo

HENRIQUE GARCIA SOBREIRA

Professor da Faculdade de Educação da
Baixada Fluminense / UERJ



ADORNO (1992) adverte que diante de um mundo marcado pela predominância de uma prática alienada/alienante a investigação/construção teórica pode (e, principalmente, deve) agir como arauto da liberdade. Assim, proponho aqui uma releitura teórica sobre três aspectos que considero basilares na conjuntura/estrutura nacional: o problema do neoliberalismo; a revisão da categoria Mercado pelo pensamento emancipador e algumas questões que a comunidade universitária tem abandonado quando convoca a sociedade em sua defesa. Considero a apresentação das presentes idéias, ainda incompletas, como parte do debate necessário aos interessados em superar os obstáculos e dificuldades que impedem o “avanço da liberdade” (Whitehead, 1994: 73).

NEOLIBERALISMO EM QUESTÃO

O tópico inicial refere-se ao que é (ou seria) o neoliberalismo: o conjunto de políticas voltadas para o combate ao déficit público e à inflação, em especial por meio da privatização de empresas e serviços públicos e do corte com despesas decorrentes dos mais variados esquemas de bem-estar social montados nos países centrais do capitalismo. Esse viés apresenta a crise fiscal e a ingerência do Estado na economia como fontes de todos os males do cotidiano. A redução do papel do Estado (conceito de Estado Mínimo), o corte de investimentos nos aparelhos redutores/compensadores/ocultadores (dependendo do ponto de vista do analista) da desigualdade e o conceito de Mercado como instância central de decisão sobre o presente e futuro da sociedade são alguns de seus corolários¹.

Anderson (1995) registra a fundação do movimento neoliberal na estação Suíça de Mont Pèlerin em 1947. Economistas conservadores convocados por Hayek reúnem-se para condenar e elaborar alternativas econômicas ao Estado intervencionista e do Bem-estar europeu (fundados tanto Relatório Beveridge como nas idéias de Keynes) e ao New Deal norte-americano. Hayek já em 1944 realiza um ataque apaixonado contra a intervenção do estado (uma ameaça letal à liberdade), seu alvo principal era o Partido Trabalhista inglês - que viria a vencer nas eleições gerais de '45. Para o autor, mesmo com a crise de 1973 o estado Keynesiano resistiu às críticas dos neoliberais devido ao seu sucesso na reorganização econômica e política dos países no campo ocidental no pós-guerra.

O neoliberalismo só começa a tornar-se hegemônico a partir dos governos de Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher na Inglaterra. Em vários sentidos não é incorreto associá-lo ao conservadorismo defendido desde sempre pelos partidos que sustentaram esses dois governos e pela maioria dos que seguiram sua inspiração nos diferentes locais do mundo

No Brasil, tanto a quadrilha collorida como a

aliança que sustenta o atual governo, são classificados de neoliberais. Discutir neoliberalismo parece passar por criticar a intervenção do FMI nas economias nacionais e os riscos ao emprego nativo derivados da globalização da economia etc. Acredito, porém, que antes de aderir ao monocórdio discurso sobre as intenções neoliberais como gerenciadoras da formulação de todas as políticas federais talvez seja necessário recordar o resultado político de crítica idêntica à outros governos. O caso francês é notável: depois de vários anos sendo acusado - por setores mais à esquerda no espectro político/intelectual francês - de implementador de políticas neoliberais François Mitterand é substituído por Jacques Chirac (numa coalizão conservadora) que, com suas propostas de reforma, leva Paris a uma situação convulsiva - ao estilo do sec. XIX. Aparentemente o governo socialista não era tão neoliberal como afirmavam seus opositores de esquerda.

Isso não significa que o discurso sobre o neoliberalismo não passe de nhenhên, ou o desconhecimento do motor principal da economia, no pensamento neoliberal, a produção e consolidação da desigualdade social, muito menos que a atual teorização econômica conservadora seja mais um disfarce ideológico de um capitalismo essencialmente imutável². Apenas chamo atenção para o fato de que classificar tal ou qual política ou político como neoliberal ajuda muito pouco³. Aparentemente neoliberalismo tem servido à esquerda (acadêmica e/ou partidária) como instrumento fundamental na construção de uma identidade coletiva em um tempo de desmoronamento das estabelecidas em torno das diversas utopias socialistas e da substituição da categoria imperialismo pelo conceito globalização.

Um dado geralmente omitido no debate é que a hegemonia do pensamento neoliberal nos países do hemisfério norte-ocidental foi alcançada por meio da eleição de partidos do campo conservador (com plataformas específicas sobre como debelar a inflação e crise fiscal a partir do controle monetário e dos gastos públicos, associados à uma política de redução do poder de intervenção dos sindicatos. A despeito do seus efeitos sociais dramáticos, como a aceitação de um certo nível de desemprego (regulador do Mercado de força de trabalho em benefício do capital ou indicador de novas configurações sociais⁴), sua implantação se dá em contexto democrático (o Chile é uma exceção notável), com a população referendando ou rejeitando, no todo ou parcialmente, a execução de seus postulados.

Porém, o relativo sucesso - como acontece

no movimento de condução dos projetos do plano das idéias para o terreno das políticas executáveis (das) no mundo real - não acontece com total implantação de seus pressupostos. Se as taxas de desemprego são altas, se os mais ricos pagam menos impostos, se há uma elevação da desigualdade social, se o estado renuncia a certos tópicos da agenda keynesiana, o neoliberalismo não conseguiu vitórias expressivas no dismantelamento do aparato de bem-estar social. Therborn (1995) aponta que

Apesar dos ataques frontais levados a cabo pelos neoliberais e do pouco apoio da esquerda clássica, os Estados de bem-estar se mantiveram bem. Concretamente, nos países da OCDE, os gastos públicos de 1993 eram mais altos do que os de 1979 (...). A solidez do Estado de bem-estar pode ser encontrada também na América Latina. Por exemplo, em seguida à ditadura pinochetista (...) provavelmente, a mais brutal do cone sul, o Chile tinha o sistema de políticas sociais mais avançado e mais custoso da América Latina. Isto é claro, não é um mérito da ditadura. (p. 46)

Outra questão desconsiderada é a série recente de derrotas eleitorais dos partidos defensores do neoliberalismo em diversos países que funcionaram quase duas décadas⁵ debaixo de seus pressupostos (declínio dos Conservadores Ingleses; a queda de Bush nos Estados Unidos; o retorno da maioria Socialista em Portugal e a vitória da coalizão de esquerda na Itália, por exemplo). A pergunta que emerge - das urnas abertas recentemente - refere-se aos limites de execução do projeto neoliberal numa sociedade regida pelo sufrágio universal e regular.

Mas o que deve ser investigado com mais cuidado, no caso do Brasil, é a que tipo de neoliberalismo os interlocutores políticos estão se referindo quando essa categoria comparece no discurso e quais os motivos pelo qual ele foi convocado a participar. Tanto a defesa como a crítica ao neoliberalismo começa tomar parte no nosso discurso político dirigido às grandes massas da população quando está saindo de moda nos lugares em que atingiu seus melhores resultados. Nosso país difere dos até aqui citados em vários aspectos: um estado com um grau de intervenção no ciclo de produção e circulação de mercadorias só comparável com o das economias do socialismo real associado a incipientes aparelhos de compensação de desigualdades sociais e uma concepção corporativa de empresa pública. Nossa preocupação com o bem-estar social assemelha-se mais aos esquemas de solidariedade próprios de países

dilacerados por conflitos étnicos e tribais. Vivemos em um país em que a democracia política é constantemente arriscada pela gestão privada - sem qualquer tipo de regulação ou empecilho à manipulação - do monopólio estatal das telecomunicações. Ao desemprego derivado de inovações tecnológicas se sobrepõe o derivado de relações econômicas anacrônicas, regido pela lei do mais forte.

Isso implica indagar se - no caso brasileiro - o neoliberalismo é uma categoria explicativa fundamental da realidade ou se emerge em cores mais fortes como um necessário elemento tático da luta política em uma conjuntura marcada - desde 1989 - pelo refluxo da utopia socialista. Em outras palavras, o que está em jogo é se a unidade em torno do combate ao neoliberalismo deve (ou pode) servir de instância de sufocamento das saudáveis (no sentido democrático) divergências que caracterizam a vida dos partidos e grupamentos políticos. A história (que se ainda não acabou deve servir para alguma coisa) está carregada de exemplos trágicos dos resultados da produção de identidades coletivas a partir da definição de um inimigo comum⁶. Neste espaço não me parece possível discutir tal aspecto com profundidade, mas aponto a ilusão política de se montar uma frente nacional-popular com os improváveis setores não-neoliberais existentes entre os capitalistas nacionais. Os movimentos transformadores no país já pagaram preços elevados por cometerem erros de avaliação como esse. Na maior parte das vezes a coesão de tais frentes tende para a desorganização, após alcançado o objetivo central. Sem contar que, mesmo durante a vigência de frentes amplas, o seu funcionamento geralmente se caracteriza por uma intensa disputa hegemônica (no sentido não-gramsciano da palavra) com freqüente substituição do debate das divergências por modelos autoritários de solução do conflito político.

Por outro lado, se é criticável como estratégia, um dos mais sérios problemas dessa unidade é sua fragilidade como instância de elaboração da solução para a principal tarefa - apontada por Anderson (1995) - dos opositores do neoliberalismo: sendo uma teoria com elevado grau de sofisticação das propostas, dificilmente será superada, no campo da democracia, sem a formulação de receitas e regimes alternativos. Se o neoliberalismo, no meu ponto de vista, é um pífio inimigo comum (enquanto coesionador de uma frente) é um adversário concreto muito cruel. Substituir o debate das alternativas pela organização de frentes contra ele pode trazer pequenos resultados. O investimento na agita-

ção e propaganda contra o neoliberalismo me parece servir mais para criar sentimentos de frustração e revolta em parcelas da força de trabalho, sendo favorável apenas aos que ainda preferem investir nos modelos insurrecionais de transformação⁷.

Para encerrar, retorno a alguns pontos. Primeiro, o neoliberalismo nasce no confronto com o projeto da social-democracia européia no pós-guerra. A bipolarização característica da Guerra Fria, induz a interpretação da social-democracia - pela esquerda comunista, vinculada à URSS ou não - como força no campo reacionário (compreensão do Welfare State como desmobilizador da consciência revolucionária das massas). Mesmo após a invasão do Afeganistão, a importância do pensamento vinculado à Internacional Socialista como alternativa ao modelo Soviético de transição para o socialismo continuou sendo desprezada. Finalmente, a principal, e mais proclamada, vitória do pensamento neoliberal não foi sobre este seu primeiro antagonista, mas sobre o chamado socialismo real.

Deter a disseminação da perspectiva neoliberal entre os eleitores⁸ parece ser tarefa central da luta política e democrática, exigindo dos opositores a apresentação de alternativas viáveis de manutenção e gestão do Estado. Nesse sentido, emerge como tarefa no interior do pensamento emancipador: a reflexão autocrítica do movimento marxista, suas escolhas, suas divisões, suas derrotas e vitórias. Tal elaboração reconstrutiva deve deixar de lado as invectivas contra o neoliberalismo e discutir alternativas à sociedade movida a partir da ampliação e cristalização da desigualdade entre seus membros. O principal desses pontos é a revisão do papel do Mercado (totem do pensamento neoliberal e tabu entre os socialistas) no interior das interpretações libertárias.

A QUESTÃO DO MERCADO

O Mercado é a fonte de vigor e o mecanismo dinâmico de estabelecimento da sociedade segundo os defensores (teóricos e práticos) da atual configuração do modo de produção capitalista (os mais radicais sugerem até que o Mercado livre se confunde com o conceito de democracia política e se postos perante ao dilema da escolha entre as liberdade econômica e política sacrificam sem hesitação a segunda⁹). Tal abordagem apresenta como maior problema o tratamento abstrato e ahistórico da categoria. O marxismo contemporâneo aceita tal abstração atribuindo ao Mercado um lugar exclusivamente negativo no interior de sua formulação teórica.

Os principais produtos da liberdade de Mercado seriam a anarquia da produção (com ciclos recessivos sucedendo à crises de superprodução), a depreciação dos salários (transformação da força de trabalho em mercadoria e criação do exército reserva de mão-de-obra) e o abandono do atendimento das necessidades humano-sociais que não se prestam como fonte de extração de mais-valia.

Ao Mercado era contraposto o planejamento econômico socialista centralizado¹⁰. Ora, o fracasso do modelo soviético de atender as necessidades da sociedade - base da perestroika de Mikhail Gorbatchev - termina possibilitando um amplo debate sobre tal concordância no interior do marxismo e, principalmente, a revisão do papel do Mercado, rumo a sua inclusão como categoria do aparato teórico transformador: alternativa aos mais variados modos de planejamento e previsão econômicos levados adiante pelas diversas experiências concretas de construção de sociedade socialista.

Os acontecimentos das duas últimas décadas (colapso econômico e político do socialismo real) impõem a reflexão a respeito de correções na abordagem marxista. Numa coletânea sobre a queda do socialismo diversos artigos tentam produzir novas compreensões sobre o papel do Mercado (Blackburn, 1992). A questão central consiste numa crítica apontando para um modelo econômico viável que, sem considerar que a experiência comunista nada significa (p. 110) reconheça o Mercado como necessidade do cálculo econômico¹¹. Em outras palavras, o pensamento transformador não pode confundir a tarefa de definir os princípios de provimento das necessidades individuais e coletivas com as tarefas concretas de viabilizar a produção desse atendimento.

O que está em jogo o papel da concorrência econômica como forma de prever, comunicar e atender as necessidades sociais com justiça e não a sua abolição. Assim, a existência do Mercado e a transformação de produtos do trabalho humano em mercadorias deixam de possuir um significado absolutamente negativo e passa-se à investigação do papel da concorrência (e não do partido único, federação de partidos, comitê central de cooperativas autônomas, união dos conselhos de fábrica etc.) como elemento de cálculo econômico nas economias socialistas. Blackburn recorre a diversos autores clássicos marxistas para demonstrar que uma visão positiva do papel do Mercado nas relações sociais não é absurda, muito menos novidade nesse campo teórico. Em outras palavras, certos mecanismos interpretados como elementos da economia capitalista precisam ser repensados pe-

los revolucionários tendo em vista

os problemas nada desprezíveis que teriam de ser enfrentados por um governo disposto à socialização. [Kautski] Faz ver a dificuldade organizacional que haveria caso o "o Estado, na Alemanha, passasse a dirigir a produção de dois milhões de fábricas em atividade e a atuar como canal para a circulação dos produtos, que lhe chegariam em parte sob a forma de meios de produção, e em parte sob a forma de bens de consumo a serem distribuídos a 60 milhões de pessoas cada uma delas com necessidades específicas e variáveis". Sem descartar a possibilidade de haver meios para realizar tal façanha, Kautsky rejeita qualquer projeto no sentido de "regulamentar, a partir da cúpula, as necessidades da humanidade... atribuindo a cada pessoa à maneira dos quar-téis, uma cota". (Blackburn, 1992: 124)

A questão não seria rejeitar os mecanismos criados em plena vigência do modo de produção capitalista e sim socializá-los, inclusive o Mercado. Neste caso, a solução passa pela construção de um sistema de Mercado¹² onde, além das decisões individuais, ocupem posição de destaque decisões coletivas. Até que ponto a autodeterminação individual será contraditória à tomada de decisões coletivas é um dos problemas decorrentes desta proposta de Mercado Socializado. Por outro lado, quando se está no Mercado livre não há como evitar que alguns ganhem enquanto outros percam, neste caso tomam-se necessários mecanismos que reduzam a ineficiência sem aumentar a desigualdade e a injustiça como forma de não se abandonar a perspectiva de construção do socialismo.

Uma das questões levantadas por Kautsky relacionava os excessivos autoritarismo e burocratização da sociedade soviética como sendo fonte de fracasso econômico, impedindo a formação de uma força de trabalho criativa e autoconfiante e só obtendo êxito onde era possível aplicar métodos militares. Trotsky, por sua vez, ao mesmo tempo em que propunha internacionalizar (embora apenas com os países de governo social-democrata) a elaboração dos planos quinquenais, criticava aqueles que organizavam sociedade soviética (e por extensão, qualquer sociedade) a partir de um cérebro, único:

Se existisse uma inteligência universal do tipo que se projetasse na fantasia científica de Laplace - uma inteligência capaz de registrar simultaneamente todos os processos da natureza e da sociedade, capaz de medir a dinâmica de seu movimento, capaz de prever os resultados de suas interações -, essa

inteligência seria decerto capaz, a priori, de traçar um plano econômico perfeito e completo que começasse no número de acres de trigo e acabasse no último botão de um paletó. Com frequência, a burocracia imagina dispor de uma inteligência assim; e é por isso que dispensa tão facilmente o controle de Mercado e a democracia soviética (...). Seria preciso que os inumeráveis participantes da economia, coletivos e individuais, informassem acerca de suas necessidades, não só por meio de determinações estatísticas das comissões de plano, mas também pela pressão direta da oferta e procura. É o Mercado que testa o plano, e até certo ponto o realiza. (Trotsky, in Blackburn, 1992: 146)

Em 1933 a posição de Trotsky evoluiria para a defesa da socialização, e não da abolição, dos mecanismos de cálculo econômico e monetário do capitalismo. Dinheiro e Mercado se configuraram em instrumentos necessários ao planejamento socialista (Blackburn, 1992).

Um outro aspecto do debate sobre o cálculo econômico é o levantado pelo debate entre economistas capitalistas (Mises e Hayeck especialmente) e socialistas (Dobb, Lange, Breit, Polanyi, Dickinsom, Lerner e Neurath) austríacos. Fazendo frente ao culto à superioridade do capitalismo como forma de participação ampla no processo decisório (para Mises a questão central consistia na resposta sobre a quem cabia o direito de planejar: cada membro da sociedade ou um governo benevolente), os últimos (tendo como ponto de partida para a política e para a economia o respeito às opções individuais) objetavam que:

(...) 1) a ampla igualdade de condições materiais será o melhor caminho para a autodeterminação individual; 2) as estruturas íntimas da individualidade formam-se a partir do tecido social, que por isso mesmo deve ser o mais rico possível; 3) a existência humana é dotada de condições que exigem atenção e manutenção coletivas; 4) para obter tais resultados são vários os processos de autodeterminação democrática. (Blackburn, 1992: 155)

Em outras palavras, o objetivo socialista de, ao mesmo tempo, controlar conscientemente os processos econômicos para erradicar a pobreza e propiciar a todos indivíduos os meios necessários à sua auto-realização choca-se com regras do Mercado livre, embora este seja imprescindível como mecanismo de formação de preços que, por sua vez, é o principal mecanismo de combate à estagnação econômica, uma das origens de pobreza.

Um complemento às preocupações levantadas por Blackburn são as considerações expostas por Kagarlitsky (1992). O economista, ao estudar A Desintegração do Monólito, oferece algumas alternativas à dicotomia paralisante “livre” Mercado capitalista versus controle burocrático centralizado. O autor critica a conjugação (imediata e natural) entre as categorias liberdade e iniciativa. A segunda era uma característica que seguramente não faltava nos navegadores espanhóis que aportaram no México com Cortez, aos mercadores de escravos e aos construtores de campos de concentração. Iniciativa - assim como Mercado - antecede ao modo de produção capitalista, podendo, inclusive ser fonte de limitação da liberdade. A liberdade de iniciativa, portanto, precisa ser conjugada com mecanismos de controle para que o investimento nos setores não-lucrativos ou de difícil inclusão no jogo do livre Mercado não seja abandonado, além de serem limitadas as iniciativas que coloquem em risco a sociedade em benefício do indivíduo. O domínio puro e simples da “iniciativa” conduz à barbárie tanto quanto o planejamento centralizado:

Do que as pessoas com iniciativa precisam não é do Mercado nem da propriedade privada, mas da oportunidade de realizarem seus projetos. Se isto pode ser feito através do Mercado, bem. Se for através de algum outro recurso, também está bom.¹³ (p. 139)

Blackburn argumenta que o próprio Marx considerava o Mercado muito mais um aspecto das forças de produção do que um simples epifenômeno das relações de produção (1992: 168). Nem o Mercado deve ser desconsiderado como meio de transmissão de informações, nem o socialismo como apenas cerceador da iniciativa dos agentes econômicos. Quanto ao problema da pobreza e da injustiça, se o preço da mão-de-obra deixar de ser regulado pelo Mercado, a tendência a economizar trabalho não se refletirá em baixa dos salários, como ocorre no capitalismo (p.169). Na socialização do Mercado deverão ocupar lugar de destaque as formas de propriedade social e não apenas de propriedade privada.

Qual o sentido de toda essa discussão para o debate nacional sobre o neoliberalismo? O que está em jogo é que - independente do apoio ou divergência próprio de cada corrente da esquerda nacional ao modelo soviético de construção do socialismo - todos pagam o preço ideológico de seu fracasso¹⁴. No embate político-ideológico pouco adianta afirmar às massas que minha corrente/partido não tinha nenhum compromisso

so com aquilo lá. Todos somos herdeiros (diretos ou indiretos) do Manifesto de 1848 e da Revolução de 1917. Neste caso torna-se impossível rejeitar os campos de silêncio do Kampuchea, a queda do Muro, como se não fossem também parte do legado de Marx, Engels, Lenin etc... Nesse caso, a autocrítica da substituição do Mercado pelo Cérebro Único é um passo importante no combate ao pensamento neoliberal. O hiperdimensionamento das virtudes do primeiro - pelo pensamento conservador - não deve ser substituído pela sua pura negação.

NEOLIBERALISMO E UNIVERSIDADE

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que o postulado (mito) clássico liberal da escola pública como instrumento de oferta mobilidade social raras vezes, no Brasil, se consubstanciou em políticas educacionais, práticas pedagógicas e/ou representações compartilhadas hegemonicamente pelos atores interessados - direta e/ou indiretamente - na educação. Ora, é necessário salientar que a noção de Educação Universal foi objeto da primeira política social dos Estados nacionais (Paiva, 1991), podendo ser considerada o embrião do Welfare State e do conceito de direitos sociais. Porém, nos países em que educação e escolarização sempre se relacionaram mais ao conceito de exclusão do que ao de justiça é exercício de tautologia apontar a universidade como o lugar em que a exclusão e sua legitimação agem em seus graus mais elevados.

Exemplo do atraso brasileiro nas concepções sociais a respeito das funções da educação é o fato de que, enquanto nos países centrais do capitalismo diversos intelectuais começavam a investigar as diferentes vias de legitimação do status quo imanentes ao conceito liberal escola para todos, o Governo Militar encontrava uma oposição massiva e silenciosa - e, é correto afirmar, ainda hoje vitoriosa¹⁵ - a tópicos ampliadores do direito social à educação como, por exemplo, o fim do Exame de Admissão e a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na avaliação do rendimento escolar. Assim, permanece cristalizado na grande maioria do corpo docente do país (em especial entre os que atuam a partir do segundo segmento do 1º Grau) o desejo de receber os alunos já prontos (pré-selecionados), em geral verbalizado das seguintes formas: a expressão falta de base assumindo status de categoria explicativa; a sensação, entre os professores, de turmas a cada ano mais fracas¹⁶; conceituação de crianças com 11 anos de idade, frequentando a quinta série, como infantis e - num desvio mais grave - a

escolarização crescente das instâncias pré-escolares.

Refletir sobre tais representações é uma tarefa difícil, pois, partindo de um ponto de vista empírico - no pior dos sentidos que essa palavra pode assumir - creditamos todo nosso sucesso intelectual à uma escola que associa univocamente qualidade de ensino à seleção dos mais capazes. Assim a Educação possui - como o Mercado - sua "mão invisível" onde o esforço individual nos estudos ocupa o lugar da iniciativa e a obtenção de notas e créditos o da concorrência econômica. Qualquer estrutura ou filosofia pedagógica que proponha - em qualquer série ou grau - a superação da desigualdade de pontos de partida é considerada assistencialista e imprópria para a produção de espíritos independentes e capazes de iniciativas no campo da produção de cultura e ciência. Vale notar, interpretação análoga a dos conservadores sobre as consequências da concessão de direitos sociais à força de trabalho.

Como o tópico qualidade retorna ao debate educacional carregado de resignificações no interior do pensamento neoliberal, uma das mais importantes tarefas dos que ainda investem suas energias na construção de uma sociedade justa é não fugir ao debate (por exemplo, considerando que o tema possui apenas conteúdo ideológico não sendo, mesmo enquanto possibilidade, expressão de mudanças nas formas concretas de produzir a existência do gênero humano) e reivindicar um conceito de qualidade de ensino definido a partir da análise das formas materiais de viabilizar a inclusão do conjunto da sociedade - e aqui vale insistir numa definição óbvia, mas nem sempre exposta com a necessária evidência - de conjunto: todos os sexos, todas as etnias, todas nacionalidades, todas as idades e, principalmente todas as situações econômicas¹⁷.

Um problema a ser enfrentado na autoelaboração crítica da educação - a ser realizadas pelos docentes - refere-se à concepção de que o combate à pobreza e desigualdade por meio da escola ou é engodo liberal ou assistencialismo desmobilizador. Paiva considera crítico que a redefinição das funções a serem preenchidas pela educação se imponha como exigência sem que tenha se esgotado a discussão a respeito de suas funções tradicionais. Tal debate estaria enviesado pois

A interpretação marxista parte da consideração do Welfare State e suas bases teóricas como a fórmula de salvação do capitalismo: o Estado trataria de compensar os efeitos negativos dos ciclos econômicos, oferecendo maior segurança para o capital, atra-

vés tanto de encomendas quanto da pacificação e controle social dos trabalhadores. (...) Os programas sociais aparecem aí como força reguladora, disciplinadora e amenizadora de conflitos, condição para a extração da mais valia e estabilidade na valorização do capital. (1991: 170)

Ora, se realidade educacional brasileira revela que o conceito de universalização do ensino fundamental ainda não está hegemonicamente vinculado ao direito à vida¹⁸, maiores dificuldades serão encontradas em eliminar o caráter de mercado (na acepção mais selvagem da expressão) presente no ensino superior. Recentemente uma trágica evidência do resultado dessa concepção de educação pôde ser vista no Campus da UERJ (e talvez em outros): uma faixa exibida como palavra de ordem a solidariedade entre estudantes, desempregados e sem-terra, substituindo o ortodoxo apelo à unidade operária-camponesa-estudantil. Um mínimo de exercício autocrítico bastaria para que fosse restabelecida a distancia entre o anseio corporativo e a utopia socialista escondida pelo vanguardismo da duas expressões. Em outras palavras, o combate ao neoliberalismo externo que ameaça a universidade não está sendo acompanhado pelo combate às contaminações neoliberais internas no nosso cotidiano, como por exemplo: a estrutura do vestibular, a pedagogia concentradora, a baixa taxa de retorno (tanto do ponto de vista econômico como do social) do investimento público e privado no ensino superior, as resistências interna à uma política agressiva de aproveitamento de vagas ociosas etc.

Entre as diversas opções oferecidas é importante a definição sobre a validade de uma estratégia ofensiva contra o neoliberalismo, passando por um projeto de reforma do papel desempenhado pela universidade pública que a transforme em agente de redistribuição do conhecimento socialmente produzido. Enquanto a universidade (como um todo) continuar gerenciada, no seu cotidiano - administrativo e pedagógico - pela agressividade do Mercado (regida apenas pela ecologia da mão invisível) considero difícil convencer ao eleitor - que, em última instância, é quem decidirá o seu futuro = vote em defesa da atual organização do ensino superior brasileiro. Sem o amplo debate a respeito dessa via, pouco auxílio virá no momento de um ataque vigoroso à universidade.

Adorno, Theodor W. Anotações sobre Teoria e Prática in Adorno, T. W. Quatro Textos Clássicos. Araraquara - São Carlos: UNESP - UFSCar (mimeo.) 1992.

Anderson, Perry. Balanço do Neoliberalismo. in Sader, Emir & Gentili Pablo. Pós-neo-iberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 (9-38).

Blackburn, Robin. Depois da Queda. O Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Ilich, Ivan. Um Apelo à Pesquisa em Cultura Escrita Leiga. in Olson, David R. & Torrance Nancy. Cultura, Escrita e Oralidade. São Paulo: Ed. Ática S. A., 1995 (35-54).

Jameson, Frederic. O Pós-modernismo e o Mercado. In Zizek, Slavoj (org.). Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996 (279-296).

Kagliartisky, Boris. A Desintegração do Monólito. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

Lenin Vladimir I. O Que Fazer? in Obras Escolhidas. I. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1981.

Offe, Clauss. Trabalho: A Categoria Sociológica Chave? in Offe, Clauss. Capitalismo Desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989 (167-198).

Paiva, Vanilda. Educação e Bem-estar Social. Educação & Sociedade, 39, (XII), ago. 91. Campinas : CEDES & Papyrus, 1991 (161-200).

Paiva, Vanilda & Warde, Mirian Jorge W. Novo Paradigma de Desenvolvimento e Centralidade do Ensino Básico. Educação & Sociedade, 44, (XIV), ab. 93. Campinas:CEDES & Papyrus, 1993 (11-32).

Shaikh, Anwar. Tendência Decrescente da Taxa de Lucro. In Bottomore, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988 (371-373).

Therborn, Göran. A Crise e o Futuro do Capitalismo. in Sader, Emir & Gentili Pablo. Pós-neo-liberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995 (39-62).

Whitehead, Lawrence. Alguns insights da Teoria Social do Ocidente. Novos Estudos, (40), nov. 1994. São Paulo: CEBRAP, 1994 (55-76).

¹ Tal definição se encaixa no que Whitehead consideraria como levantamento dos mais superficiais e seletivos de um corpo extremamente rico e complexo de idéias (1994: 56), embora seja suficiente para o debate que proponho.

² O artigo de Whitehead (1994) sobre os liberalismo e os neoliberais sugere instigantes pontos de partida para que este debate não fique atolado em simplificações derivadas do imediatismo inerente ao ativismo político.

³ Em diversos casos, considerar certos "conservadores" - a falta de melhor palavra - brasileiros assume caráter de elogio.

⁴ A esse respeito vide o debate iniciado por Offe (1989).

⁵ Esse espaço de tempo me remete ao comentário de Paiva & Warde (1993: 13) sobre a resposta de Keynes aos conservadores que o acusavam de apresentar uma proposta que só atingia os problemas de curto prazo: a longo prazo estaremos todos mortos.

⁶ Casos exemplares dos problemas que passam as identidades coletivas são o atentado da extrema direita a um prédio do Governo nos EUA em Oklahoma (e aparentemente a bomba no Centennial Park de Atlanta possui a mesma origem) e a morte do Premier israelense Yitzhak Rabin. Nesse casos, ao serem divulgadas as primeiras informações o mundo esperava com a ansiedade a prisão dos vilões fundamentalistas (barbados e com turbantes), mas os autores dos crimes saíram exatamente das, até então, hostes coletivas norteamericana e israelense.

⁷ A respeito do papel da agitação e propaganda como elementos fundamental à revolução é sempre recomendável a leitura de Lenin (1981)

⁸ Na atual configuração do mundo, a categoria eleitor me parece ser muito mais indicada - tanto pelo que explica, como pelo que esconde - do que massa, cidadão, classe, proletariado etc.

⁹ Whitehead comenta da seguinte forma as percepções de Hayek sobre a *indivisibilidade da liberdade* (reconciliação das dimensões políticas e econômicas da liberdade), e sobre sua concordância com Schumpeter: *Ambos pensadores eram profundamente pessimistas sobre as perspectivas de consolidação de democracias baseadas no Mercado; não só temiam os abusos e a má alocação de recursos que poderiam derivar do governo popular, como não consideravam o cálculo dos "atores racionais" como a força motriz da mudança social (...)* (1994: 68)

¹⁰ Sua forma mais sofisticada eram os planos quinquenais da URSS, elaborados a partir de metas do Comitê Central do Partido Comunista.

¹¹ Que Marx não teria considerado desnecessário no socialismo.

¹² Ilich (1995: 40) - em outro contexto - recorda que *Polanyi mostrou que a troca de mercadorias precede, em muitos séculos, e até mesmo milênios, o mercado dos interesses econômicos. Essa troca pré-econômica era executada por comerciantes que agiam mais como diplomatas*

que como homens de negócio. Comentando a Política de Aristóteles, Polanyi (...) mostra que a técnica do marketing, em que o valor de uma mercadoria passa a depender da demanda e do estoque, (...) é uma invenção grega do início do século IV a.C. Embora os mais ortodoxos possam objetar citando as diversas passagens em que Marx explicita as diferenças entre a existência histórica do dinheiro e a configuração moderna da categoria capital, as reflexões de Polanyi não devem ser descartadas se forem levadas em conta as reflexões relacionadas por Blackburn (1992)

¹³ Vale aqui citar Jameson (1996: 296) - com a ressalva de que esse autor dificilmente consideraria válidas as idéias expostas no presente texto - na conclusão de **O Pós-modernismo e o Mercado**, após assinalar *o curioso fenômeno de que o "mercado" venha finalmente a se revelar tão utópico quanto recentemente se afirmou ser o socialismo. Nessas circunstâncias, de nada adianta substituir uma estrutura social inerte (o planejamento burocrático) por outra estrutura social inerte (o mercado). O que se requer é uma grande projeto coletivo do qual participe uma ativa maioria da população, como algo pertencente a ela e construído com sua própria energia.* O autor considera que se o planejamento (semelhante ao estabelecido na literatura socialista) fará parte do projeto o mercado *por definição* não o constituirá. A argumentação de Jameson abre espaço para a teorização sobre o (apesar da ironia) "mercado real" em oposição ao "mercado utópico".

¹⁴ Sobre esse ponto é muito interessante a argumentação de Habermas *in* Blackburn, 1992.

¹⁵ As transformações do perfil educacional/escolar do país durante o mais recente período autoritário carecem de reflexões que nem só o distanciamento temporal ou epistemológico permitirão. Enquanto os diversos *esqueletos ocultos no armário* (tanto no sentido simbólico como no trágico da expressão) não forem elaborados pelo conjunto dos participantes da triste quadra, o seu impacto nos dias de hoje será sub ou super-avaliado.

¹⁶ Como o avanço progressivo das sucessivas gerações de escolares no interior da estrutura educacional brasileira não acontece em uma situação de "concorrência perfeita" tal sensação entre os docentes sugere uma investigação a respeito da presença de uma **Lei da Tendência Decrescente da Taxa de Conhecimento** de modo homólogo à Tendência Decrescente da Taxa de Lucro (vide Shaikh, 1988).

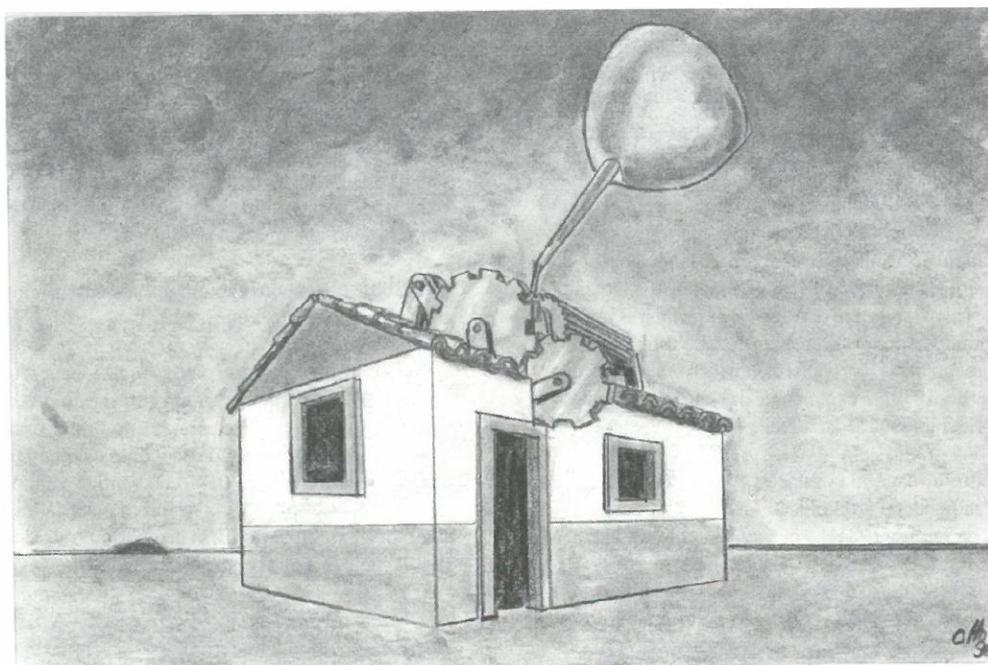
¹⁷ Isto implica pensar a escola e a universidade em termos completamente novos, por exemplo o significado da ampliação de oferta de educação regular e continuada em tempos ou de desemprego estrutural e rotativo de uma boa parte da população economicamente ativa ou de uma reconfiguração da sociedade do trabalho, bem como do perfil de oferta de vagas e das formas de recrutamento para elas.

¹⁸ Sendo preciso, inclusive, acrescentar que não há grande concordância social a respeito do direito à vida. Vide por exemplo o extermínio de menores e maiores, a esterilização em massa (organizada sob princípios demográficos malthusianos) de mulheres pobres etc.

A FAMÍLIA NO ESTADO NOVO:

O discurso e a prática dos primeiros assistentes sociais no antigo Distrito Federal

MÔNICA MARIA TORRES DE ALENCAR, ALINE DE CARVALHO MARTINS & DENISE NICÁCIO PEREIRA



A década de trinta, no Brasil, foi cenário de profundas transformações na estrutura sócio-econômica e política do país. A partir, fundamentalmente, desses anos começou a se operar a modernização capitalista da sociedade brasileira, estabelecendo-se novas formas de organização da produção e do trabalho. Desse modo, instituiu-se as novas bases materiais para o relacionamento entre as classes sociais emergentes-a burguesia industrial, o proletariado e as camadas trabalhadoras urbanas- que articularam novas formas de inserção em uma estrutura social caracterizada pelo desenvolvimento da economia, pelo fortalecimento do poder de Estado e pela organização de uma estrutura jurídico-institucional que estabeleceu um novo tipo de articulação entre o poder público e a sociedade civil.

As classes sociais lutavam pela realização de seus projetos sócio-políticos, reorganizando e redefinindo as formas de conflito e confronto, numa sociedade conduzida por uma nova racionalidade

econômica e pela transformação das relações sociais. As classes sociais emergentes buscavam obter representação política numa sociedade ainda fortemente marcada pelo patriarcalismo e autoritarismo das elites oligárquicas.

Com efeito, o processo de modernização capitalista em curso no país foi atravessado pelas peculiaridades de um desenvolvimento econômico que tendeu a não realizar as transformações substanciais na estrutura social, econômica e política da sociedade brasileira, conservando intocadas velhas formas de organização da vida social.

Diante dessas condições aprofundaram-se aqueles posicionamentos que- clamando pela constituição da nação moderna, e sem compartilharem, muitas vezes, de um mesmo ideário político-ideológico-, aderiam a uma visão hierárquica da ordem social e à idéia de que era preciso dar forma a nação, tomando-se, pois, o fortalecimento do Esta-

do uma questão prioritária nesse processo. O Estado que emergiu no cenário social brasileiro, tendo por base as novas condições econômicas e sociais, assumiu, principalmente em 1937, com a ditadura varguista, um caráter essencialmente autoritário, centralizador e intervencionista que, porém, articulou algumas medidas visando ampliar suas bases de apoio.

Em suma, estamos diante de um período histórico que, no Brasil, assinalou mudanças profundas na estrutura social do país, expressas na reestruturação da economia, nas relações de classe e no novo caráter do Estado brasileiro. Isto significou, portanto, uma inflexão no processo de constituição do capitalismo no Brasil que impunha a modernização do aparato produtivo e do trabalho na conformação de um novo *ethos* burguês, a partir do qual toma corpo uma nova racionalidade com nítidas repercussões na vida social, o que vem a exigir um certo tipo de socialização dos trabalhadores.

O projeto político-ideológico que se evidenciou a partir do Estado Novo - de valorização do trabalho, da constituição do Estado Nacional e da construção do "homem novo" (Gomes, 1982) - comprova a ação do Estado brasileiro na constituição de uma hegemonia burguesa sob novas bases e que passava pela modificação das relações sociais na formação social brasileira.

O discurso de valorização do trabalho aparece como forma de combate à pobreza. Através do trabalho a população encontraria formas dignas de vida e, em contrapartida, o país resolveria seus problemas econômico-sociais. (Gomes, 1982) Articularam-se, nesse período, algumas medidas no âmbito da legislação social e trabalhista consubstanciando um amplo projeto que em nome da "justiça social" constituiu as bases favoráveis ao processo de modernização capitalista. Tornou-se necessário, em função das modificações na produção e organização do trabalho, uma mão-de-obra minimamente qualificada física e mentalmente, o que pressupôs a articulação de formas de capacitação e controle dos trabalhadores.

Vale ressaltar que quanto à participação política da classe trabalhadora, o Estado passou a regular a sua representação sindical, intervindo até mesmo na constituição dos sindicatos mediante uma legislação sindical com clara inspiração na Carta Del Lavoro da Itália fascista. Assim, se por um lado a classe trabalhadora teve regulamentadas institucionalmente algumas de suas reivindicações históricas através da Legislação Trabalhista e Social, tornou-se alvo, em contrapartida, de um controle político sistemático que objetivava obstruir a autonomia do movimento sindical. Configurou-se, portanto, um projeto

político-ideológico que teve como substrato o controle do potencial de organização da classe trabalhadora.

É a partir deste processo que se pode localizar o projeto estadonovista de valorização do trabalho. Este último consubstanciou-se na preocupação que o governo assumiu em relação às condições de vida dos trabalhadores, expressada, por exemplo, nos inquéritos sociais realizados pelas instituições de assistência social, criadas sobretudo a partir da década de trinta, e que perscrutavam, além das condições de alimentação, habitação, educação dos trabalhadores, a sua vida moral e familiar. Durante estes anos, no antigo Distrito Federal, foram muitas as investidas dos governos federal, estadual e municipal em programas sociais voltados para a assistência aos trabalhadores. Por ser um pólo econômico, político, cultural e administrativo, o Rio de Janeiro há muito estava marcado por agudas contradições sociais expressas nas condições de vida e de trabalho das classes populares. Na administração de Ernani do Amaral Peixoto, interventor do antigo Estado do Rio de Janeiro, e de Henrique Dodysworth, prefeito do Distrito Federal, delineou-se um conjunto de obras sociais que capitalizadas pelas primeiras-damas tornavam visível o papel do Estado brasileiro na reprodução da força de trabalho. Em linhas gerais foram criadas algumas instituições cujo objetivo foi promover uma ação social que tinha como objetivo prestar assistência material, espiritual e moral. Datam desta época a construção de "habitações higiênicas e confortáveis" para os trabalhadores (vale ressaltar as iniciativas dos Institutos de Aposentadoria e Pensões), de alimentação (nesse período é reorganizado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) que fornecia alimentação barateada) e, também, de escolas profissionalizantes.

Com efeito, a atenção que as famílias das classes trabalhadoras passaram a obter do Estado brasileiro nesse período situa-se no bojo de um projeto político-ideológico de valorização do trabalho que atravessa necessariamente a família, à medida que se entendia que "(...) era pela família que o Estado chegava ao homem e este ao Estado" (Gomes, 1982: 158). Considerada o fundamento da nação, a família passou a ser alvo de ações que procuram protegê-la visto ser ela a base do progresso material e moral da sociedade brasileira. Ora, a preparação para o trabalho implicava, também, a formação moral do trabalhador; a família era um elemento fundamental para a reprodução de um modo de vida afinado à nova ordem social.

Em 1939 o Presidente Vargas assina o Decreto-lei n. 1.765, de 10 de novembro através do qual cria a *Comissão Nacional de Proteção à*

Família, tendo em vista que cumpria ao Estado "(...) estabelecer as condições favoráveis à formação, ao desenvolvimento, à segurança e ao prestígio da família (...)". A comissão formada teria como encargo a elaboração do projeto do Estatuto da Família que deveria conter os princípios de uma política nacional com relação à família. De acordo com o decreto-lei a comissão deveria ter em vista, dentre outros aspectos, instituir o abono familiar, facilitar a aquisição de casa própria, amparar a maternidade, a infância e adolescência, instituir benefícios especiais em favor das famílias numerosas, facilitar às famílias pobres a própria manutenção e a educação da prole e criar fontes de renda, mencionadamente o imposto sobre celibatários e casais sem filhos, para dar ao Estado os meios de ocorrer às despesas com a proteção à família. Do trabalho desta comissão resultou o Decreto-lei n 3.200, de 19 de abril de 1941, referente à organização e proteção da família, adotando as recomendações da comissão.

A análise do discurso e da ação social do poder público neste período permite entrever a preocupação em conservar a estrutura tradicional da família através da afirmação e delimitação de papéis e funções. Essa preocupação estendia-se à mulher, tida como guardiã do lar, base e fundamento da família. A mulher passa a ser vista como uma cidadã que teria uma grave missão a cumprir: ser o elemento central na constituição da família. A atuação social passava pelo apoio material vinculado, principalmente, a uma ação de cunho moral, no sentido de promover a educação das classes populares.

Na verdade, a atuação sobre a família trabalhadora durante o Estado Novo, expressa em várias instituições que se criam no período com essa finalidade, foi parte integrante de um projeto político-ideológico mais amplo que tinha como horizonte a formação da figura do trabalhador disciplinado para o trabalho, o que significava a criação das condições materiais e morais para o seu perfeito desenvolvimento.

O investimento do poder público em relação à família tornou-a palco e objeto da ação dos mais diversos agentes sociais, que através de uma intervenção considerada técnica e científica pretendiam tratar as formas de comportamento desviantes, consideradas "destoantes" do padrão considerado normal da família nuclear burguesa.

O Assistente Social, enquanto um dos agentes que se institucionalizou nesse período no âmbito dos processos de reprodução da força de trabalho, foi partícipe desse processo, assumindo responsabilidades no marco de uma intervenção que se ampliou a partir da ação do Estado brasileiro. Ao erigir a família como o esteio da moral e do ajustamento social, os assistentes sociais pretendiam sanar e prevenir as possíveis

deformações e degenerescência do caráter, considerados adversos à ordem social. Entendendo ser a família a "base-fundamento da sociedade", a célula produtora, distribuidora de valores humanos" (PINHEIRO, 1985: 20), os primeiros assistentes sociais voltaram-se para uma atuação que através da educação doméstica procurava imprimir uma direção moral na família. A organização da família foi compreendida como condição imprescindível à existência de uma força de trabalho equilibrada física, mentalmente e moralmente.

O Serviço Social atuava prioritariamente nas questões referentes à formação social, moral e intelectual da família, reforçando o núcleo familiar e buscando a sua integração na sociedade, tendo em vista que o processo de industrialização e urbanização teria contribuído para os desajustamentos na vida familiar. A industrialização teria sob essa ótica fragilizado as relações familiares afastando homens, mulheres e crianças do lar.

Por outro lado, os problemas sociais seriam decorrência, além desses fatores, do trabalho mal adaptado, contribuindo, assim, para os desajustamentos. Diante desse quadro tornou-se necessário mediante os avanços científicos buscar alcançar o bem-estar físico e emocional dos trabalhadores. A atuação do Serviço Social nas vilas e casas operárias demonstra bem esse tipo de orientação. O assistente social age, então, como o mediador nas relações entre o empregado e o patrão, auxiliando na escolha criteriosa dos funcionários através de inquéritos que buscavam informações acerca da saúde, higiene, vida familiar, conduta e atividade profissional do trabalhador. Munido destas informações os pioneiros organizaram práticas de educação junto aos trabalhadores e sua família.

Além disso, o bem-estar físico e mental do operário dependia, essencialmente, das condições de sua vida familiar, destacando-se que à mulher caberia a responsabilidade em preservar essas condições ideais, o que implicava na responsabilidade de guardiã do lar.

A mulher foi vista como um elo precioso na conformação de uma vida familiar adaptada às requisições da nova ordem social, tendo em vista que, no marco da divisão sexual do trabalho decorrente das mudanças na produção e organização do trabalho, coube a mulher ser a responsável pelos processos de reprodução da força de trabalho no âmbito doméstico. O trabalho feminino fora do lar passou a ser alvo de pressões, sendo encarado como pernicioso à estrutura familiar, sendo a mulher incentivada, em contrapartida, a se dedicar ao que seria sua "vocaçao natural": ser esposa, mãe e dona-de-casa. Sobre a figura feminina passou a recair toda a responsabilidade com os destinos da família, seu bem-

estar físico e emocional. Para isso a mulher deveria ser zelosa e dedicada à sua família, principalmente no tocante a prole. (Pinheiro, 1985:33)

Para aperfeiçoar suas funções as mulheres foram alvos constantes dos cursos de economia doméstica que deveriam prepará-las para todas as atividades domésticas, o que incluía "(...) o preparo do ambiente, disposição dos móveis, dos utensílios, da mesa para o jantar (...)", bem como a preparação de refeições sadias e econômicas e o cuidado com as crianças. Daí se depreende que havia uma forte tendência para apoiar a estrutura tradicional da família, na qual ao homem caberia a função de provedor e à mulher caberia a função de mãe-esposa-dona-de-casa. Neste contexto, o trabalho feminino era tolerado diante de algum infortúnio que impossibilitasse ao chefe da casa de cumprir as suas obrigações através do trabalho. Nos relatos das entrevistas dos pioneiros transparece, inclusive, um certo preconceito diante das mulheres que buscam os serviços das Assistentes Sociais para obter alguma colocação de trabalho; preconceito que só se dissipa quando a pretendente expõe longamente as razões de seu pedido, geralmente vinculado a morte e/ou invalidez do companheiro e casos de abandono familiar. A tendência, portanto, da atuação das pioneiras foi reproduzir o padrão familiar burguês junto a família operária mediante a inculcação de normas, de valores e condutas.

Nesse sentido, a atuação desenvolvida pelos primeiros assistentes sociais no âmbito da família indicam que estas práticas constituíram-se em estratégias, que penetrando no cotidiano das classes trabalhadoras pretendiam operar a sua domesticação, redefinindo o seu modo de vida, inculcando valores, hábitos e costumes que tinham com parâmetro o universo dos valores burgueses. Sobre os trabalhadores e suas famílias, criou-se todo um aparato institucional que, incidindo em todas as esferas de sua vida, instauravam práticas disciplinares a fim de moldar-lhes o caráter, delineando a figura do trabalhador dócil, perfeitamente ajustado à disciplina do trabalho.

Nesse sentido, o Serviço Social emergiu como profissão como parte integrante de um projeto político e ideológico que tomou forma com a constituição do Estado Novo e que teve como horizonte o processo de modernização da estrutura social brasileira.

Com um discurso essencialmente moral e apologético da ordem burguesa, os primeiros Assistentes Sociais tinham uma atuação voltada para um segmento bem específico: as famílias das classes trabalhadoras, especialmente as mulheres e as crianças. Visando principalmente intervir na crise moral da família, os Assistentes sociais desenvolveram ações de controle e disciplinamento dos trabalhadores. Com uma ação

de cunho educativo pretendiam operar o enquadramento dos trabalhadores e de suas famílias à ordem social. O ajustamento da família tornou-se fundamental dado que "o desapego ou abandono do lar", a "falta de formação doméstica da mulher", a "desagregação moral da família" eram considerados elementos perniciosos à sociedade.

B • I • B • L • I • O • G • R • A • F • I • A

1. Jornais:

A noite, RJ., 1937-45
A manhã, RJ., 1937-45

2. Revistas:

A Ordem, RJ., Centro Dom Vital, 1937-45
Cultura Política e Ciência Política, RJ., 1940-1945

3. Leis e Decretos-leis:

Brasil, Constituição Federal de 1937
Legislação social de 1937 a 1945

5. Documentos:

UFF/ NDC/AG. Acervo ESS. Doc. ESSERJ

1. Dossiê de alunas:

Caixa 26 (01) Delminda Jardim Figueira, 1946;
Caixa 35 (01) Elza Peçanha, 1946;
Caixa 14 (01) Arkelina Vieira, 1946, 1947;
Caixa 21(02) Célia Barreto, Póvoa, 1946.

2. Outros documentos

Caixa 01 (23) Curso de Introdução ao Serviço Social.
Relatório, 1946
Caixa 01(05) Curso de visitadoras sociais- Programas

5. Livros e artigos:

Costa, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma familiar. RJ, Graal, 1983;
Diniz, Eliz. "O Estado Novo: Estrutura de Poder. Relações de classe" In: Fausto, Boris. O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964). RJ, Bertrand, 1991;
Gomes, Ângela de Castro. "A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro" In: Oliveira, Lúcia Lippi et alii. Estado Novo. Ideologia e Poder. RJ, Zahar, 1982;
Iamamoto, Marilda e Carvalho, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. SP, Cortez, 1985;
Lobo, Eulália M. Lahmeyer (coord.). Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970. RJ, ACESS Editora, 1992.
Pinheiro, M. Esolina. Reações anti-sociais de menores abandonados. RJ, Instituto Brasileiro de Cultura, 1943.
_____. "O Serviço Social no quadro das funções do Estado". In: Estudos e Conferências número 5. DIP, s/d.
_____. Serviço Social. Documento Histórico. SP, Cortez, 1985.
_____. Serviço Social. Uma interpretação do pioneirismo no Rio de Janeiro. RJ, Uerj, 1985.

A • U • T • O • R • A • S

Este texto apresenta os resultados preliminares acerca de um conjunto de pesquisas que visam reconstituir o discurso e a atuação do poder público, no antigo Distrito Federal, durante o período cronológico situado entre os anos de 1937-1950, no âmbito das famílias das classes trabalhadoras.

Professora Assistente da Faculdade de Serviço Social da Uerj. Coordenadora da pesquisa "A Família na história: entre discursos e práticas sociais".

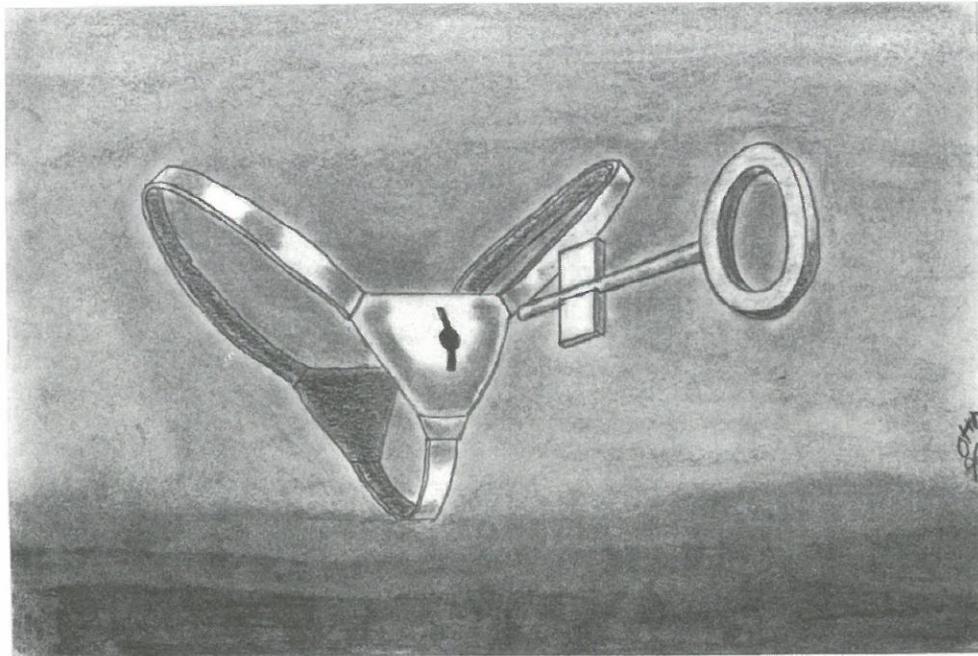
Aluna bolsista de iniciação científica do Cnpq, responsável pelo sub-projeto de pesquisa "O Estado Novo e o Serviço Social no controle e disciplinamento da mulher".

Aluna bolsista de iniciação científica da Uerj, responsável pelo sub-projeto de pesquisa "Trabalho e Família: controle e disciplina sobre a classe trabalhadora".

MULHER, GÊNERO FEMININO

Da repressão a um momento de conquistas

VERA MARIA DE SÁ ANTUNES FILGUEIRAS



É instigante pesquisar a origem da opressão à mulher. Se é “cantada em verso e prosa”; se é companheira no prazer, por que o lugar inferior na sociedade, a desigualdade em direitos? Tentar responder a estas interrogações é buscar o entendimento e explicação através da trajetória histórica da sexualidade feminina.

Com certeza, o Econômico, o Social e o Cultural foram responsáveis pelas crenças e valores ao longo da história e pela posição e condição de ser mulher; fomentaram e construíram ideologias, direcionando formas e modos de vida. Dependendo do momento histórico, reproduzia o controle que a sociedade desejava.

Da condição de reprodutora à busca da realização de seus desejos, existe um longo caminho onde, não raro, há registros de enfrentamento e morte, por conceitos sócio-culturais, que não admitiam a liberdade de expressão do AMOR, da dignidade, enfim, da expressão humana de ser Mulher e da sua possibilidade de ser feliz.

Durante séculos ouvimos o refrão da morali-

dade da mulher - leia-se objeto sexual e reprodutor - sua submissão e aceitação do estabelecido através da ótica masculina.

Nessa linha do tempo, pode-se fazer uma leitura sobre o ser Mulher em seis (6) períodos do mundo civilizado, branco, ocidental, contextualizados historicamente.

A GRÉCIA CLÁSSICA E ROMA

À mulher grega correspondia um papel secundário na Sociedade. Poderia ocupar quatro posições sociais:

- esposa propriedade sexual do marido. teria que ser fiel, mãe e administrar a casa. Não lhe era permitido acompanhar o marido.

- hetera educada e culta. Acompanhava seu homem em reuniões sociais e/ou viagens. Podem ser comparadas às cortesãs.

- prostitutas viviam em bordéis. Eram reconhecidas socialmente.

- concubinas tinham um parceiro fixo. Não tinham prestígio como as heteras e, se os companheiros não as quisessem, poderiam ser vendidas para os bordéis e se tornariam prostitutas.

A mulher, para os gregos, era inferior ao homem.

A mulher romana tem importância maior na cultura, mais liberdade que as mulheres gregas. Os romanos acreditavam que a virgindade possuía poderes mágicos, daí uma das exigências nos casamentos de que as mulheres fossem virgens. Também na aristocracia se valorizava a virgindade antes do casamento pois, caso contrário, haveria grande possibilidade de infidelidade conjugal.

Havia três tipos de casamento:

- *usus* quando o homem e a mulher tinham vivido juntos por um ano, consideravam-se legalmente casados e os filhos poderiam ter heranças. Era comum entre os plebeus. A esposa era "parceira eqüitativa" e o marido tinha menos autoridade sobre ela.

- *conferratio* cerimônia aristocrática, indissolúvel e a mulher passava da tutela do pai para a do marido, que tinha direito sobre a esposa, de vida e morte.

- *coemptio* versão plebéia do *conferratio*. No casamento romano, o homem podia ter relações extraconjugais, mas à mulher era exigido fidelidade.

As mulheres romanas, ao contrário das gregas, acompanhavam seus maridos em reuniões sociais, saíam durante o dia e tinham influência nas decisões familiares.

IDADE MÉDIA

Fim do Império Romano, no Ocidente.

Momento histórico em que a Igreja passa a ter mais força e poder, onde normatiza a vida moral e cria uma Sociedade regida por princípios cristãos (caridade, compaixão, amor e exaltação à virgindade e ao celibato).

O Sexo Prazer têm conotação de pecado e o casamento tem valor enquanto meio de procriação.

Após cumprimento do "dever do casamento" - reprodução - o casal deveria se manter casto, isto é, sem prazer no relacionamento sexual. A mulher não tinha existência legal. Saía do domínio do pai para o do marido; este podia ter amantes, enquanto àquela, só lhe competia gerar filhos e criá-los. As mulheres não tinham acesso à escola, geralmente eram semi-analfabetas, e quando enviadas para os conventos, só recebiam instruções religiosas.

Os nobres podiam usar e violar as mulheres das classes menos favorecidas.

É nesta época que surge o feudalismo, um modo de produção que teve como uma de suas características principais a divisão da Europa em vários feudos, cujos senhores feudais os administravam e tinham poderes ilimitados, até o direito de passar a primeira noite com qualquer noiva de sua jurisdição.

No início do século XIV surge o fenômeno das bruxarias, onde, qualquer fato que não se conseguisse uma explicação racional era classificado como questão demoníaca, as pessoas envolvidas chamadas de bruxas, as quais poderiam, como consequência, serem queimadas na fogueira. Como característica deste período, várias mulheres foram acusadas de feiticeiras e queimadas na fogueira. Muitas foram acusadas de enfeitiçarem os homens.

Foi um período em que, principalmente os doentes mentais e as mulheres sofreram perseguições e não raros, foram mortos.

RENASCIMENTO

Surgiu em Florença. Este movimento teve como característica principal uma abertura maior na arte e literatura. Como consequência, o reflexo no cotidiano de um maior desenvolvimento intelectual, artístico e expressão livre das pessoas. Desejos, percepções, sentimentos eram considerados naturais e tinham sua livre expressão nas artes. Foi a época das maiores produções artísticas no mundo da pintura e escultura. Havendo maior permissividade, os artistas podiam apresentar obras de nus, onde o corpo humano era apresentado em seus mínimos detalhes, em forma e tamanho. Entre os artistas desta época estão Raphael, Leonardo da Vinci e Michelangelo.

Neste contexto, a mulher continua a ter como principal função a reprodução, no entanto, valoriza-se a educação da mãe para que gere filhos de qualidade.

Começa-se a pensar a existência do desejo da mulher e este conceito vai modificar as relações homem-mulher.

VICTORIANISMO

Segunda Metade do Século XIX

A Rainha Vitória, na Inglaterra, fez um reinado de grandes transformações e conquistas:

- surge uma ética e modo de vida peculiares
- cresce a burguesia e a aristocracia é caracterizada por grandes proprietários de terra
- a população urbana ultrapassa a rural
- a fecundidade é alta, a mortalidade baixa
- consolida-se a Revolução Industrial, com a expansão de fábricas têxteis, da indústria naval e em consequência, o comércio, o progresso da Ciência e Tecnologia.

Faz um reinado capitalista. Com a migração dos camponeses para as cidades, surge o desemprego, a pobreza e as doenças. Ocorrem várias epidemias. A mão-de-obra camponesa, despreparada só tem a oferecer sua força de trabalho. É explorada com salário baixo e jornada de 16 horas por dia, sem férias e outras garantias. Neste contexto, mulheres e crianças são exploradas.

Na classe operária, as mulheres trabalhavam para sobreviver, recebiam salários baixos, e não raro, em casa, apanhavam dos maridos e ainda tinham a responsabilidade dos filhos e das tarefas domésticas.

As mulheres solteiras, da classe média baixa, havia o estímulo para o trabalho fora de casa e em condições melhores.

O pudor exacerbado fazia com que o exame médico tivesse que ser feito na presença de um acompanhante; apontava-se o local doente numa figura e, só em casos extremos, era permitido o exame ginecológico, e este, não raro, efetuado sob um lençol. Com este procedimento, era rara a mulher que conhecia adequadamente sua anatomia e fisiologia.

A menstruação era tabu; o desejo sexual não era práxis da mulher virtuosa.

Quando a agricultura volta a se desenvolver, as famílias tomam-se proprietárias, a monogamia é comum, mas a mulher é subordinada ao homem.

A esposa vitoriana era subdesenvolvida sexualmente. Em conseqüência, seus maridos recorriam às prostitutas com o aval da religião. A prostituição cresce e por conseguinte há o aumento das doenças venéreas. As prostitutas eram as principais transmissoras. Surge a grande procura da prostituta virgem, que se imaginava sem doença.

A bem da verdade, os homens sempre declararam um prazer especial no defloramento. Justificam um maior excitamento e possessividade. E esta preocupação, na maioria das sociedades, através da História, se verifica até nossos dias.

AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS

No período entre a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, a emancipação sexual foi principalmente obra de artistas e intelectuais que exerciam uma função terapêutica, catártica e garantiam a aceitação da beleza e do prazer.

Inicialmente, a visão da Sexualidade era através da ótica do fisiológico e biológico e abordado por médicos. O orgasmo feminino era negado.

A imagem da mulher começa a se transformar, não tanto na prática, mas na teoria. A exploração da mulher persistia. A Sociedade continuava desprezando questões como esclarecimento

sexual, contracepção, aborto. Alguns pedagogos introduziram a educação mista nas escolas.

Há um interregno entre as duas guerras mundiais, onde o casamento continua a ser interrogado; a literatura começa a ser usada para fim de esclarecimento sexual, mas de forma infantilizada; o cinema apresenta diversas formas de relacionamentos entre os sexos; os adolescentes assumem atitudes mais naturais em relação à Sexualidade; menor ênfase à mulher como mãe.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a velocidade das transformações na vivência da Sexualidade é uma realidade, muito em função dos meios de comunicação. Acentua-se a diferença entre as igrejas católicas e protestantes, aquelas mais conservadoras e estas mais liberais. Os protestantes já falam em regulação de nascimento, enquanto que a encíclica *Humanae Vitae* (1968), não. Nesta época começa-se a valorização do aspecto inter-humano do relacionamento.

Começa a mudar o enfoque de Sexualidade procriadora para fonte de prazer.

Fala-se em transformações de estrutura fundamentais para questões como prostituição, homossexualidade, contracepção, aborto e emancipação da mulher. Para tanto, é necessário determinação política e ações sociais.

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS:

Alguns fenômenos como a emancipação do nu, a democratização da pornografia, diversas formas de práticas sexuais, homens usando brinco (dito feminino), mulheres usando ternos (ditos masculinos), transformam as normas éticas, partindo da premissa: o que dá prazer, é bom.

No entanto, em sociedades industriais ocidentais, plurais nas ações e valores, é difícil caracterizar se existe uma revolução sexual.

Foi a moral sexual burguesa depois da Segunda Guerra Mundial que determinou a moral vigente na maioria das Constituições ocidentais. Fala-se teoricamente da liberdade individual, porém, com controle moral. A Sociedade controla valores e atitudes em relação à Sexualidade.

O sistema de valores ainda é formado por sexo, amor, procriação e casamento. Casamento sem filhos é reprovado. Aos que não se casam, suspeitam-se doentes ou homossexuais. Colocam-se à margem da Sociedade: pessoas idosas, divorciados, viúvos, homossexuais, solteiros, prisioneiros e deficientes.

A Sociedade ainda é a sociedade de homens: as leis são feitas por eles. O casamento e a família são a base, o núcleo desta Sociedade. Quem não se casa, não pode ocupar postos de relevância social.

As mulheres ainda têm uma posição de infe-

rioridade, não se investe em mudanças de infraestrutura para terem respaldo. Persiste o valor do Econômico, da Produção, do Dinheiro se sobrepondo aos valores humanos.

Em parte, o processo de mudança de valores já começou. Vislumbra-se uma era pós-industrial, onde o trabalho não é mais necessidade absoluta e o homem busca a satisfação de outras necessidades. Busca-se a destruição de tabus sexuais; a desmitificação do cônjuge ideal e da felicidade eterna no casamento; a revalorização do corpo do homem e da mulher envelhecidos; o término do domínio da mulher pelo homem, impedindo uma relação sexual que lhes dê prazer.

São questões que, obrigatoriamente, passam pela educação e construção de uma práxis e a Revolução Sexual supõe transformações sociais e econômicas, gerando ações políticas para a transformação da Sociedade.

CONCLUINDO

Falar sobre o papel da Mulher hoje, na sociedade, é falar e costurar um pouco da vida de cada uma de nós, Mulheres, da nossa história, do histórico da nossa Educação, das mudanças já ocorridas, das conquistas, das perdas.

Curiosamente, quando se começa a ler e aprofundar estudos sobre a Mulher, percebe-se que toda a Literatura atrela e tem seu referencial no Homem. Sempre. Como bem define Maria Helena Matarazzo no livro *Nós Dois - As Várias Formas de Amar* (p.84): "O Marianismo é uma doença hereditária, contagiosa, que se propaga fundamentalmente através da Educação. A preocupação principal da Mulher é saber o que o outro espera dela. Como o seu referencial não é o seu desejo, mas sim o do outro, acaba por não desenvolver uma identidade própria. Não entra em contato com suas próprias emoções e sentimentos".

No entanto, a luta da mulher pela sua emancipação já existe há muitos séculos. Muitos foram os desvelamentos das discriminações, as conquistas, mais em relação aos valores do que às leis propriamente ditas.

Atualmente a seta do relacionamento humano aponta para a convivência Homem/Mulher igualitária, em direitos e afeto. Os estereótipos de Homem e de Mulher estão mudando. Na medida do novo papel da Mulher na Sociedade, o Homem está repensando sua postura e, não raro, sua atitude, enquanto parceiro. Estão se redefinindo os papéis sexuais.

Um breve passeio e retorno no Tempo nos informa:

Ao raiar do Novo Século, Havelock Ellis (1859-1939), médico inglês, reconheceu a prática usual da masturbação em ambos os sexos, em todas as idades, opôs-se à idéia de que Mulheres "di-

reitas" não têm desejo sexual e enfatizou as causas psicológicas, em vez de causas físicas, de muitos problemas sexuais.

Ao final da I Guerra Mundial acontecem transformações sociais e econômicas que se processaram tanto na Europa como na América. As atitudes sexuais das Mulheres se tornaram cada vez menos inibidas. Margaret Sanger foi uma das líderes do movimento em prol do controle da natalidade; o ginecologista Theodore van de Velde publicou "Ideal Marriage", fornecendo detalhes específicos sobre várias técnicas sexuais e endossando práticas como o sexo orogenital.

2ª Guerra Mundial - As Mulheres aumentam sua participação no mercado de trabalho. Começam a se redefinir os papéis sexuais com a saída da Mulher de casa.

Na época de 40-50, Alfred C. Kinsey escreve o relatório "Sexual Behavior in The Humam Male" e, mais tarde o "Sexual Behavior in the Human Female" e suas pesquisas falavam do sexo pré-marital, da masturbação, do casamento com práticas sexuais inovadoras, do comportamento sexual.

Início dos anos 60 - vários fatores influenciaram o espoucar de uma mudança na atitude sexual:

1 - a pílula anticoncepcional propiciou maior liberdade para a vida sexual da mulher;

2 - o ressurgimento do feminismo, movimento organizado que discutia e reivindicava questões da mulher. Uma das precursoras foi Betty Friedan;

3 - maior abertura e demonstrações sexuais.

Em 1966, Masters e Johnson lançam o "Human Sexual Response", um relatório de pesquisa de laboratório com Homens e Mulheres sobre Sexualidade Humana. Concluem que as Mulheres têm orgasmos múltiplos e que as fases da resposta sexual são: excitação, platô, orgasmo e resolução; a importância do desejo, tanto para homens como para as mulheres.

Na década de 70, Kaplan estabelece o conceito trifásico da resposta sexual:

DESEJO, EXCITAÇÃO E ORGASMO.

Na década de 80, Bancroft desmitifica o valor do estrogênio na resposta sexual feminina. Ficam ultrapassadas as afirmações tais como: "as ligaduras tubárias e as histerectomias tornam as mulheres inapetentes".

Portanto, percebe-se o domínio do Homem sobre o corpo e o pensamento da Mulher, por milênios. Até a década de 60, para a maioria das Mulheres, a revolução sexual e autonomia de vida só existia nas leituras, nos escritos. Continuavam com as limitações seculares: virgindade antes do matrimônio, submissão aos machos da família. Havia duas responsabilidades para a Mulher:

marido e filhos. E durante séculos a Mulher aceitou esta submissão.

Em conseqüência desta realidade, identifica-se normalmente, o feminino socialmente inferior ao masculino, restringindo a Cidadania da Mulher. Neste hiato, verifica-se a violação dos Direitos Humanos, constatando-se um grande número de violência contra a Mulher, seja no campo de abuso e assédio sexual, chegando à criminalidade. A jovem e ou menina torna-se vítima preferida dos abusadores. Incesto e violência sexual são práticas não raras no nosso cotidiano. Desde 1985, temos no Brasil as Delegacias de Defesa da Mulher.

Se a palavra Medo ainda é um freio para a libertação da Mulher, pois recebeu uma educação para ser dependente, algumas amarras já foram desfeitas; o caminhar está na direção da maturidade emocional e o comportamento aponta para uma participação mais ativa na Sociedade, com direitos ampliados e respeito adquirido.

Vive-se um momento de amplas perspectivas e de espaço assegurado, embora ainda se constate os privilégios dos Homens: em realidade, os salários são mais baixos, pequenas as oportunidades, poucas as creches. O momento é mais de busca de cumplicidade e de liberdade para a expressão e a vivência da sua sensualidade e autonomia.

Alguns entraves ainda são identificados para o gênero feminino:

- o machismo (o Homem precisa reconhecer seus erros, admitir incertezas e chorar diante de sua fragilidade). Mas já se encontram parceiros que dividem tarefas domésticas e não escondem suas emoções;

- a Sociedade assumir sua responsabilidade em levar informações sobre concepção, contracepção, amparar a mulher descasada e a mãe solteira;

- a dificuldade em vencer a insegurança e deixar prevalecer a força e a coragem que tem, comprovada na administração da casa e na educação dos filhos;

- reverter a contradição que diz não poder ser boa mãe e boa profissional, simultaneamente.

Se por um lado os espaços conquistados trouxeram para a mulher independência, conhecimento, objetividade, competitividade, a construção desta nova mulher ameaça e necessita de um novo homem.

Enfim, a Mulher precisa investir na certeza da manutenção da sua sensibilidade, no seu aperfeiçoamento profissional, no sentido do enriquecimento de sua vida com uma nova visão do Mundo e de uma Constituição que amplie seus Direitos, além da igualdade, sem distinção de sexo e outras garantias.

Pode-se afirmar que o movimento mundial, embora oscile entre avanços e retrocessos, indica um momento de construção de parcerias sexuais mais prazerosas, solidárias, verdadeiras, no empenho para um futuro mais generoso e justo.

Certamente, os gêneros masculino e feminino terão novos perfis no século XXI.

B • I • B • L • I • O • G • R • A • F • I • A

KAPLAN, Helen Singer, A Nova Terapia do Sexo, RJ, Nova Fronteira S/A, 1977.

MASTERS & JOHNSON, O Relacionamento Amoroso, RJ, Nova Fronteira S/A, 1988.

MATARAZZO, Maria Helena, Nós Dois - As Várias Formas de Amar, SP, Gente, 1994.

MURARO, Rose Marie, Sexualidade da Mulher Brasileira - Corpo e Classe Social, RJ, Vozes Ltdª, 1983.

NAHOUM, Jean Claude, A Construção da Sexualidade Feminina, A Relação entre Ideologias, Ciências e Práticas, RJ, Elea Ciência Editorial Ltdª, 1989.

SUPLICY, Marta, Conversando Sobre Sexo, RJ, Vozes Ltdª, 1983.

_____, Condição de Mulher, SP, Brasiliense S/A, 1984.

_____, De Mariazinha a Maria, RJ, Vozes Ltda., 1985.

_____, Reflexões Sobre o Cotidiano, RJ, Espaço e Tempo, 1987.

TANNAHILL, Reay, O Sexo na História, RJ, Francisco Alves, 1983.

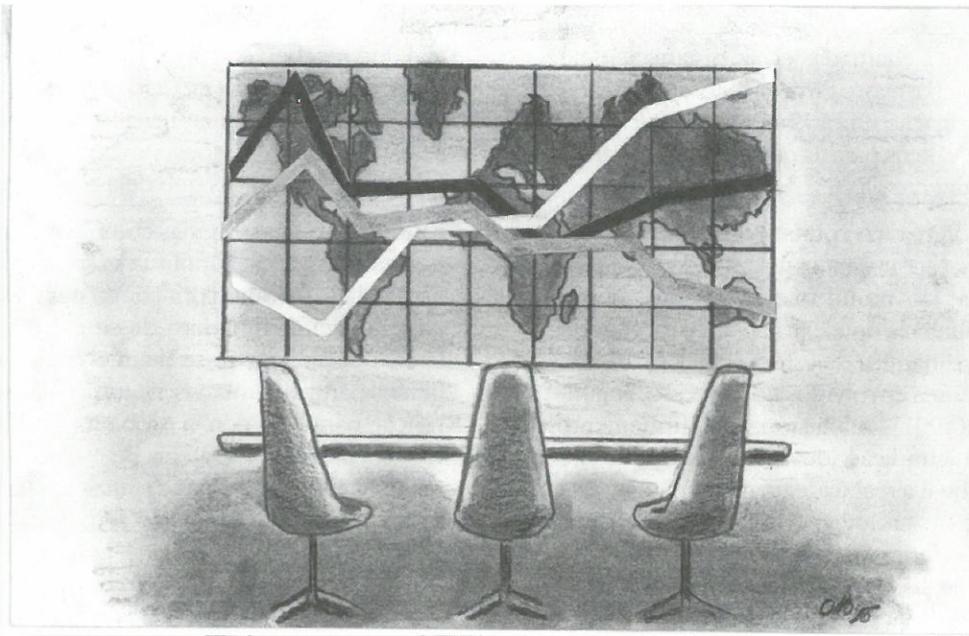
USSEL, Jos van, Repressão Sexual, RJ, Editora Campus Ltdª, 1980.

A • U • T • O • R • A

É Mestranda em Sexologia pela Universidade Gama Filho, Professora Auxiliar da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Fundadora e Membro do Centro de Educação Sexual - CEDUS.

Perspectivas para o Estudo da Administração

ANTONIO R. FERNANDEZ JR.



Administração é o campo de estudo das organizações (num sentido acadêmico). Em um sentido mais geral, administração é a prática social de conduzir as organizações à realização de suas missões (objetivos) mediante o uso efetivo dos recursos organizacionais através das funções administrativas. Administrador é qualquer membro da organização que tenha a seu dispor recursos (dinheiro, tempo, pessoas, informação e espaço físico/infraestrutura) e tome decisões em condição de incerteza. Os recursos devem ser empregados em função dos objetivos estabelecidos. Partindo-se dessas definições, entende-se que a administração é uma prática que se consolidou num determinado contexto histórico, logo precisa ser entendida nessas condições específicas, situadas no tempo e no espaço, a partir de condicionantes dessas coordenadas.

Obviamente, o tratamento dado à questão administrativa não tem se apresentado de forma única, mas diferenciada. Uma possibilidade a que se tem recorrido é considerar focos de análise a partir

de paradigmas. Segundo Capra(1988) paradigma é “a totalidade de pensamentos, percepções e valores que formam uma determinada visão da realidade, uma visão que é a base do modo como uma sociedade se organiza”. Ou ainda, conforme Kuhn(1987) “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

Vergara (1991) apresenta quatro paradigmas organizacionais: o funcionalista, o interpretativo, o humanista radical e o estruturalista radical. Os paradigmas seriam consequência de suposições acerca de diferentes abordagens, partindo em um eixo do subjetivismo até o objetivismo e, em outro eixo, de uma sociologia centrada na ordem para outra centrada na mudança radical. Segundo Vergara (1991) “os quatro paradigmas definem diferentes perspectivas para a análise dos fenômenos sociais, definem quatro visões do mundo social. Eles são definidos pelas suposições e são mutuamente exclusivos. Uma síntese não é possível, já que em suas formas puras eles são contraditórios”.

O paradigma funcionalista (objetivismo e ordem) está colocado sob o prisma da acomodação em função de uma situação existente, o status quo, visando a integração social e a satisfação das necessidades. A análise é fortemente influenciada pelo positivismo onde, conforme Legrand(1983): “o espírito humano deve renunciar a conhecer a essência das coisas e limitar-se à observação dos factos de experiência e suas relações invariáveis, de que irá induzir as leis. Assim, afastando-se pouco a pouco do estado *teológico* (procura das causas primeiras e finais), depois do estado *metafísico* (procura das causas abstractas), o homem chegará ao estado *positivo* (procura exclusiva das leis relacionais)”. Nesse contexto, a chamada teoria organizacional funcionalista baseia-se em conceitos administrativos, investigação empírica e preocupa-se com resultados práticos para as questões administrativas propriamente ditas.

O paradigma interpretativo (subjativismo e ordem) visa captar uma natureza essencialmente espiritual do mundo social e sofre determinante influência do idealismo alemão, visando entender a dinâmica da esfera social a partir da visão dos atores envolvidos no processo. Segundo Vergara(1991) “sua história está firmemente enraizada na tradição idealista alemã, e a visão segundo a qual a realidade final do universo está no espírito ou na idéia, ao invés de estar nos dados de percepção dos sentidos”. O arcabouço na lógica desse paradigma é compreender o mundo a partir da experiência subjetiva dos indivíduos, considerando ainda a existência de uma tendência para o estabelecimento de uma ordem em questões sociais.

O paradigma humanista radical (subjativismo e mudança radical) visa uma superação das limitações contidas nos arranjos sociais existentes, sujeitando-os a uma crítica e, baseado na crítica, romper no homem seu estado alienado. Na ótica humanista radical Vergara(1991) entende que “consciência e mundo externo são vistos como dois lados da mesma realidade. Estão fechados num relacionamento dialético no qual cada um define e influencia o outro”. A idéia de transformação dialética pela manifestação de conflitos existentes dentro do mundo social está presente, e a superação desses conflitos surge como a possibilidade de um estágio mais desenvolvido para a sociedade. O capitalismo teria um aparato ideológico (incluindo-se a organização) que domina cognitivamente o homem, afastando-o fundamentalmente de sua verdadeira natureza humana. A caminhada subentendida no paradigma investe-se de uma visão desejada a liberdade do espírito humano.

O paradigma estruturalista radical (objetivismo e mudança radical) assume uma visão materialista do mundo social. A realidade social seria um ente dotado de estruturas sociais concretas que moldam as possibilidades de atuação do homem. A lógica é compreender essas estruturas determinantes para transformá-las. Segundo Vergara(1991) “os escritores que estão dentro do paradigma tendem a ver a sociedade como composta de elementos que estão em contradição uns com os outros. Estão interessados nos efeitos dessas contradições, particularmente em relação ao papel que os efeitos têm na criação de crises econômicas e políticas”. O estruturalismo radical é uma complexa e multiforme teoria social que recebeu contribuições de uma enorme diversidade de autores. O foco da mudança em relevo está nas estruturas macrosociais, mas pode-se esperar repercussões inevitáveis para as organizações e práticas que dela se derivam.

A idéia de paradigmas como referências primárias para análise repousa em suposições acerca da relação do homem com o mundo social e na natureza da dinâmica desse mesmo mundo social. Ou seja, trata-se de iniciar uma abordagem a partir de uma visão, tomada como referência, para lidar com a problemática das questões sociais. Essa estratégia de estudo mascara a atitude inicial daquele que realiza o estudo. Pode existir pesquisa ou reflexão sem uma prévia visão de mundo ou paradigma, ao menos nos termos aqui utilizados, mas não existe movimento intelectual sem o motor do interesse. Na compreensão desse argumento, é possível imaginar um estudo de administração não fundamentado em paradigmas mas em perspectivas.

Uma perspectiva é uma atitude intelectual movida no sentido de um interesse particular. É esse interesse particular que permeia a esfera intelectual, sendo o conteúdo e a forma do trabalho uma instrumentalização que permite a viabilização daquele interesse ou o potencializa de alguma forma, mesmo que parcialmente nos limites do dito trabalho.

Observando-se o que se tem trabalhado em termos de administração, três perspectivas são plenamente visíveis: a funcionalista-administrativa, a social-crítica e a sistêmico-ecumênica. Em suas perspectivas, os autores têm, além do interesse particular, uma utopia e uma base de pensamento. Para Legrand(1983) uma utopia é um “sistema mais ou menos coerente de concepções quanto ao futuro de uma sociedade ou da humanidade inteira e se considera - polemicamente - irrealizável”. Apesar da conotação de não ser passível de realização concreta, a utopia

tende a servir como uma grande orientação ou norte para a atuação dos indivíduos utópicos e podem existir projetos, que apesar de não representarem a utopia em seu estado puro, aproximariam a sociedade ou a humanidade da mesma. A base de pensamento seria o elemento constitutivo básico que possibilita a realização do interesse, é como se fora o tijolo da construção de uma dada perspectiva.

A perspectiva funcionalista-administrativa tem como interesse básico a condução das organizações ao alcance de seus objetivos e, por extensão, seus administradores ou executivos ao sucesso profissional. Quando busca-se um entendimento, este é meramente funcional. Dito de outra forma, entender como as organizações funcionam ou deveriam funcionar. Nessa perspectiva não há qualquer contestação quanto à realidade, não pretende-se uma mudança maior, além daquelas contidas na esfera das necessidades de gestão da organização. Assim sendo, essa ótica favorece a manter o mundo tal qual ele se apresenta. Seus autores não têm utopia, pode-se dizer de uma utopia ausente. A base de seu pensamento é a técnica. A técnica é aquela que quando aplicada permite, em princípio, a obtenção do objetivo visado.

A perspectiva social-crítica tem como interesse básico a transformação da sociedade na qual o homem vive. Seria uma grande mudança na sociedade, uma mudança radical, a partir das raízes dos problemas. O autor nesse prisma apresenta o entendimento de quão perversa e injusta é a sociedade capitalista. Aqui a busca está no despertar de consciências para atuação organizada na derrubada do status quo e no erguimento de uma nova sociedade. Sua utopia seria uma sociedade fraterna e igualitária e a base de seu pensamento a política. Entendendo-se por política a atuação consciente e voluntária no sentido da almejada transformação social.

A perspectiva sistêmico-ecumênica tem como interesse básico a transformação do homem. Os problemas da humanidade estariam assentados no próprio homem, em sua maneira de ser. Em geral, o discurso assume a anunciação de mudanças com o advento do terceiro milênio e a necessidade da humanidade adquirir um novo paradigma, visto aqui como uma maneira específica de ver o universo e relacionar-se com ele. São evidenciadas a espiritualidade, a ecologia, os conhecimentos ditos tradicionais, o novo paradigma holístico ou holográfico etc. Nesse contexto, um novo tempo estaria trazendo um novo homem. A perspectiva é dita sistêmica porque em seu âmago está a visão sistêmica: interdependência entre todas as coisas e neces-

sidade de observar os fenômenos do ângulo de seus relacionamentos com o restante do universo. Ecumênica porque não existe um referencial a priori para esse novo homem, deve haver a possibilidade de convívio entre os diferentes. Assim, sua utopia é um homem cósmico e plenamente realizado e sua base de pensamento é a ética. A ética, um conjunto de valores humanos que sustente a relação dos homens entre si e com o universo de forma equilibrada, e que irá permitir a pretendida convivência entre homens intrinsecamente diferentes.

É preciso refletir se as perspectivas podem ser combinadas de alguma forma ou se são incompatíveis por princípio. Na verdade, a perspectiva funcionalista-administrativa visa o profissional, a social-crítica o cidadão e a sistêmico-ecumênica o homem. O homem, o cidadão e o profissional - três dimensões imprescindíveis para um trabalho que dê frutos no campo da administração.

B • I • B • L • I • O • G • R • A • F • I • A

CAPRA, Fritjof. Sabedoria incomum. Cultrix, São Paulo, 1988.

KUHN, Thomas S.. A estrutura das revoluções científicas. Perspectiva, São Paulo, 1987.

LEGRAND, Gerard. Dicionário de filosofia. Edições 70, Lisboa, 1983.

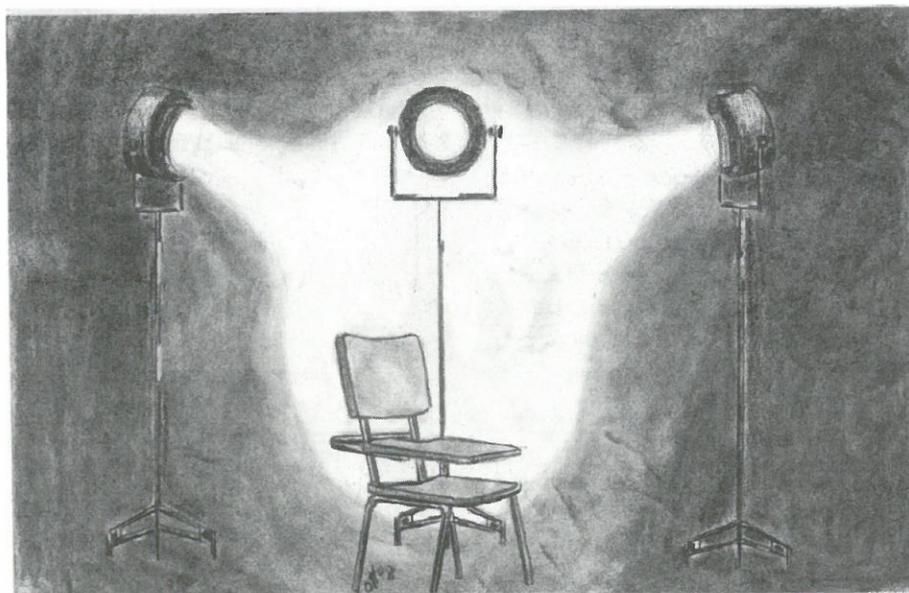
VERGARA, Sylvia Constant. Paradigmas sociológicos e análise organizacional, segundo Burrell e Morgan. Mimeo, Rio de Janeiro, 1991.

A • U • T • O • R

É Professor da Faculdade de Administração e Finanças da UERJ e Mestre em Administração pela PUC/RJ.

Confronto entre as abordagens teóricas do desenvolvimento e da aprendizagem e a construção da cidadania

MARIA REGINA MACIEL



A construção de uma sociedade democrática, no que se refere ao papel de uma Escola pública que busque socializar os conhecimentos e desenvolver a coletividade e os indivíduos, não se esgota, evidentemente, nas abordagens teóricas do desenvolvimento e da aprendizagem. Afinal, a realidade educacional brasileira também passa pelo âmbito das políticas públicas. No entanto, a questão das teorias do desenvolvimento e aprendizagem não sai de cena, já que uma dada teoria pode servir de suporte para propostas pedagógicas, confecção de materiais e livros para professores, alternativas metodológicas, etc. O que nos propomos, neste artigo, é contrapor essas diversas teorias, relacionando-as com a construção da cidadania. Para isto, faremos um abordagem histórica das últimas duas décadas, discutindo os autores que mais marcaram os educadores brasileiros, a fim de contextualizar essa problemática. Chegaremos, enfim, às contribuições da psicanálise ao entendimento do sujeito como ser histórico e social.

Na década de 60, a Escola era vista pelos que ditavam a política educacional brasileira como politizada em excesso. A preocupação maior de-

veria estar com a educação formal e não com a educação conscientizadora. A “pedagogia tradicional” visava ensinar normas e conteúdos contra a “natureza selvagem” da criança. A “pedagogia libertadora” liderada por Paulo Freire,¹ na década de 70, por exemplo, foi banida do país. Sua proposta de “educação conscientizadora” versus “educação bancária” não tinha lugar na política pública da época.

Para se contrapor à “pedagogia tradicional” que seguia o modelo mecanicista de aprendizagem, vai ganhando força, na década de 80, as propostas progressistas da “escola nova”: a criança como ser pleno para a auto-realização em cada etapa do desenvolvimento. Esta nova pedagogia assumia que a criança exercia um caráter ativo frente ao processo de ensino e aprendizagem.

Uma outra influência importante da época é o que se poderia chamar de “determinismo sociológico”. Este teve politicamente aspectos positivos, de denuncia do encobrimento de problemas de ordem social nas questões educacionais, porém não dava espaço para a escola como instituição

transformadora, pois a ela só restava reproduzir o já estabelecido. Exemplos: L. Althusser,² com a noção de escola enquanto aparelho ideológico de Estado; e P. Bourdieu,³ com a reprodução na escola da ideologia dominante pela imposição do arbitrário cultural.

Podemos, apesar de reconhecer a importantíssima contribuição destes autores, ressaltar a necessidade de melhor contextualizar nossa própria realidade, que é diferente da dos autores acima citados. Segundo Bárbara Freitag,⁴ a teoria da Escola como “aparelho ideológico de estado” só é aplicável à França, onde a Escola reproduz claramente a divisão entre classes trabalhadoras e classes dirigentes. No caso brasileiro não há essa bifurcação tão delimitada. Poder-se-ia alegar que possivelmente a divisão em escolas públicas e particulares estaria assumindo este papel no nosso País. Mas isto é difícil de se manter quando sabemos que tanto no nosso ensino universitário, quanto mais geralmente em épocas passadas, é à escola pública que a elite recorre. Ainda segundo a autora, a reprodução das classes sociais no Brasil se dá mais pelo mecanismo de escolarização (ter ou não acesso à Escola).

Voltando aos autores que mais marcaram essa época, vamos a Gramsci.⁵ Apesar da escola reproduzir desigualdades sociais, ela também pode ser transformadora. Isto se levar os indivíduos ao esclarecimento e conhecimento de seus direitos e deveres; torná-los cidadãos capazes de se posicionar como *governantes*, compreendendo seus valores históricos. A escola, então, pode ser democrática, se contribuir para a construção da cidadania.

O conceito de “privação cultural” foi também muito importante e chamou atenção para o aspecto cultural, enquanto carência, entretanto. E esta é a crítica que fazemos a este conceito. Dele derivou a chamada “educação compensatória”. Nesta linha de pensamento, a educação teria como função promover a melhoria social, e para isto o que teríamos a fazer é “compensar” as desigualdades existentes. Principalmente a partir de 1960, foram desenvolvidos diversos programas compensatórios fundamentados nesta abordagem.⁶ Entendia-se que as crianças não eram devidamente estimuladas e a família frequentemente era vista como culpada pelo “atraso” escolar.

Basil Bernstein⁷ também marcou muitos pensadores da educação. Com seus conceitos de “código restrito” e “código elaborado”, deu importância aos aspectos lingüísticos frente ao pensamento, acentuando seu caráter social, diferentemente, por exemplo, de Piaget. Porém, aqui passamos de uma “privação cultural” para uma “privação lingüística”. Todavia, apesar do próprio Bernstein não ter hierarquizado esses códigos, eles podem passar a idéia de que as classes trabalhadoras elaboram menos seus termos lingüísticos.

Ainda neste panorama de enfatizar a linguagem no que diz respeito à aprendizagem, contribuições de Vygotsky⁸ e Bakhtin⁹ - autores que viveram na Rússia Soviética - se tornam cada vez mais difundidas. Suas teorias, por partirem de referenciais que levam em conta o social e o político, têm em seu centro a idéia de transformação social. Eles afirmam que a construção do conhecimento é coletiva. O professor não apenas fornece estímulos, mas é alguém que também atua na “zona de desenvolvimento proximal” (para utilizar um termo do próprio Vygotsky).

Vygotsky propôs a noção básica de um processo de internalização. Neste processo, as funções interpessoais (uso de marcas externas ao indivíduo mediando as relações entre as pessoas) se tornam funções intrapessoais (utilização de signos internos, isto é, representações mentais que substituem os objetos do mundo real). A internalização só é possível via linguagem. Outro conceito fundamental e acima mencionado, é o de “zona de desenvolvimento proximal”, que se refere à distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial determinado através da solução de problemas sob a orientação dos outros. Deste conceito pôde derivar práticas educacionais inovadoras como, por exemplo, aquelas que entendem o professor como alguém que vai atuar junto ao aluno na sua “zona de desenvolvimento”. A construção do conhecimento é coletiva e a participação dos outros alunos junto a esta criança é benéfica.

Se para Vygotsky a aprendizagem é intersubjetiva, para Bakhtin ela seria dialógica: poderíamos dizer que o aluno - como o autor de textos literários ou qualquer um que usa e inova a linguagem cotidiana - é autor. Podemos articular as contribuições de ambos na medida em que neles é indispensável na aprendizagem o papel do outro. O processo de internalização (Vygotsky) é eminentemente dialógico (Bakhtin), porque aquilo que eu internalizo, o intrapsicológico, só existe a partir do interpsicológico.

Vamos, então, a um rápido levantamento dos aspectos epistemológicos das principais teorias da aprendizagem ensinadas nos cursos de psicologia para a formação de professores.

Em princípio, podemos dizer que, o conhecimento é definido como uma relação entre um sujeito que conhece e um objeto a ser conhecido. Assim temos num extremo os empiristas, para quem o conhecimento se dá via experiência - e que derivou num pensamento como o de Skinner - e no outro os idealistas, para quem o homem é fonte de todo conhecimento - posição que influenciou fortemente a fenomenologia de Rogers. Tanto Skinner¹⁰ quanto Rogers¹¹ são autores bastante citados nesses cursos. Enquanto no primeiro o modelo estímulo-resposta faz do homem um organismo passivo, aprendendo via ensaio e erro, no segundo o homem é conside-

rado fonte de todos os atos, aprendendo ao fazer e desenvolver plenamente suas capacidades.

Piaget¹² tenta romper com esta dicotomia com sua linha interacionista, segundo a qual o conhecimento provém da interação do sujeito com o meio ambiente. Ele supõe a existência de um mecanismo evolutivo que, tendo origem biológica, é ativado pela ação e interação do organismo com o meio. Piaget investigou o desenvolvimento qualitativo das estruturas intelectuais. Para ele, o desenvolvimento da criança orienta-se para o equilíbrio. Toda vida orgânica tende à assimilação do meio ambiente e à sua acomodação. Os diversos estágios do desenvolvimento do indivíduo constituem formas particulares de equilíbrio.

Através da corrente psicanalítica, entendemos, porém, que o homem só conhece via linguagem. A Psicanálise tem aqui um papel fundamental. Ela restaura o valor do sentido da palavra humana. A verdade está sujeita a ressignificações e se dá na intersubjetividade. O objeto das ciências humanas passa a não ser o homem em sua positividade empírica, mas o homem como produtor de textos e que representa o mundo através de signos linguísticos.

Alicerçada sobre o conceito de inconsciente, a psicanálise tende a se distanciar da Psicologia convencional. Esta, ao propor-se como teoria geral do comportamento, corre o risco de se submeter à ideologia dominante.¹³ Ao contrário disto, o inconsciente é aquilo que teima em se ocultar e por isto a verdade do sujeito não se insinua a partir do caráter formalizado do discurso, mas sim do discurso que falha. Melhor dizendo: o inconsciente se manifesta nos sonhos, chistes e atos falhos, como nos afirmou Freud. Para a psicanálise, a história do homem é constituída “na” e “pela” palavra dirigida ao outro. Esta ênfase na linguagem, a despeito de críticas polêmicas sobre o fundamento individual do inconsciente freudiano que admite a invariância do psiquismo humano e da organização da sociedade, é o que faz a psicanálise ser entendida como um espaço de recuperação do sujeito como ser histórico e social. A linguagem constitui o sujeito, mas este não é assujeitado.

O sujeito da psicanálise é cindido por uma “outra cena” (inconsciente), incognoscível, que o estrutura. Porém, esta determinação relativa do inconsciente precisa ser completada pela natureza social da ação de enunciar. É por isto que a linguagem é aqui entendida como reprodutora de uma visão de mundo coletiva. Enquanto produto histórico, traz representações, significados e valores existentes em um grupo social, e como tal é veículo da ideologia do grupo. Importante aqui a concepção dialógica de linguagem de Bakhtin, com sua crítica ao “subjetivismo idealista” e ao “objetivismo abstrato”. Para ele, o ato de fala e sua enunciação não podem ser explicadas apenas pelas condições do sujeito falante, mas

também não podem dele prescindir. Quanto mais plural for a coletividade, mais complexo será o mundo interior do indivíduo. Entretanto, achamos que a reserva de Bakhtin face ao inconsciente freudiano,¹⁴ pode levar a uma renúncia ao elemento fundamental e inovador da obra de Freud.

Neste sentido, afirmamos que teorias que idealizam uma “natureza infantil” acreditam poder promover a integração de uma “criança abstrata”, via um processo neutro de escolarização, a uma sociedade harmônica. Diferentemente disto, entendemos ser necessário referir à condição de criança que alude à consideração desta como um ser concreto. A criança é desde sempre socializada e não pode ser reduzida a uma etapa de desenvolvimento, um sujeito em crescimento que irá se tornar alguém um dia. Ela é alguém hoje, tem e produz cultura, pertence a uma classe social, é ou pode ser cidadã.

Para efeito de conclusão, afirmamos a importância de abordagens teóricas do desenvolvimento e aprendizagem que valorizam o sujeito, mas não de um modo individualista. O fundamental é que o articulem às relações sociais, à coletividade. O estudo da linguagem nos parece um campo propício para isto. A articulação de Freud com Bakhtin e Vygotsky nos parece bastante frutífera para tal objetivo, com ênfase de todo modo no legado fundamental do fundador da psicanálise e em seu conceito de inconsciente.

N • O • T • A • S

- ¹ Freire, P. - *Pedagogia do Oprimido*. Ed. Paz e Terra, RJ, 1980.
- ² Althusser, L. - “Aparelhos Ideológicos de Estado”, in *Posições 2*. Ed. Graal, RJ, 1980.
- ³ Bourdieu, P. - *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Ed. Francisco Alves, RJ, 1975.
- ⁴ Freitag, B. - *Sociedade e Consciência*. Ed. Autores Associados, SP.
- ⁵ Gramsci, A. - *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1979.
- ⁶ Cf. Kramer, S. - *A Política do Pré-escolar no Brasil*. Dois Pontos, RJ, 1982.
- ⁷ Bernstein, B. - “Language and Social Class”, in *Class, Code and Control*. Routledge & Kegan Paul, Londres, 1974.
- ⁸ Vygotsky, L. S. - *A Formação Social da Mente: Desenvolvimento dos Processos*. Ed. Martins fontes, SP, 1991.
- ⁹ Bakhtin, M. M. - *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Ed. Hucitec, SP, 1992.
- ¹⁰ Skinner, B. F. - *Sobre o Behaviorismo*. Ed. Cultrix, SP, 1993.
- ¹¹ Rogers, C. R. - *O Homem e a Ciência do Homem*. Ed. Interlivros, MG, 1973.
- ¹² Piaget, J. - *Seis Estudos de Psicologia*. Ed. Forense, RJ, 1976.
- ¹³ Nos primórdios da sua constituição, a psicologia longe de romper com a ideologia dominante, trouxe a esta última o apoio de seu aparato técnico e de seu arcabouço teórico. Ela foi e pode continuar sendo instrumento e efeito das necessidades geradas na sociedade de selecionar, orientar, adaptar, visando um aumento da produtividade. Cf. Patto, M. H. - *Psicologia e Ideologia*. T. A. Queiroz Ed., SP, 1987.
- ¹⁴ Cf. Jobim e Souza, Solange - *Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. Papirus, Campinas, 1995.

A • U • T • O • R • A

É Professora da Faculdade de Educação e Mestre em Psicologia pela PUC/RJ.

**A Diretoria da ASDUERJ e os Conselhos
Editorial e Consultivo desta revista
agradecem o valioso apoio da Professora
Anna Maria de Castro para a realização
desta homenagem.**



h o m e n a g e m
j o s u é d e c a s t r o
g e o g r a f i a d a f o m e
5 0 a n o s

O ciclo do carangueijo

JOSUÉ DE CASTRO



José de Castro por Dorrinari

A família Silva mora nos “mangues” da Cidade do Recife, num “mocambo” que o chefe da família fez quando chegou de cima.

A família é originária do sertão. Desceu do Cariri, na seca, perseguida pela fome. Fez uma paradinha no brejo, para tentar o trabalho das usinas, mas não se pôde aguentar com os salários dessa zona, sem ter direito a plantar senão cana. Sem ter, nem ao menos o recurso no xiquexique e de macambira, como no sertão, para quando a fome apertasse.

Nesse tempo espalharam pelo interior o boato que o governo tinha criado um Ministério para defender os interesses do trabalhador e que, com os fiscais da lei, a vida na cidade estava uma beleza, trabalhador ganhando tanto que dava para comer até matar a fome. A família Silva ouviu esta história, acreditou piamente e resolveu descer para a cidade, para gozar das vantagens que o governo bom oferecia aos pobres.

Logo de chegada a família viu que a coisa era outra. Não havia dúvida de que a cidade era bonita, com tanto palácio e as ruas fervilhando de automóveis. Mas a vida do operário, apertada como sempre. Muita coisa p'ros olhos, pouca coisa p'ra barriga.

O cabloco Zé Luis da Silva não quis desanimar. Adaptou-se: “O que não tem remédio remediado está”. Entrou na luta da cidade com todas as forças de que dispunha, mas as forças dele não rendiam que desse para a família viver com casa, roupa e comida. Cada só de 90 mil réis para cima; para comida uns 150 por mês, e de salários sem passarem de 5 mil réis por dia.

Começou o arrocho. Só havia uma maneira de desapertar: era cair no “mangue”. No “mangue” não se paga casa, come-se carangueijo e anda-se quase nu. O “mangue” é um paraíso. Sem o cor-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as cores negras da lama, paraíso dos carangueijos.

No “mangue” o terreno não é de ninguém. É da maré. Quando ela enche, se avoluma e se estira, alaga a terra toda, mas quando ela baixa se esconde deixando descobertos os calombos mais altos. Num deles, o cabloco Zé Luiz levantou ao seu mocambo.

As paredes feitas de varas de “mangue” e de lama amassada. A cobertura de palha, de capim seco e de outros materiais que o monturo fornece. Tudo de graça, encontrado ali mesmo numa bruta camaradagem com a Natureza. O “mangue” é um camaradão: dá tudo. Casa e comida: mocambo e carangueijo.

Agora, quando Zé Maria sai de manhã para o trabalho, já o resto da família caiu do mundo. Os meninos vão pulando do jirau, abrindo a porta e caindo no “mangue”. Lavam as ramelas dos olhos com a água barrenta, fazem porcaria e pipi, ali mesmo, depois enterram os braços de lama a dentro para pegar carangueijos. Com as pernas e os braços atolados na lama, a família Silva está com a vida garantida. Zé Luiz vai para o trabalho conformado, porque deixa a família dentro da própria comida: atolada na lama fervilhando de carangueijos e siris.

Os “mangues” do Capibaribe são o paraíso dos carangueijos. Se a terra foi feita p’ro Homem, com tudo para bem servi-lo, o “mangue” foi feito especialmente p’ro carangueijo. Tudo aí é, foi, ou está para ser carangueijo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é carangueijo, vai ser. O carangueijo nasce dela, vive dela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com a lama a carinha branca de suas patas e a geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado, o povo daí vive de pegar carangueijo, chupar-lhe as patas, comer e lambe os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazem a carne de seu corpo e a carne do corpo de seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadão feitos de carne de carangueijo. O que o organismo rejeitava, volta com detrito, para a lama do “mangue” para virar carangueijo outra vez.

Nesta placidez de charco, identificada, unificada no ciclo do carangueijo, a família Silva vai vivendo, com a sua “solucionada”, como uma das etapas do ciclo maravilhoso. Cada elemento da família marcha dentro desse ciclo da miséria até o fim, até o dia de sua morte. Nesse dia os vizinhos piedosos levarão aquela lama que deixou de viver, dentro de um caixão p’ro cemitério de Santo Amaro, onde ela seguirá as etapas do verme e da flor. Etapas demasiado poéticas, cheias de poesia que o “mangue” não comportaria. Parte-se aparentemente, nesse dia, o ciclo do carangueijo, mas o parentes e descendentes do morto derramam caridosos as suas lágrimas no “mangue”, para alimentar a lama que alimenta o ciclo do carangueijo.

Josué de Castro e a estranha geografia da fome

ANNA MARIA DE CASTRO

Professora aposentada do IFCS/UFRJ

Como explicar que um brasileiro, Josué de Castro, que levantou o véu que encobria o vergonhoso problema da fome no Brasil e no mundo, que tratou, em sua obra, deste tema impuro, abominável, escabroso, continue a ser lembrado pelas novas gerações que não puderam ter acesso a essa obra durante os anos de ditadura?

É minha convicção que Josué de Castro foi um cientista brasileiro que procurou métodos capazes de estudar a realidade de fenômenos específicos de países subdesenvolvidos e que tentou mudar esta realidade apresentando projetos e propostas que acreditava viáveis e aceitáveis. Amava seu país, e se indignava, se revoltava ao tomar consciência desta triste realidade que é a fome, fruto das estruturas arcaicas de nossos países.

Segundo Câmara Cascudo, a obra de J.C. anunciava "dedicação digna de um autor que ama seu país sabendo a verdade". Toda sua obra foi a de um otimista, não quanto ao escabroso e humilhante objeto de estudo, a fome, mas quanto às possibilidades de encontrar meios capazes de solucionar este grave problema, que possui a potência de uma bomba atômica.

A história tem demonstrado que Josué de Castro estava certo quando via na fome a própria expressão do modelo de desenvolvimento escolhido, que atende às necessidades específicas do capital e não do homem. A fome mutila, deixa lesões irreparáveis e diferencia mental e fisicamente os homens.

Nada distingue tanto os homens do que ter ou não ter o que comer. Diferencia mais que a aparência, que a raça, que a cor. Em lugar de falar em luta de classe, Josué de Castro falou na batalha entre "os que não dormem porque têm fome e os que não dormem com medo dos que têm fome".

Sempre acreditou no caminho da paz: "Faremos uma revolução contando cabeças e não cortando cabeças". Não acreditava ser necessário controlar a natalidade, que se auto-regularia, desde que os países pudessem se desenvolver, num conceito diferente de simples crescimento econômico. Se população reduzida fosse índice de desenvolvimento, a Bolívia seria desenvolvida e a Holanda subdesenvolvida, costumava afirmar.

A sociedade se auto-regula, tem capacidade para atender a todos e não necessitamos de controle artificial da natalidade, afirmava. Nunca acreditou que o mundo precisasse de grandes flagelos, como pregava Malthus, para diminuir a taxa de natalidade.

Em 1937, aos 29 anos, presidiu o 1º inquérito sobre as Condições de Vida da População do Recife. Já neste momento, começou a analisar um fenômeno que para ele era a própria expressão da miséria e da pobreza de parte da população brasileira - a fome - quer endêmica, quer epidêmica, quer expressa, quer oculta.

Há cinquenta anos, em 1946, escreveu sua principal obra, *Geografia da Fome*, uma estranha Geografia. Seu tema - a fome, como a pior das enfermidades do mundo, e mais mortífera que as guerras e pestes em conjunto.

Na obra de Josué de Castro, a palavra fome é usada num sentido amplo, para qualquer falta dos elementos nutritivos necessários à formação do organismo humano, abrangendo, assim, a fome quantitativa, ou penúria aguda, e a fome qualitativa, causada por deficiências específicas na dieta. Ela se faz sentir nas famosas doenças carenciais, tais como beribéri, a pelagra, o raquitismo, de modo muito mais útil, por insuficiência de proteínas, minerais e vitaminas, que apenas se revelam por lassidão, irritabilidade, nervosismo ou falta de apetite.

Escolheu como método de estudo o geográfico, segundo justifica no prefácio do livro, que seria o único que permitiria estudar o problema da fome em sua totalidade. Pioneiro quanto aos estudos ecológicos, destacou "tentaremos, pois, analisar os hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos ligados a determinadas áreas geográficas, procurando causas naturais e sociais que condicionaram o seu tipo de alimentação, suas falhas e defeitos - e até onde esses efeitos influenciam a estrutura econômico social".

O livro *Geografia da Fome*, apesar de forte, não significa demonstração pura e simples da existência de um país miserável debaixo de um véu de país grande, rico, com oportunidade para todos. Na verdade, trata-se de um livro onde o autor comprova que a fome e a miséria de nosso país são fruto de condições históricas, da ação do homem sobre a natureza e a resposta dessa natureza, raramente se apresentando como um fenômeno natural. E mais, indicou caminhos que considerava possíveis para minorar essa fome e essa miséria, dentro de uma política antimalthusiana. Só o verdadeiro desenvolvimento poderia diminuir a taxa de natalidade, o que vem ocorrendo, hoje, em parte expressiva da América Latina, por exemplo, sem precisar de programas específicos ou de grandes intempéries.

Assim, podemos afirmar que enquanto os neomalthusianos estão somente inclinados ao pessimismo, como ao cinismo, os discípulos de Josué de Castro tendem ao otimismo. De fato, tendo indicado um caminho para a solução do problema da fertilidade humana, o autor nos dá outro motivo de otimismo nas suas considerações sobre a área mundial que pode ser cultivada proveitosamente.

Escolheu o Brasil como objeto de estudo não apenas porque, naquele momento, dispunha de mais dados e um conhecimento mais profundo, como também pelas dimensões continentais do país, onde pôde detectar áreas diferenciadas pelo clima, pela atividade econômica desenvolvida, seu produto cultural, seus hábitos alimentares.

Assim, em sua primeira edição (a que se seguiram mais de 1º, sempre atualizadas e revisadas pelo autor), mapeia o Brasil em 5 (cinco) áreas distintas:

- *Amazônica*
- *Nordeste Açucareiro*
- *Sertão*
- *Centro-Oeste*
- *Sul*

3

A *Geografia da Fome* foi obra pioneira, não só por tratar um tema específico de país subdesenvolvido, usando metodologia própria, bem como por ter renovado a Geografia Humana, iniciando a caminhada para estudos ecológicos.

No mesmo ano em que escreveu a *Geografia da Fome*, criou o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Ao comemorar seus 50 anos, passou a denominar-se Instituto de Nutrição Josué de Castro.

Seguiram-se propostas de políticas de alimentação para o trabalhador - o SAPS, o projeto de lei de obrigatoriedade de iodetização do sal, o Programa de Merenda Escolar, a Comissão de Bem-Estar Social, a Associação de Luta Contra Fome - ASCOFAM e, já no exílio, o CID- Centro Internacional de Desenvolvimento.

Josué de Castro acreditou que cada um de seus projetos de melhoria da qualidade de vida diminuiriam a desigualdade social. Sempre denunciou que a fome e a subnutrição perpetuam e acirram as diferenças. O mundo que J.C. acreditava possível de ser construído - ou melhor dizendo, sonhava - seria um mundo sem fome e por conseguinte de iguais.

Entre os projetos que defendia permanentemente está o da Reforma Agrária. É clássico seu texto. "O Dilema Brasileiro, Pão ou Aço", em que procurou demonstrar a inviabilidade do desenvolvimento baseado apenas na industrialização. Defendia a Reforma Agrária não apenas para viabilizar a produção de alimentos para os camponeses, como para a criação de um mercado de consumo interno, estrangulado pela não participação de parcela importante de nossa população como consumidor.

Criticava o liberalismo de Adam Smith, que defendia a livre competição e a livre empresa, acreditando num mercado auto regulável, onde uma mão invisível iria equilibrar as relações que aí se processassem. Infelizmente, de tão invisível a mão nunca apareceu, afirmava o autor da *Geografia da Fome*.

Enquanto Josué de Castro e tantos outros cientistas e políticos de seu tempo eram rejeitados por aqueles que viam em suas propostas, não apenas utópicas, mas políticas assistencialistas que impediam a tomada de consciência de classe, parcela importante da população brasileira morreu de fome, de tuberculose, de sarampo, formas mascaradas da fome.

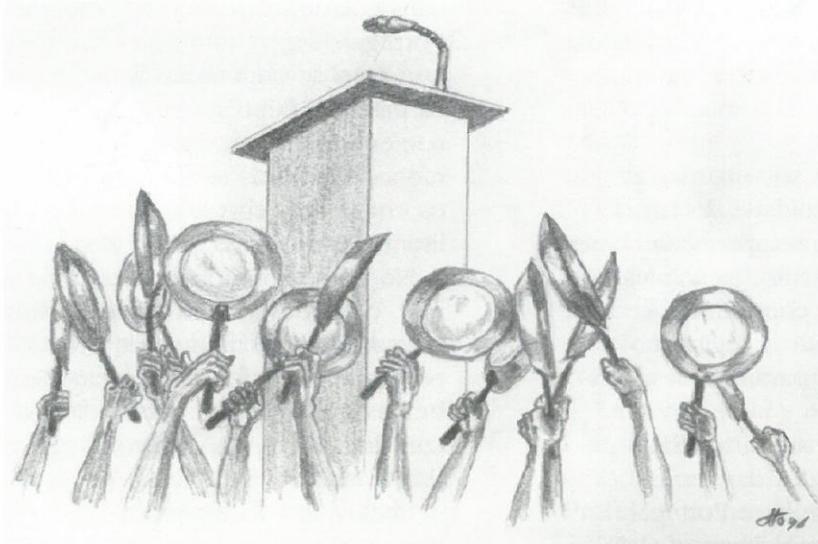
Voltamos a afirmar que seus livros foram um grande grito de alerta, que, se tivesse sido escutado, poderia ter direcionado algumas políticas públicas na busca de soluções para tão grave problema que representa a própria expressão da desigualdade social no nosso país. Ter ou não ter o que comer representa a manutenção deste sistema desigual em que vivemos, fruto da colonização a que fomos submetidos. É a maior forma de violência e exclusão de parcela considerável de nossa população.

Josué de Castro teve a ousadia de sonhar com um mundo onde não houvesse fome de alimento, de conhecimento e de liberdade. Onde não se ocultasse a verdade com circunlóquios e onde todos os problemas pudessem ser discutidos, onde não houvesse tabus como o da fome. E, é a obra deste cientista que o Brasil começa a resgatar.

Agosto de 1996.

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

PROFESSORA DO IFCH/UERJ



.....
"É preciso, antes de tudo, procurar extirpar do pensamento político contemporâneo esse conceito errôneo da economia como um jogo, no qual devem existir, sempre, uns que tudo percam para que outros tudo ganhem. É preciso fazer da economia um instrumento de distribuição equilibrada dos bens da terra para que ninguém possa defini-la como sendo a "ciência das misérias humanas". (Josué de Castro - "Geopolítica da Fome". São Paulo, Editora Brasiliense, 1957 - 4ª edição, Vol II, p 467, 468).

Em países como o Brasil, surgidos da empresa colonial, pode-se situar, primeiro no Estado originário - Portugal - e, após 1822 com a independência política, no Estado brasileiro, a responsabilidade por decisões jurídico - políticas norteadoras da organização econômica da sociedade.

Na condição de colônia, a economia brasileira foi estruturada e controlada ao longo de mais de três séculos pelo chamado "exclusivo comercial português", significando o monopólio comercial da metrópole com suas colônias. No bojo dessa política, leis impeditivas de desenvolvimento material - industrial nas colônias garantiam o mercado consumidor dos seus produtos comerciais.

A recusa de Portugal em criar Universidades em suas colônias, ao mesmo tempo que

impediu a formação de pessoal técnico e científico em termos de população local, conseguiu por outro lado selecionar entre as camadas abastadas do Brasil, cabeças privilegiadas, jovens que se dispusessem a viver na metrópole. Absorvendo-lhe a ideologia colonialista como amálgama dos conhecimentos doutos, constituíram-se o quadro de súditos leais gerenciadores das colônias, suas terras de nascimento.

No Brasil é essa categoria de intelectuais que, representando as classes mais ricas de

Políticas de desenvolvimento e fome no Brasil

São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, promove a independência do país, negociada com Portugal e Inglaterra.

A independência política formal não significa ruptura com a posição subalterna na ordem econômica vigente, onde o país continuaria na sua condição de produtor de setor primário, fornecedor de matéria prima para uma Inglaterra já em marcha da revolução industrial.

A mentalidade colonial que administrou o Brasil com tomadas de decisões na corte de Lisboa, passou a governá-lo a partir da corte no Rio de Janeiro, concentrando no sudeste o pólo hegemônico sócio - político - econômico.

Para o que interessa ao tema deste trabalho - a responsabilidade do Estado brasileiro pela fome de seu povo, "*a posse e o uso da terra*", elementos principais do sistema de plantation, constituíram-se matéria importantíssima da legislação colonial portuguesa, a partir do descobrimento.

O Tratado de Tordesilhas, mediado pelo Papa, legitima as divisões das terras descobertas entre Espanha e Portugal.

O Brasil, pertencente a Portugal (leia-se à Coroa Portuguesa), é tratado com legislação de propriedade privada do rei. Só poderá alguém ser proprietário de terras, nos primeiros assentamentos, por doação do rei, ou por compra.

Nos diferentes acordos com a Igreja, o rei concede que as ordens de missionários católicos, encarregados da catequese, tornem-se proprietárias das terras ocupadas pelas tribos que, estando sendo missionadas, por epidemias ou guerras, venham a desaparecer.

Posteriormente, com o Tribunal da Inquisição, faz-se também o acordo de partilha: As terras dos condenados por diferentes crimes contra a religião e a coroa, ao serem confiscadas, seriam divididas entre a Igreja e o Estado, cabendo ainda uma parte ao delator.

Sucessivamente, a propriedade da terra no Brasil só se fazia possível por doação real, compra ou herança de família, doação do proprietário, contrato de matrimônio.

Dado o caráter seletivo de lealdade ao rei e poder econômico para receber "*Donatarias*" e "*Sesmarias*", além da imprecisão de limites métricos das mesmas, a

divisão da terra no Brasil, desde sua origem, se fez em imensos latifúndios (do tamanho de alguns países da Europa), concentrados nas mãos de pouquíssimos senhores.

Por imperativo da política colonial, de exploração da terra para a produção de mercadorias baratas lucrativas no mercado internacional, foram selecionadas as terras mais férteis do país para a produção da cana de açúcar, quando este era o produto mais cotado, carreando altos lucros para Portugal.

A mão-de-obra escrava, muito cara para os preços da época, era utilizada predominantemente na produção açucareira, que monopolizava as terras férteis da colônia, os engenhos ocupando as úmidas faixas litorâneas e o massapê da Zona da Mata.

No pólo econômico da zona de *plantation*, o Nordeste constitui-se no sistema escravista como modelo de produção. Mas, para sua sobrevivência, a plantation exige braços fora dela. É a necessidade de conciliar princípios opostos, reguladores da atividade econômica: a produção direta de meios de vida e a produção de mercadorias.

Fora dos limites dos canaviais, penetrando o sertão, ao longo dos séculos XVII e XVIII, constitui-se uma população livre dedicada à agricultura para a produção de gêneros alimentícios e ao criatório de gado, dando início a um incipiente mercado interno. Surgem, então, os comerciantes e artesãos.

A partir do século XVII os criadores de gado se estabelecem nas regiões mais longínquas, seguindo o traçado do rio São Francisco, desde suas cabeceiras, espalhando-se pelas bacias dos seus afluentes, até o Piauí. Assim se povoou ao longo dos séculos a região semi-árida do Nordeste (agreste e sertão), reservada à produção de alimentos, seja pela agricultura, seja pelo criatório de cabras, ovelhas, suínos e gado vacum, sujeita e secas periódicas.

O gado era vendido aos senhores de engenho, como alimento e como animal de tração. A alimentação dos negros se complementou, durante séculos, com a caça indiscriminada, o que fez desaparecer inúmeras espécies da fauna original, enquanto a Mata Atlântica foi praticamente destruída para a exportação de madeira

para a metrópole e a queima de lenha para tocar os engenhos.

O Estado Imperial Brasileiro preservou essa perversa divisão original da terra: regiões férteis para a produção de gêneros exportáveis e terras de difícil cultivo para a produção de alimentos.

Com rios periódicos e sujeitos à seca, o sertão destinou-se à produção do milho, feijão, mandioca, abóbora, inhame e aipim, elementos básicos da dieta do homem nordestino.

A substituição de produtos primários no mercado internacional tem mantido, até os dias atuais, a mesma política de uso da terra, reservando-se sempre as zonas férteis para a produção de cana, café, cacau, soja, laranja, enfim, a demanda comercial determinando a destinação das melhores terras do país.

O Estado brasileiro, sob o regime monárquico, República Velha, Movimento de Trinta, Estado Novo (1937), redemocratização no pós-guerra (1946), golpe militar de 1964, Nova República (1984), passando pelo mais recente massacre dos Sem Terra no Pará (17/04/96), não tomou qualquer medida para alterar a situação fundiária do país.

Esta posição do Estado não significa ausência de luta por justiça social em toda nossa história. Primeiro foi a luta pela independência (pela luta e não pela forma negociada), a luta pela abolição da escravidão e, já neste século, cientistas, sindicatos e associações de classes têm tentado uma reversão do quadro que nos coloca entre os países de pior distribuição de renda, de estatísticas de alta mortalidade infantil, analfabetismo, miséria, violência.

Dessas atuações enfoco a de Josué de Castro, que marcou o Brasil, projetando-se pelo mundo, durante quatro décadas, com magistrais trabalhos sobre a fome.

Nascido no Recife em 5/9/1908, aos 24 anos já era livre docente na Faculdade de Medicina do Recife, onde segundo depoimento do médico Jamessom Ferreira Lima, estudante na época, os alunos acorriam "para ouvir o professor da palavra encantada".¹

Inquieto e criativo, observava com auidade o mundo em que vivia, buscando explicação para as extensas filas de doentes nas portas dos ambulatórios e

hospitais do Recife, o alarmante obituário infantil dos bairros pobres, a fertilidade das famílias que moravam nos mocambos miseráveis dos mangues do Recife. A paisagem de sua infância e juventude, como afirmaria pela vida afora foi sua primeira universidade, o laboratório de idéias, os desafios de equacionamento que enfrentou nas pesquisas, nos estudos que desenvolveu nas mais diferentes áreas do conhecimento.

Muito cedo dedicou-se ao estudo da alimentação, desde suas propriedades químicas, até os efeitos sobre o comportamento humano, para concluir pela estreita relação entre o comportamento social dos homens e sua dieta alimentar.

Chegara a essas conclusões a partir do estudo de doenças que assolavam as populações pobres do Nordeste, como tracoma, verminose, tuberculose, lepra, relacionando-as com as péssimas condições de nutrição e higiene em que viviam.

Em 1933, se cria na Universidade do Distrito Federal, a primeira cadeira especializada em nutrição, ministrada pelo Professor Annes Dias.

Neste período Josué de Castro já faz parte de um grupo de especialistas no tema, desenvolvendo-se pesquisas sobre a situação alimentar, citando-se entre esses estudiosos: Heloísa Paula Rodrigues, Oscar de Souza, Décio Parreiras, Barros Barreto, Jamessom Ferreira Lima (seu discípulo).

Promovendo um inquérito sobre as condições de vida dos operários do Recife, Josué de Castro descobre o déficit alimentar de que padecem com suas famílias, gastando 71% dos ganhos com uma alimentação deficiente em vitaminas e sais minerais, o que explica, segundo ele, a alta mortalidade e a baixa esperança de vida das camadas sociais pobres.

Publica: "*Condições de Vida das Classes Operárias do Recife*", "*Alimentação e Raça*", "*O Problema da Alimentação no Brasil*".

Comparando os salários mínimos dos Estados Unidos, Argentina e Recife, com os gastos alimentares dos operários, aponta a miséria salarial pernambucana, mostrando a tabela: Estados Unidos - 55% gastos com alimentação Argentina - 52% gastos com alimentação.

Pernambuco - 71% gastos com alimentação.

Para um salário médio de 3\$700, a despesa média é de 3\$866, com aluguel do mocambo, luz, carvão, água, charque (carne seca), pão, feijão, farinha, café, açúcar. Mostra a pobreza da dieta sem frutas, legumes, verduras, leite, ovos, queijo e manteiga.

A partir desse inquérito, estabelece a relação entre baixos salários x fome x doença x baixa produtividade, publicando trabalhos sobre os temas: "*Documentário do Nordeste*", "*Ciência e Técnica*", "*Salário Mínimo*".

Seus estudos têm repercussão nacional e já se projeta a criação de um Instituto de Nutrição.

Também, cada vez de forma mais ampla, toma-se consciência da relação salário x alimentação. Josué de Castro luta por uma política de salário mínimo digno, computando despesas essenciais de moradia e transporte para o trabalhador e alimentação condigna para ele e sua família.

Publica, em 1937, "*A Alimentação à Luz da Geografia Humana*".

Finalmente, em 1940 o Estado intervém no problema salarial, determinando, pelo Decreto - Lei nº 2.162, a aplicação do salário mínimo a todo o território nacional, já que desde 14 de janeiro de 1936, pela lei 185 instituía-se o salário mínimo no Distrito Federal.

Mas o tempo decorrido entre o projeto e sua aplicação em termos nacionais, já havia tornado os cálculos obsoletos, e a inflação já havia corroído o poder de compra do salário mínimo, mantendo-se os trabalhadores na mesma situação de quase miséria.

No Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, Josué de Castro trabalha por uma ação governamental que corrija as distorções do salário mínimo, bombardeado pelas pressões dos grupos patronais.

Sob sua inspiração, cria-se, pela Lei nº 2.478, de 05/08/1940 o Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS, atendimento aos trabalhadores, com refeições organizadas pelos métodos da ciência nutricional.

No Distrito Federal (Rio de Janeiro) são instalados cinco restaurantes, sendo quatro para operários e um administrado pela União Nacional dos Estudantes, para fornecer refeições baratas, nos famosos

bandejeões alimentando estudantes pobres de todo o Brasil, que se deslocavam para a capital da República em busca de instrução de qualidade.

Posteriormente, o SAPS cria postos de venda de gêneros alimentícios mais baratos nos bairros proletários e, no restaurante central da Praça da Bandeira, serve nutritivo café da manhã aos filhos de operários que até então iam para a escola com apenas uma xícara de café como primeira refeição.

Entrando o Brasil na guerra, o ministro João Alberto coordena a Mobilização Econômica, criando um "*Serviço Técnico de Alimentação*", apresentando como Política Nacional de alimentação.

Neste órgão Josué de Castro publica e dirige a revista "Arquivos Brasileiros de Nutrição", a primeira do país sobre o tema.

Em cooperação com os Estados Unidos, cria-se o ITA - Instituto Técnico de Alimentação, voltado para normas de controle de qualidade das indústrias de alimentos.

Com o fim da guerra do ITA é doado à Universidade do Brasil, onde se cria o Instituto Nacional de Nutrição, esforço principal de Josué de Castro, seu diretor, e onde desenvolverá pesquisas importantes e formará pessoal especializado no combate à fome, sua principal preocupação.

As crises do capitalismo central já haviam exigido a intervenção do Estado para impedir a debacle do sistema de mercado. Ao Estado caberia, com o dinheiro público, fazer investimentos que, reativando a economia, gerassem a criação de novos empregos, reconstruindo-se o caos gerado no pós-primeira guerra mundial, e, nos países não industriais como o Brasil, alavancassem o salto para a industrialização.

Surge, assim, o Estado planejador do progresso, ocupando-se dos setores que não ofereceriam lucros econômicos a curto prazo, como saúde, transporte e energia.

Encampada a idéia do Estado investidor e não apenas fiscal, regulador das livres iniciativas, o que se coloca em discussão é o conceito de progresso.

Preocupado com os problemas que se abatam sobre a imensa população mais pobre, Josué de Castro vê a oportunidade de o Estado interferir radicalmente no social, modernizando os métodos científi-

cos de combate às doenças através de melhorias da infra-estrutura dos bairros de população pobre (água, esgotos), além de melhorias de salários e educação alimentar e sanitária. Em outras palavras, passa a defender como papel do Estado a colocação dos avanços tecnológicos a serviço da melhoria das condições de vida do homem brasileiro.

Para ele, o homem é o setor prioritário dos investimentos do Estado, modificando o conceito dominante de progresso como crescimento econômico, para desenvolvimento humano, melhoria das condições sociais de vida.

Considera a miséria, com sua carga de agressões sobre o homem, principalmente a subnutrição, as diferentes carências alimentares com seu elenco de doenças de massa que destroem a saúde de milhões de pessoas, o principal elemento poluidor do planeta.

No Rio de Janeiro, da cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia, torna-se conferencista requisitado, convocando a juventude e os intelectuais do país à discussão do tema tabu, que dinamizará sua energia criativa, levando o pesquisador a descobertas de significado cada vez mais profundo para o deciframento da estagnação das sociedades emergentes do processo colonial - A fome.

O fim da segunda guerra mundial, mais do que os escombros produzidos pelos bombardeios, expõe ao mundo o horror de homens massacrados pela fome nos campos de concentração e nos campos agrícolas destruídos.

Nesse cenário de miséria, esquece-se por completo o ideário da economia liberal da livre iniciativa privada, responsabilizando-se o Estado, não só pelo esforço de reconstrução dos países da Europa, mas, nas economias fornecedoras de matéria prima, como o Brasil, o Desenvolvimentismo é a nova missão do Estado.

O economicismo vulgar de direita e de esquerda traçou a meta do crescimento econômico através da modernização tecnológica como objetivo do desenvolvimento, que "arrancaria o país do atraso".

Sobre esse modelo de desenvolvimento, escreve Anna Maria de Castro: "No caso dos países subdesenvolvidos, a ideologia desenvolvimentista teve como idéia força a

industrialização, não levando em conta a produção de alimentos e sua distribuição, gerando a fome e a subnutrição em seus aspectos individuais e coletivos".²

Josué de Castro está entre os que insistem na idéia de desenvolvimento humano como estratégia de mudança social ampliando sua luta para além fronteiras, ou presidindo associações de combate à fome - ASCOFAM (Associação Mundial de Luta Contra a Fome), ele que em 1940 fundara, com vários colegas, a Sociedade Brasileira de Alimentação.

Discutindo internacionalmente os problemas da fome, condena o aproveitamento da miséria pela guerra fria, as teorias neomalthusianas e conclui que a fome natural é fenômeno raro, como a fome epidêmica do sertão em período de seca.

Denuncia a fome como um produto da exploração capitalista, da política de lucro exorbitante dos países centrais em detrimento do terceiro mundo.

Na década de 50, é presidente do Conselho Executivo da FAO e publica, em 51 e 54, seus mais importantes trabalhos, "Geopolítica da Fome" e "Geografia da Fome", que o consagrariam definitivamente como o maior especialista na análise dos problemas que afligem a população brasileira há mais de quatro séculos.

A década de 50 é também a de maior efervescência dos debates sobre desenvolvimento. "É o período do famoso "crescimento acelerado", quando a meta governamental do presidente Juscelino Kubitschek é fazer o Brasil viver "50 anos em 5", para superar tensões sociais que agitam o campo e as cidades brasileiras", cortando os grilhões que nos prendem ao passado de atraso e pobreza".³

Como enfatiza Anna Maria de Castro, a opção desenvolvimentista brasileira foi pela industrialização. Explicando o atraso do país pela permanência no campo de mais de 65% da população nas atividades primárias, promoveu-se a industrialização num acelerado processo de urbanização. Em vinte anos, 75% da população brasileira concentraram-se nas cidades.

A região industrializada, o Sudeste, principalmente São Paulo, tornou-se o pólo econômico hegemônico, modelo do Brasil desenvolvido, em contraste com o

Brasil atrasado do Norte e Nordeste e alguns “bolsões de subdesenvolvimento de outras regiões do país”.

“O Estado já se fizera presente no Nordeste, no combate às secas - pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS; no setor de financiamento - pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB e por outras formas de intervenção como a Companhia hidroelétrica de São Francisco - CHESF e Instituto do Açúcar e do Alcool - I.A.A. - pela lei nº 3692, de 15 de dezembro de 1959, cria a SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste”.⁴

A SUDENE, concebida como a agência fomentadora do desenvolvimento do Nordeste, instaurou-se com a mesma ideologia industrializante como forma de combate ao atraso.

Por esta perspectiva, seus investimentos jamais foram direcionados para a produção de alimentos dos agricultores de pequenas e médias propriedades, “consumida pela família ou vendida nas feiras mais próximas de sua moradia. Essa baixa produção não interessou, como não interessa até hoje à econometria que mede a riqueza regional. Só os produtos que se expressam pelo capital, os produtos de exploração integram os cálculos dos economistas”.⁵

Como incentivo à industrialização regional, a SUDENE injetou recursos oriundos dos empréstimos estrangeiros em projetos industriais fictícios e de pouca viabilidade, deu incentivos às indústrias do Sudeste que abrissem sucursais no Nordeste, negou recursos às tradicionais indústrias têxteis da região, acelerando o processo de destruição daquele parque industrial vindo das primeiras décadas do século.

Incentivando a agro-indústria, distribuiu recursos entre os grandes fazendeiros que projetaram a modernização de suas propriedades, gastou fortunas irrigando regiões cedidas a companhias agrícolas paulistas e emprestou altas somas a juros baixíssimos aos grandes proprietários para a compra de moderna maquinaria que modernizasse suas usinas e fazendas.

Como cientista e deputado, Josué de Castro questionou o modelo de desenvolvimento incrementado pelos economistas. Com argumentos sociológicos, médicos,

antropológicos, econômicos, de demografia e nutricionismo, exige um conteúdo ético nos debates que coloque o homem no centro da questão. Polemizando a industrialização no Nordeste, sem nenhum projeto específico para solucionar os problemas de fome que corroem dois terços da população. escreve o artigo “Pão ou Aço”, onde aponta a necessidade de uma reforma agrária, única maneira de se iniciar uma política de combate à fome que assola todas as regiões do país, em suas formas endêmica e epidêmica. Ombreia-se com Ignácio Rangel, Caio Prado Júnior e Pompeu Accioly Borges, na defesa de projetos de Reforma Agrária.

Percorrendo as diversas regiões do Brasil e do mundo, o cientista argumenta contra o economicismo desumanizador, enquanto “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome” são traduzidos e lidos em vinte e cinco idiomas.

A partir de seu prestígio internacional, carrega recursos da ONU para implementar no Brasil projetos de construção de casas populares, realiza inquérito no Nordeste sobre alimentação infantil.

Derrotadas as propostas desenvolvimentistas do grupo do qual faz parte Josué de Castro, o Estado Brasileiro implementa um desenvolvimento baseado na teoria de Hirschman, para quem a desigualdade de crescimento é inevitável e inerente ao próprio crescimento.

Em relação ao problema da alimentação, o Estado se circunscreve a pálidas tentativas de controle de preços através do estabelecimento de preços mínimos e custeio da entressafra, o que vai beneficiar, como a política de armazéns e silos, os grandes produtores, especuladores dos gêneros alimentícios.

O SAPS continua a agência através da qual o combate contra a fome permanecerá, em termos de prática, na tentativa de melhorar as condições de vida da população pobre. Luta pela merenda escolar e amplia as funções do SAPS com cursos sobre nutrição, aconselhamento alimentar às famílias dos trabalhadores, auxílio alimentar de 30 dias para empregados doentes ou desocupados. divulgação científica através da “Coleção Estudo e Pesquisa Alimentar”.

O golpe militar de 1964 vai encontrá-lo

em plena luta, representando o Brasil na ONU. Com os direitos políticos cassados, escolhe a França para a vida de exilado, onde viverá como professor em Vincennes, e membro atuante do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO.

Sob o regime militar, cresce o furor desenvolvimentista do país, com a aceleração descontrolada do endividamento junto às agências estrangeiras de empréstimos.

Fecha-se o SAPS como medida moralizadora e saneadora das finanças e se elabora o PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool, em 1975.

Do ponto de vista da fome da população brasileira, este foi o projeto de desenvolvimento de mais perversas conseqüências. Milhões de dólares estrangeiros foram empregados em projetos de destilarias que só podiam ser financiadas em módulos territoriais de cerca de 6.400 hectares.

*“Até 1980 foram aprovados 336 projetos de destilarias, sendo 224 no Centro-Sul, só São Paulo recebendo 133, entre autônomas e anexas a usinas já existentes”.*⁶

Os Estados, como a Bahia, venderam aos candidatos, usineiros do PROÁLCOOL, 600 mil hectares de terra, ao preço simbólico de menos de 1 dólar por hectare, além de investir na infra-estrutura, energia e um alcoolduto.

“Calculava-se que essa área empregaria 12 mil famílias em propriedades de 100 hectares cada, para a produção de alimentos. E estava destinada a 40 destilarias que constituiriam um polo alcooleiro, visando a produção de 1 bilhão de litros de álcool”.

*Quinze anos após sua instauração, um balanço apresenta vários de seus efeitos sobre a sociedade brasileira em geral e nordestina em particular. Calcula-se, por exemplo, o prejuízo em termos de produção de alimentos. Só em 1980 o Brasil importou 1 milhão e 280 mil toneladas de arroz, 1 milhão e 600 mil toneladas de milho e 1 milhão de toneladas de feijão”.*⁷

Com o fracasso do milagre brasileiro, nome dado à arrancada de crescimento de início dos anos 70, e a atual crise de miséria para o pagamento da dívida externa, contempla-se a paisagem produzida pelo desenvolvimento desumano, com preferência pelo aço, tão criticado por Josué de Castro. À mais violenta concentra-

ção de renda corresponde uma concentração fundiária tão avassaladora, que alguns proprietários viajam em seus domínios com dimensões de países como a Bélgica.

Na região onde os conflitos de terra são mais agudos, o Instituto de Terras do Pará possui 1.998.459 hectares de terra, enquanto sucessivos governos assistem assassinatos de centenas de homens, mulheres e crianças que reivindicam terra para cultivar. Pernambuco, Estado dos mais pobres do país, tem fazendeiro com propriedade de 671.879 hectares.

Pela força do PROÁLCOOL, as usinas destruíram o que restava de Mata Atlântica no Nordeste, compraram baratíssimo milhares de minifúndios e se estabeleceram como latifúndios quase nas dimensões das antigas sesmarias coloniais.

Erradicados da agricultura de subsistência, milhões de camponeses migraram para as pequenas cidades, as capitais e o “Sul”, em busca de condições de sobrevivência.

Em 1972, as megalópoles eram o inchaço da miséria, quando Josué de Castro afirmava em Estocolmo, no Colóquio Sobres o Meio. *“O subdesenvolvimento representa um tipo de poluição humana localizado em alguns setores do mundo”.* A respeito da Civilização Ocidental, escreve: *“A fome e a miséria de algumas regiões distantes fazem parte do custo social do seu próprio progresso, um progresso que a humanidade inteira paga para que o desenvolvimento econômico avance no pequeno número de regiões dominantes política e economicamente no mundo”.*⁸

A Atualidade de Josué de Castro se confere pelas estatísticas da década de 90, quando a Civilização Ocidental avança aceleradamente no desenvolvimento tecnológico.

Segundo pesquisa da FAO, 40% da população brasileira vive em regime alimentar insuficiente e 30% das crianças são desnutridas, em 1990. Em números explícitos, significa que 32 milhões de brasileiros vivem em estado de indigência, com 2 milhões de crianças desnutridas, e 4,4 milhões com alimentação insuficiente.

Segundo Celso Furtado, em depoimento à Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, 21% da população brasileira de menos de 17 anos encontra-se no terceiro grau de desnutrição apresentando

um peso inferior a 75% do normal. No tocante à mortalidade infantil, de 4 milhões de crianças que nasciam no Brasil, 360 mil morriam antes de completar o primeiro ano de vida, sendo que no Nordeste, a média era o dobro da média nacional e a proporção de crianças e jovens desnutridos era cerca de 50% mais alta que a média do país.

Os pós-modernos dirigentes do Brasil não se graduaram na Universidade de Coimbra. Seus mais importantes tecnocratas pós-doutoraram-se em Harvard, Chicago, Cambridge e outros centros de igual prestígio.

No rigor da atualização teórica de superação das propostas de Keynes, há que "planejar" o novo Estado, com funções restritas: fiscalizar (cobrança de impostos), policiar (manutenção da ordem), fazer e aplicar leis (legislativo e judiciário).

As demais funções sociais pertencem à instância da iniciativa privada, exceto resolver os prejuízos da rede bancária. Garantindo a modernização do país-capitalismo terciário, o Estado destina, dos recursos públicos, 21 bilhões de reais (21 bilhões de dólares), à recuperação de bancos falidos.⁹

O Estado pós-moderno não pode ser responsável por transporte, saúde e habitação do povo.

Confirmando a relação estudada por Josué de Castro, entre desenvolvimento capitalista e miséria, multidões de desempregados vagueiam pelas cidades, ocupadas nos subempregos, biscates, narcotráfico e mendicância, povoando todas as esferas da marginalidade e da desesperança.

Dormindo sob marquises e viadutos, expõem a fome em todas as variantes analisadas pelo cientista morto na década de 70: Fome de alimento, educação, moradia, saúde; fome de cidadania, fome de justiça social.

BIBLIOGRAFIA

Barros, L.O.C.

- "O Impacto de Projetos Governamentais de Desenvolvimento Regional sobre a Sociedade Camponesa do Nordeste Brasileiro - SUDENE e PROÁLCOOL, 1960 - 1990" in América Latina Local y Regional: Memorias del 2º Simposio Internacional de la Universidad sobre América Latina, Varsóvia, 1991, Tomo 4.

Castro, A.M. de

- "Nutrição e Desenvolvimento - Análise de Uma Política". Tese para o Concurso de Livre Docência em Sociologia. Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977. Original mimeografado.

Castro, J. de

- "Geopolítica da Fome". São Paulo, Editora Brasiliense, 1957, 4ª edição, Vol II.

Castro, J. de

- "Geografia da Fome". São Paulo, Editora Brasiliense, 1975, 9ª edição.

Castro, J. de

- "Subdesenvolvimento: Causa Primeira de Poluição". Revista Brasileira de Informação Ambiental, Ano 1, nº 7, Rio de Janeiro, 1992.

NOTAS

¹ Ferreira Lima, J - "Consciência Contra a Fome", in Josué de Castro. Recife, Academia Pernambucana de Medicina, Coleção Humanismo e Cultura - 4; 1983, p 95.

² Castro, A.M. de

- "Nutrição e Desenvolvimento - Análise de Uma Política". Tese para o Concurso de Livre Docência em Sociologia. Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977. Original mimeografado, p.80.

Esta tese é a principal fonte de informações utilizadas no presente trabalho. Agradeço a Anna Maria o acesso às obras de Josué de Castro, bem como a gentileza da orientação no estudo da vida do autor.

³ Barros, L.O.C.

- "O Impacto de Projetos Governamentais de Desenvolvimento Regional sobre a Sociedade Camponesa do Nordeste Brasileiro - SUDENE e PROÁLCOOL, 1960 - 1990" in América Latina Local y Regional: Memorias del 2º Simposio Internacional de la Universidad sobre América Latina, Varsóvia, 1991, Tomo 4, p.111.

⁴ Ibid, p.112.

⁵ Ibid, p.119.

⁶ Barros - Ibid, p 130.

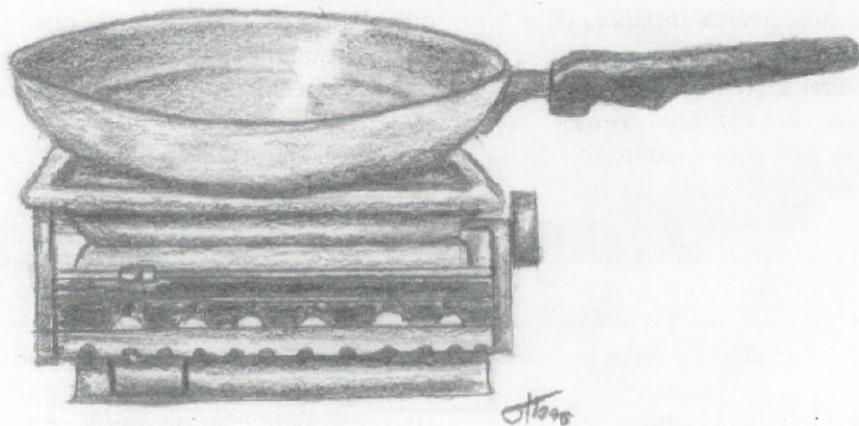
⁷ Ibid, p 130.

⁸ Castro, Josué de - "Subdesenvolvimento: Causa Primeira de Poluição". Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Informação Ambiental, Ano 1, nº 7, 1992, p 13.

⁹ Jornal do Brasil - Rio de Janeiro, 28/05/96.

Rosely Sichieri & Ricardo Tavares

PROFESSORES DO IMS / UERJ



Em 1946 Josué de Castro retratou o Brasil subdesenvolvido, dependente da exportação de produtos básicos e desenhou a geografia da fome. Nos mangues do Recife crianças, dejetos e caranguejos desenharam o cenário do ciclo ecológico da miséria como uma cadeia alimentar repugnante. A fome expulsou do campo os Severinos, os mesmos Severinos que construíram as grandes cidades. A Severina foi para as fábricas, foi para as ruas e aprendeu e foi apreendida nas malhas da modernidade. Do útero lhe saem menos filhos, seu salário traz à mesa a comida, os seus poucos filhos quase não mais passam fome. A mulher brasileira rompeu o ciclo da fome. A especulação imobiliária aterrou os mangues do Recife e o caranguejo transformou-se em hors-d'oeuvre nos restaurantes das praias de Boa Viagem e Olinda.

No Brasil moderno prepondera o viver urbano. Assim, somente as zonas urbanas das capitais das 9 áreas metropolitanas e

mais o Distrito Federal concentram 20% da população brasileira (Censo de 1991). Se considerarmos que as áreas metropolitanas concentram igual contingente populacional, aproximadamente, 40% da população brasileira encontra-se nestas 10 áreas metropolitanas. O censo de 1991 mostrou, ainda, que mais de 75% da população vive na zona urbana. Desta população urbana mais de 60% concentra-se em 20 municípios de mais de 500 mil habitantes. Entre os mais de 5 mil municípios existentes no Brasil vinte municípios concentram a metade da população brasileira.

Na cidade moderna poucos

Fome e Obesidade: dois lados da mesma exclusão social

passam fome, há sempre um elo de solidariedade que pode não garantir muito, mas sobra sempre um pão para uma boca faminta. Os dados preliminares de uma pesquisa que vem sendo realizada no município do Rio de Janeiro, sob a coordenação do Instituto de Medicina Social, IMS-UREJ, financiada pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição indicam que poucas foram as pessoas que responderam afirmativamente à questão de terem passado fome no mês anterior a pesquisa.

Resolver o problema da fome (urgência de alimentos) hoje, nos centros urbanos, é tecnicamente possível, contudo esta é uma questão que ultrapassa a área de políticas públicas pois é, antes de tudo, uma vergonha nacional em um país com a extensão territorial que temos. Envergonhados os cidadãos contribuem com campanhas, alimentos, doações que resolvem a fome.

Por outro lado, aumentam as doenças crônicas associadas à alimentação que hoje no Brasil são de alta prevalência. Assim, 7,6% da população adulta apresenta diabetes não dependente de insulina, 32% dos adultos maiores de 18 anos apresentam algum grau de excesso de peso, 15% da população adulta apresenta hipertensão arterial e o abuso e dependência de álcool atingem 12 % da população acima de 15 anos (Dados do Ministério da Saúde, 1993). Esta situação fez com o Comitê Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional reunido em Brasília em dezembro de 1995 estabelecesse entre outras atividades prioritárias o diagnóstico e controle a nível populacional das doenças crônicas degenerativas e a promoção de práticas alimentares apropriadas e estilos de vida saudáveis (Ministério da Saúde, 1996).

Na população adulta brasileira o excesso de peso é muito mais prevalente do que o baixo peso conforme os dados de ampla pesquisa nacional realizada em 1989 (Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição-PNSN). Os dados desta pesquisa revelaram, por exemplo, que entre mulheres brasileiras com 35 anos ou mais a prevalência de sobrepeso (valor maior do que 25 para a relação entre o peso em kg e a altura em m²) era de aproximadamente 50 %. Este percentual era maior do que as

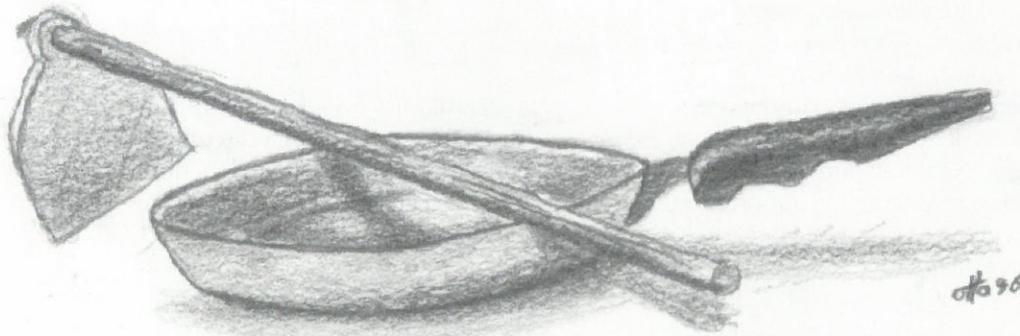
prevalências observadas, no mesmo período, entre mulheres americanas, canadenses e inglesas. Nestes países com os quais comparamos o Brasil a prevalência de obesidade é maior nas classes sociais mais baixas. Nos Estados Unidos a obesidade feminina concentra-se nas negras e nas hispânicas. Os dados da PNSN mostraram que comparando os quintis de renda per capita, o mais baixo quintil de renda têm menor prevalência de obesidade porém as mulheres dos 2 maiores quintis de renda têm menor prevalência de obesidade do que as do terceiro quintil, sugerindo que mesmo no Brasil a obesidade não é sinônimo de afluência.

A modificação deste padrão de vida, que associado ao sobrepeso, leva ao adoecimento e a morte precoce, embora difícil e ainda pouco explorada em termos de métodos, passa necessariamente pela incorporação da população excluída na sociedade. Incorporação dos excluídos da produção, pela falta de emprego, da educação pela falta de escolas adequadas, da apropriação do saber científico esteja ele na internet ou no jornal diário.

Os não excluídos embora relutem em abandonar velhos e prazerosos hábitos: fumar, comer gordura, são os primeiros a fazê-lo. São os formadores de opinião que primeiro usufruem dos conhecimentos relacionados aos muitos riscos que associam-se ao ato de viver. O jornalista reclama, faz pilhéria, mas têm acesso a técnicas e métodos e acaba parando de fumar, mas o operário continua fumando. As jovens da classe média ficam altas e magras, enquanto as adolescentes pobres destinam-se a serem baixinhas e gordinhas. Crescem menos, pelas dietas inadequadas das suas mães e delas próprias e então engordam precocemente. A classe média sofisticada-se, bebe vinho, come queijo magro (que após tirada a gordura fica mais caro do que o queijo gordo), usa azeite de oliva, de preferência da primeira extração, enfim, incorpora rapidamente hábitos de consumo agradáveis e que protegem sua saúde. Aos excluídos não se garante ao menos o direito de saber que nem só de fome morre hoje o homem.

João Pedro Stédile

ECONOMISTA E MEMBRO DA DIREÇÃO NACIONAL DO MST



Apresentação:

In memoriam a Josué de Castro

Josué de Castro foi um dos filhos mais nobres e dedicados do povo brasileiro. Foi um homem completo, e totalmente dedicado às causas que afligiam nosso povo. Médico, estudioso, conhecedor profundo de nossa realidade brasileira, colocou desde o princípio seus conhecimentos científicos a serviço da defesa da vida. E buscou incansavelmente as causas que levavam tantos brasileiros a morrer de fome.

Seu livro "Geografia da Fome" se transformou num clássico do debate da questão da fome no Brasil e no mundo.

Pernambucano, conhecia como ninguém as malvadezas do latifúndio nordestino, que se adonava das melhores terras, das águas, e das pessoas, ainda que a escravidão houvesse terminado, na Lei. E defendeu com todo ardor a necessidade da Reforma Agrária como forma de acabar com a fome e a miséria de nosso povo. Mas não ficou apenas nos estudos ou retórica. Foi também presidente da FAO (Organização das Nações Unidas para o problema da agricultura e da fome).

E sabia que a única forma de levar adiante as idéias da Reforma Agrária era se o povo pobre, se os trabalhadores rurais fossem os primeiros a se organizar. Por isso foi um grande incentivador da organização camponesa e contribuiu decisivamente para a organização das Ligas Camponesas no nordeste, patrocinando inclusive seu primeiro congresso em Recife, na década de 50.

Morreu no exílio, afastado pelo regime militar. E até hoje a sociedade brasileira não soube resgatar a memória desse homem ilustre.

De nossa parte, o MST procura de todas as formas recuperar o legado histórico de Josué de Castro. Reconhecemos nele um mestre e um incentivador à nossa organização. E,

A Fome e a Reforma Agrária

modestamente, instituímos entre os Prêmios da Luta pela terra o Prêmio Josué de Castro, distinção que outorgamos em nossos congressos aos técnicos, lutadores pela Reforma Agrária. E também nos orgulhamos de ter utilizado seu nome na ESCOLA TÉCNICA JOSUÉ DE CASTRO, onde formamos os nossos alunos de 2º grau como técnicos em administração cooperativista, formando filhos de assentados do Brasil inteiro.

1. O PROBLEMA DA FOME NO BRASIL

A burguesia brasileira deveria envergonhar-se de dominar há 500 anos um dos territórios mais ricos em riquezas naturais do planeta, e após tanto "modernismo", tantas viagens para Europa e para Miami, ainda não conseguiu resolver um problema básico de nossa sociedade: a fome.

Não se envergonharam dos clamores de décadas passadas de Josué de Castro e de tantos estudiosos. Não bastaram os gritos do Betinho, que mais recentemente importunou os ouvidos das elites. O problema persiste e a cada dia parece aumentar!

Os números levantados pelo IPEA - Instituto insuspeito do Governo Federal, são contundentes: há 65 milhões de miseráveis no Brasil que se alimentam mal e entre eles 32 milhões passam fome todos os dias.

Mas olhando com mais detalhes para o "Mapa da Fome do IPEA", pode-se descobrir outras características ainda mais nefastas. Dos 65 milhões de miseráveis, cerca de 4 milhões de famílias vivem nas capitais, o centro do desenvolvimento do país. Certamente uma das causas encontra-se também nos dados do governo. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, em 1960, da Renda Nacional total, cerca de 66% ficava como rendimento do trabalho, como salários pagos e somente 34% como rendimento para o capital. Passados 30 anos, os trabalhadores ficavam com apenas 30% de toda renda nacional produzida anualmente e nada menos do que 70% dos rendimentos se destinavam ao capital. Com isso, os 20% mais pobres ficaram com apenas 2% da renda nacional e os 20% mais ricos com 63%.

E no meio rural brasileiro, existe fome? Apesar de tanta terra fértil, de sermos talvez o maior país do mundo com áreas agricultáveis ainda disponíveis, no campo ainda se passa muita fome.

Ao final deste artigo, apresentamos 7 tabelas demonstrativas. Na primeira tabela (P.70) estão confrontados os dados do número de pessoas que passam fome no meio rural. Do total de

32 milhões, nada menos que 17 milhões estão no campo. E o que choca mais é que em média 42% das famílias que vivem no meio rural como trabalhadores estão passando fome e em alguns estados como Piauí e Paraíba chegam a 70% do total.

Por outro lado, se olharmos para a segunda tabela (P.71), onde consta o número de famílias sem terra por Estado e compararmos com a tabela do número de famílias que passam fome, vê-se que há uma similaridade espantosa. O que fica demonstrado também nas estatísticas, o que se conhece na prática do dia-a-dia. Os chamados trabalhadores rurais sem terra são os que mais passam fome no meio rural brasileiro. E talvez por isso sejam os primeiros a lutar por reforma agrária.

2. O PROBLEMA AGRÁRIO BRASILEIRO

Nas últimas décadas, difundiu-se com bastante frequência entre as elites dominantes e mesmo no meio acadêmico, que no Brasil não existia mais um problema agrário como havia sido destacado pelos clássicos no desenvolvimento do nascente capitalismo. E, para cujo mal, as então burguesias revolucionárias da Europa haviam aplicado o remédio da reforma agrária, ou seja, defenderam e aplicaram que a concentração da propriedade da terra impedia o desenvolvimento das forças produtivas e portanto era necessário, para o melhor desenvolvimento do capitalismo, a distribuição da propriedade da terra e a transformação dos camponeses pobres em consumidores e produtores de mercadorias.

Nossas elites colonizadas copiaram quase tudo da Europa e dos Estados Unidos. Menos o que lhes pudesse atingir em algo. E deixaram de copiar a reforma agrária.

Argumentam que no Brasil o modelo de desenvolvimento capitalista se baseou justamente na grande propriedade. E foi isto que permitiu "modernizar" a agricultura e aumentar a produção agropecuária permanentemente. Lêdo engano. Ou melhor, justifica-se do ponto de vista dos interesses dos grandes proprietários de terra, mas não explicam o porquê da continuidade de tantos problemas sociais em nossa sociedade.

Ao contrário das elites e seus acadêmicos de plantão, nós dizemos que do ponto de vista da classe trabalhadora e dos interesses populares, persiste no Brasil um grave problema agrário que está na base, é a causa da maioria dos problemas sociais que afetam não só o meio rural mas toda a sociedade brasileira.

Porque dizemos que há ainda um grave

problema agrário? Pelas seguintes características:

a) Elevada concentração da propriedade da terra.

O Brasil é o segundo país em concentração da propriedade da terra, segundo o PNUD. Apenas 1% dos proprietários são donos de 46% de todas as terras. Na tabela nº 03 (P.72) vê-se com mais detalhes os níveis da concentração da propriedade no Brasil. E como resultado dessa concentração é que de outro lado, tem-se 3,9 milhões de estabelecimentos de pobres do campo explorando áreas insuficientes para seu progresso e os outros 4,8 milhões de famílias, sem-terra (vide tabela nº2).

Essa concentração da propriedade é tão absurda que apenas 46 grandes grupos econômicos financeiros e industriais, que não se dedicam a agricultura, possuem 22 milhões de hectares e utilizam apenas 3,7 milhões. E há um único grupo econômico que possui 2,4 milhões de hectares na Amazônia.

b) A má utilização da terra no Brasil.

Pela tabela nº4 (P.72) pode-se ver como são utilizadas as terras no Brasil. Dos 370 milhões de hectares já privatizados e cadastrados no INCRA, somente 11% se destinam ao cultivo de lavouras anuais, temporárias, e portanto para produção de alimentos.

c) O que se produz na agricultura brasileira.

Além do fato de utilizarmos mal nossas terras, as terras mais férteis e as poucas que cultivamos se destinam apenas a cultivo de exportação, na forma de monocultura ou aos chamados produtos de sobremesa: açúcar, cacau, laranja, fumo, café.

As tabelas nº 5, 6 e 7 (pp. 73 e 74) que seguem mostram como é distorcida a pauta de produção em nossa agricultura. E a prioridade para exportação.

As safras recordes dos últimos anos mostram que o Brasil pode produzir os alimentos necessários para que nenhum brasileiro passe fome. Mas a produção de alimentos para exportação ou para a indústria aumenta mais do que a produção de alimentos para consumo interno da população.

A produção de alimentos se estabilizou ou aumentou menos do que a população nos últimos anos, diminuindo a disponibilidade de alimentos para a população. Isto representou uma queda no consumo de calorias e proteínas bastante acentuada. Entre 1980 e 1982, em média, o brasileiro ingeria 2.375 calorias e 53,9 gramas de proteínas, diariamente. Esta média caiu entre 1985 e 1988 para 2.295 calorias e

51,5 gramas de proteínas.

d) Êxodo Rural.

Em função das características da organização da produção no meio rural, o êxodo rural se transformou de um processo natural de urbanização em grave problema social, por sua intensidade e volume num certo espaço de tempo. Segundo o IBGE, de 1970 a 1990, nada menos que 30 milhões de brasileiros saíram de seus locais de moradia no interior e migraram para as grandes cidades. E o pior, migraram para as capitais, formando grandes metrópoles, praticamente inabitáveis para os padrões modernos da sociedade. Pois seu gigantismo leva à ocorrência dos problemas sociais como falta de emprego, marginalidade, violência, falta de moradia, esgoto e água tratada, a indicadores insuportáveis.

3. A REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA DE TODOS

O MST definiu como estratégia em seu terceiro congresso nacional realizado em julho de 1995, com 5 mil delegados de todo o país, que a reforma agrária é uma luta de todos! Compreendeu-se que diante do problema agrário que persiste no Brasil, diante da política econômica neoliberal que agrava ainda mais os problemas conjunturais da agricultura; diante da adoção pelas elites brasileiras de um novo modelo de desenvolvimento; totalmente subordinado aos interesses do capital estrangeiro e do capital financeiro; do abandono de um projeto de economia brasileira, nacional e a serviço prioritariamente das necessidades de toda a população. Ante essa situação criada, a Reforma Agrária passou a ter um papel estratégico fundamental para as mudanças sociais no Brasil.

Hoje ela não interessa mais apenas aos sem-terra ou aos pobres do campo. A reforma agrária somente se viabilizará se ela estiver inserida nos marcos de um novo modelo de desenvolvimento brasileiro fundamentado na organização da economia, a serviço das maiorias. Por outro lado, estamos convencidos de que a sociedade brasileira não conseguirá resolver seus graves problemas econômicos e sociais que atingem a maioria da população como: o desemprego, a fome, a miséria, a marginalidade social, a violência, o êxodo rural para as grandes metrópoles, se não realizar uma reforma agrária democratizando o acesso à terra e implementando um novo desenvolvimento do meio rural brasileiro.

Por isso, as idéias e os ideais de Josué de Castro estão ainda tão vivos em nossa sociedade.

NÚMERO DE PESSOAS QUE PASSAM FOME NO BRASIL			
Estado	número de pessoas que passam fome	número de famílias rurais	% pessoas indigentes sobre o total da pop rural
Norte	685.204	-	-
Rondônia	74.052	-	-
Acre	43.134	-	-
Amazonas	122.411	-	-
Roraima	2.849	-	-
Pará	429.871	-	-
Amapá	12.887	-	-
Nordeste	7.288.528	2.404.809	55
Maranhão	2.304.066	392.012	52
Piauí	1.515.266	223.615	75
Ceará	3.034.518	409.283	66
Rio Gde.Norte	977.175	110.970	59
Paraíba	1.527.826	194.367	72
Pernambuco	2.325.719	251.582	48
Alagoas	833.077	113.247	41
Sergipe	439.617	69.375	38
Bahia	4.331.264	640.357	50
Sudeste	7.982.453	760.493	39
Rio de Janeiro	1.703.824	91.228	27
Minas Gerais	3.471.824	413.549	37
Espírito Santo	678.556	101.383	47
São Paulo	2.128.239	154.333	14
Sul	4.082.314	674.467	32
Paraná	1.883.043	296.701	23
Santa Catarina	664.375	120.065	32
Rio Gde. do Sul	1.534.895	257.701	-
Centro Oeste	1.640.597	214.479	28
Mato Gr. Sul	310.858	33.260	25
Mato Grosso	273.465	45.662	22
Goiás	930.806	135.557	31
Distr. Federal	125.468	-	-
Brasil	31.679.095	4.054.247	42

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1990
 Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social/ Presidência da República
 "MAPA DA FOME"

UF	Nº total de estabelecimento agrícolas	Nº total de trabalhadores rurais acima de 14 anos	Assalariados total (1)(1980)	Número de Famílias Sem Terra						
				Arrendatário	Parceiros	Ocupante até 5 ha.	Pequenas propriedade até 5 ha.	Subtotal	Assalariados (2) (44%)	Total
AL	143.789	623.535	167.700	17.093	7.827	30.432	49.222	104.574	74.000	178.574
BA	745.518	3.171.558	583.260	8.453	9.427	71.125	228.600	317.605	257.200	574.805
CE	326.354	1.276.508	298.416	26.510	72.010	36.279	47.157	181.956	131.600	313.556
ES	69.436	393.273	99.023	714	1.444	1.925	5.707	9.790	43.700	53.490
GO	179.376	848.503	252.404	11.541	8.825	3.239	5.493	29.098	111.300	140.398
MA	533.906	1.654.258	176.356	204.938	23.394	188.679	18.585	435.596	77.800	513.396
MG	554.534	2.665.776	788.683	22.785	17.061	18.129	73.231	131.206	347.800	479.006
MS	55.105	249.816	97.329	6.923	2.949	3.850	2.643	16.365	42.900	59.265
PA	154.503	1.202.105	120.370	6.292	5.851	28.515	23.876	64.534	53.100	117.634
PB	204.621	760.803	165.415	25.600	15.949	37.084	50.394	129.027	73.000	202.027
PE	358.879	1.297.909	320.480	34.585	18.797	72.279	107.819	233.480	141.300	374.780
PI	271.973	816.354	108.880	37.795	61.867	65.486	13.535	178.683	48.000	226.683
PR	467.829	1.842.927	383.668	50.553	70.832	27.072	52.160	200.617	169.200	369.817
RN	116.597	428.301	118.421	10.886	9.870	20.941	25.016	66.713	52.200	118.913
RO	81.582	325.986	14.795	1.753	9.508	7.284	2.420	20.965	6.500	27.465
RS	498.713	1.736.585	224.909	30.816	44.157	16.121	51.163	142.257	99.200	241.457
SC	235.361	883.653	89.175	16.235	16.961	9.085	24.176	66.457	39.300	105.757
SE	116.271	345.546	46.056	9.411	2.086	14.892	54.699	81.088	20.300	101.388
SP	283.295	1.362.413	664.367	31.381	37.822	9.087	26.690	104.980	293.000	397.980
AC	35.520	115.475	6.836	8.530	3.000	11.530
AM	117.114	554.944	27.906	41.235	12.300	53.535
AP	4.832	211.396	2.600	980	1.000	1.980
MT	78.370	350.002	67.334	24.935	29.700	54.635
RJ	91.642	318.691	105.328	4.519	12.526	7.918	24.007	48.970	46.500	95.470
RR	6.424	21.197	1.411	2.680	600	3.280
Total	5.831.544	23.457.514	4.931.122	558.783	449.163	669.422	886.593	2.642.321	2.174.500	4.816.821

(1) Soma dos temporários e permanentes. (2) Se refere a percentagem (44%) do total dos assalariados que querem terra. Fonte: Censo IBGE 1985 - Assalariados, censo 1980

CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA				
Tamanho das propriedades	Número de propriedades	%	Área total das propriedades (em ha)	%
0 a 20 hectares	3.903.998	67	21.375.542	6
20 A 100 ha	1.348.267	22	56.359.506	15
100 a 1000 ha	518.618	8	131.893.557	35
Acima de 1000h	50.105	1	164.684.300	44
TOTAL	5.820.988	100	372.988.905	10

Fonte: IBGE, Censo Agropecuario, 1985

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO BRASIL		
Destino	Áreas em hectares	Sobre o total das terras
Lavouras anuais	45.500.000	11%
Lavouras permanentes	11.000.000	3%
Áreas em "descanso"	9.000.000	3%
Pastagens naturais	107.000.000	30%
Pastagens cultivadas	70.000.000	18%
Florestas e bosques	78.000.000	22%
Reflorestamento aproveitado	5.500.000	1%
Terras não agricultáveis	18.000.000	5%
Terras produzidas sem utilização	26.000.000	7%
TOTAL	370.000.000	100%

Fonte: IBGE e INCRA, 1985

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGUMAS CULTURAS Brasil - Milhões de toneladas		
Culturas alimentares		
	MÉDIA 73 / 75	MÉDIA 90 / 92
Feijão	2,2	2,6
Mandioca	25,6	23,7
Arroz	7,2	8,9
Culturas de exportação		
Sojas	7,6	18
Laranja	5,8	17,7
Culturas Industriais		
Caná	92	264
Milho	15,6	23,9
Fonte: Instituto de Economia Agrícola de São Paulo		

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL 1992 (em milhões de dólares)	PRODUTO	VALOR	%
	Algodão em caroço	577	3,0
	Amendoim em casca	52	0,3
	Arroz em casca	1.860	9,8
	Banana	924	4,8
	Batata inglesa	625	3,3
	Cacau	258	1,3
	Café em coco	962	5
	Caná-de-açúcar	2.411	12,6
	Cebola	217	1,1
	Coco da Bahia	150	0,8
	Feijão	567	7,1
	Fumo em folha	1.348	3
	Juta	1	-
	Laranja	1.423	7,5
	Malva	3	-
	Mamona	14	0,1
	Mandioca	840	4,4
	Milho	3.200	16,8
	Pimenta-do-reino	41	0,2
	Sisal	23	0,1
	Soja	2.821	14,8
	Tomate	487	2,6
	Trigo	259	1,4
	TOTAL	19.063	100
Fonte: Suma Agrícola, maio/93			

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO SETOR AGROPECUÁRIO - 1992 Em milhões de dólares (FOB)		
PRODUTO	VALOR	% DO TOTAL
Farelo de soja	1.595	
Soja mesmo triturada	812	
Óleo de soja bruto	265	
Óleo de soja refinado	26	
TOTAL	2.699	26,3
Suco de laranja	1.053	
Farelo de polpa cítrica	105	
TOTAL	1.158	11,3
Café de cru em grão	970	
Café solúvel	142	
Extratos / Essência do café	19	
TOTAL	1.131	11
Fumo em folhas	804	
Cigarros	165	
TOTAL	969	9,5
Açúcar demera	168	
Açúcar cristal	162	
Açúcar refinado	211	
TOTAL	541	5,3
Cacau bruto	83	
Manteiga de óleo de cacau	119	
Pasta de cacau refinada	34	
Prod. de cacau em massas / pães	12	
Chocolate prep. alim. c/ cacau	40	
TOTAL	288	2,8
Carne bovina / fresca / resfriada	285	
Carne bovina industrial	333	
Couro e peles	390	
Extrato de carne	70	
Tripas de bovino	24	
TOTAL	1.102	10,7
Carne de galo / frango / galinha	456	
Pedaços, miudezas de peru	27	
TOTAL	482	4,7
Carne suína cong. / fresca / resf.	72	0,7
Outros produtos	1.812	17,7
TOTAL - origem agropecuária	10.256	100
TOTAL - exportações / Brasil	36.207	100
PARTIC. ORIG. AGROP./TOTAL		28,3
Fonte: Suma agrícola, maio/93		

Plínio Fleury Jr.

PROFESSOR DA FACULDADE DE ENGENHARIA DA UERJ



Já que se homenageia os 50 anos da publicação da Geografia da Fome vamos escrever sobre a fome. Não escreveremos sobre a fome no Mundo, ou mesmo sobre a fome no Brasil, escreveremos sobre a fome no Estado do Rio de Janeiro.

Num país rico como o Brasil a fome é produzida pelo falta de acesso à terra e a discrepância entre o que as pessoas conseguem receber e o preço que pagam pelos alimentos. Parecem existir outros fatores como o abandono das crianças pelos pais, o abandono das família pelos homens, o assassinato dos provedores da família, a falta de criatividade e de interesse das pessoas em tentar produzir seus alimentos, mas no fundo existe um só fator o qual determina os demais que é a discrepância de renda na nossa organização social.

Essa desorganização é fruto de uma mentalidade colonial na qual existem os "privilegiados amigos do rei e a plebe ignara". A causa disto é o profundo desprezo das elites pelos que a sustentam, da mesma maneira que existia durante a escravatura em que os "nobres"

consideravam-se por direito divino possuidores de tudo, até do corpo e da alma dos trabalhadores.

Os baixos salários e a falta de trabalho são causados principalmente pelas atitudes centenárias dos governos que sempre privilegiaram os proprietários dos meios de produção e reduziram o mais que foi possível os salários dos trabalhadores, cujo limite chegou ao ponto de fome.

Um escravo custava mais para o seu dono do que um operário custa hoje para o seu patrão, e naquela época todos escravos e as crianças escravas comiam porque valiam dinheiro. Será que hoje os donos não conseguiriam alimentar seus escravos? Parece que se descobrirmos como isso seria feito teremos e resposta para acabar com a fome.

Rio: a Fome no País da Abundância

Sem entrarmos em proposições, usualmente chamadas “revolucionárias”, “comunistas” ou “espúrias” pelos donos do poder, vamos, dentro do mais puro capitalismo, escrever sobre algumas oportunidades de trabalho que o Estado do Rio vem perdendo devido à pura incúria de seus políticos:

1 - O Rio é o maior produtor de petróleo do Brasil e no entanto possui menor capacidade de refino do que estados que não produzem nada de petróleo.

2 - O Rio não recebe ICM desse petróleo quando o mesmo é enviado para outros estados e paga ICM de tudo que recebe dos mesmos.

3 - O Rio recebe de fora quase toda a totalidade da energia elétrica que consome, e no entanto três projetos de grandes hidrelétricas no Rio Paraíba dormem nas gavetas de Furnas (empresa de sede no Rio mas com usinas em Minas Gerais), enquanto isto construí-se Tucuruí e outras, no meio da selva.

4 - Os pólos petroquímicos ficam fora do Estado do Rio.

5 - O porto do Espírito Santo recebeu isenções que fez com que o movimento do porto do Rio caísse. Isto é uma coisa artificial, custa ao país, que deixa de receber dinheiro e ao Rio que fica sem dinheiro e sem trabalho.

6 - Gostam de dizer que a capital do Rio é um centro turístico, mas a única grande obra que beneficiou o turismo, que eu me lembro, foi o Sambódromo e a moralização na distribuição de sua renda, os quais juntos criaram a maior indústria hoje existente no Rio, e permitiram que os criadores dos desfiles tornarem-se, de mendigos dos favores governamentais, em profissionais. Diga-se de passagem que esses descendentes dos escravos fizeram uma criação que jamais os descendentes dos senhores foram capazes de fazer.

Apesar de ser uma cidade à beira do mar a cidade do Rio possui somente 3 marinas sendo, duas particulares e somente uma, a da Glória, relativamente pública, mas há algum tempo os jornais noticiaram que estava praticamente falida.

Ninguém jamais falou (nas propagandas eleitorais que prometem até trens voadores) em fazer quebra ondas para devolver à Copacabana a suavidade das ondas que a fez tão famosa no passado, ou para melhorar a faixa de praia e acabar com os problemas das ressacas no Leblon. O quebra onda de Copacabana estava no projeto original. Hoje a praia de Copacabana é uma praia de tombo e perigosa.

Ninguém jamais falou em aproveitar a “Rain Florest” da Tijuca para fins turísticos (de verdade e não na base de seja o que Deus

quiser), ou num melhor aproveitamento do Parque Laje, o qual está completamente abandonado.

7 - Os estaleiros estão fechando e o governo não constroi nem algumas miseráveis embarcações para a nossa minguante marinha. Não temos serviço de Guarda Costeira como têm os Americanos. Porque? Não há contrabando, pesca predatória, invasão das nossas 200 milhas e tráfico de entorpecentes?

8 - Existe uma solução para sobreviver que os desempregados encontraram, chama-se camelotagem. Todavia esta solução está sendo combatida a pancadaria e apropriação dos bens dos camelôs. Parece que o governo tem horror de que a “Mão de Obra” adquira independência. Todavia é uma solução capitalista que somente necessita de organização e regulamentação. Vários tipos de uso das vias públicas já foram organizados há muito tempo e são aceitos, por exemplo: banca de jornal (que hoje em dia o que menos vende são jornais), feira livre (no tempo de Pedro I feita pelos produtores, hoje feita por atravessadores que ainda por cima pagam um tal de tabuleiros para entes não muito esclarecidos), cadeiras e mesas nas calçadas em frente a restaurantes (muitas vezes esses restaurantes são menores que a área pública que ocupam), carrinhos de pipoca; churros; sorvete e cachorro quente (as baianas que vendem comida em geral não são aceitas), quiosques na orla da praia e até fora dela, oficinas mecânicas nas calçadas, feiras hippies, feiras de livros, campeonatos de vôlei e shows na praia (nestes voa dinheiro para todos os lados), festas de fim de ano nas praias. Portanto é somente uma questão de regulamentação e organização aceitar os demais camelôs que também querem viver.

Como qualquer país que importa mais do que exporta o Rio tornou-se um estado pobre que tenta cobrir essa diferença com o “turismo”, pobre sucedâneo para o petróleo e indústria automobilística..

Passando para o descaso da política local podemos lembrar:

1 - O Estado do Rio possui poucas estradas estaduais asfaltadas, que são em geral prolongamento de estradas interestaduais, estão em péssimo estado de conservação, têm somente de uma pista, são perigosíssimas pois não têm acostamento, nem guard-rail, as muretas das pontes não seguram nem carroça quanto mais carros e as curvas não são escalonadas (acho que os governantes nem sabem o que é isto) As outras estradas são de terra e abaixo da crítica.. As estradas municipais que ligam as cidades com suas regiões agrícolas são em

geral de terra, só dão passagem para um veículo e se tornam intransitáveis na época das chuvas. Fica desta maneira extremamente caro levar a produção do campo para as cidades. O serviço de transporte fica por conta dos atravessadores.

Os atravessadores servem de bode expiatório para as explicações governamentais acerca do custo das mercadorias, mas que na verdade são verdadeiros heróis que arriscam seus caminhões nessas precárias estradas. Arriscam também a perder tudo o que transportam porque não têm como saber o valor da mercadoria desde o lugar onde a compraram até o grande centro consumidor.

2 - O Rio possui somente uma escola agrícola em todo o Estado e assim mesmo é federal e fica próxima à capital, em vez de ficar próxima do campo. Enquanto São Paulo ensina, produz e pesquisa sobre os produtos de interesse de sua condições geográfica (clima, solo e doenças) o Rio permanece à espera do acaso.

3 - A rede de agências de fomento agrícola (EMATER) é ínfima, conseguindo atender somente aos agricultores vizinhos às agências, parecendo natural ao governo que o agricultor caminhe distâncias enormes à procura de ajuda. Basta ver o relativo estado de prosperidade nas proximidades dessas agências e o abandono das regiões mais adiante.

Todo atendimento governamental que existe parece paralítico pois não tem condições de visitar mesmo esporadicamente, ou promover palestras nas regiões mais afastadas. Os agricultores dessas regiões dificilmente recebem instruções sobre quaisquer outras opções de plantio no Estado, eles são naturalmente arredios e acanhados mas cabe ao Estado procurá-los.

4 - É ínfima a rede de recebimento dos produtos agrícolas que possam acolher os produtos diretamente dos produtores e os reencaminhem aos centros maiores. Na própria capital existe somente um centro de recebimento (CEASA) para toda cidade do Rio de Janeiro, e mais um mercadinho menor (em Benfica). Com toda região ao longo do porto desativada porque a importação e exportação se reduziu (sendo uma das razões o porto do Espírito Santo ter recebido privilégios) nenhum governante jamais se lembrou de fazer ali (próximo ao miolo da cidade) um novo CEASA. As próprias cidades do interior nunca pensaram em ter centros de recebimento deste tipo, o que daria trabalho para muita gente, e baratearia a comida para seus moradores. Existe somente outro centro destes nas

proximidades de Niterói, mas este devido as deficiências do abastecimento do Rio acaba desviando a maior parte os produtos para a capital.

5 - Todos apontam como uma das principais razões da superpopulação das favelas das periferias de todas cidades como sendo o abandono do campo, mas nada se faz para que as pessoas queiram continuar a morar e a produzir no campo. Grande parte da zona rural não tem luz elétrica e nenhuma tem serviço postal (coisa que não passa nem de longe pela cabeça dos governos já que para eles os moradores do campo são subpessoas que não teriam nunca correspondência para receber e expedir). O lavrador fica assim alienado da vida da cidade, não podendo usar a energia elétrica para ver televisão, para usar eletrodomésticos, para preparar rações, usar processos modernos de ordenha, de criação de aves, para criar indústrias caseiras e, principalmente, sente-se um miserável.

Todos governos e candidatos prometem milhares de casas para os favelados da cidade e até constroem algumas, mas nenhum jamais pensou em construir casas para os moradores do campo. O pequeno lavrador em geral mora em casa de pau a pique e não possuem instalações sanitárias. Assim defecam nos campos e se infectam de doenças. As Casas de Misericórdia das cidades em geral tratam dessas pessoas e, em seguida, as devolvem para o campo para se infectarem novamente.

6 - Não tenho conhecimento de nenhuma entidade estatal ou particular que forneça mudas e sementes de plantas produzidas aqui no Rio e nem de animais selecionados. Em geral as mudas vêm do Estado de Minas e não são tão boas como as que podemos encontrar em S. Paulo (na Diebeger, na Escola Agrícola de Piracicaba, de Jaboticabal ou de Campinas, por exemplo), tudo feito por esforço e risco de particulares.

Nenhuma prefeitura teve jamais a idéia (pelo menos que eu saiba) de ter um posto de cobertura com animais selecionados ou inseminação artificial para melhorar o rebanho local.

As terras altas e inclinadas não são próprias para cultura (que tem sido feita a enxada e no máximo com Tobata) pois são de difícil manejo e a terra se estraga pois desce toda pela encosta e vai tornando-se estéril. Muito menos é própria para a pecuária como está sendo feita nas cidades que abandonaram a agricultura (e estão desaparecendo por causa disto). Poderiam dedicarem-se à outras culturas como a de frutas ou as que ocupam menos espaço como o cogumelo, criação de peque-

nos animais criação de galinhas. Nos vales faz-se olericultura totalmente particular. Todavia para modificar isto é necessária uma grande modificação nas idéias, nos mercados e em toda logística que o Estado nem tem condições de entender muito menos de fazer funcionar.

As terras da baixada fluminense são próprias para muitas coisas, olericultura, frutas (e arê tâmara), côco (o Rio importa côco de outros estados), criação de camarão peixe e ostra (seria bom se o Estado fornecesse os alevinos ou pelo menos desse assistência técnica e financiamento, como dão à soja que vai alimentar animais e pessoas no exterior)

7 - Os CEASAs não têm como aproveitar os produtos que chegam com defeitos ou têm alguma rejeição e esses produtos são simplesmente transformados em lixo. Não há nem como selecioná-los para venda a menores preços para as pessoas de baixa renda, isto fica por conta do processo chamado chepa, isto é seja o que Deus quiser. Não há uma câmara de congelamento, ou equipamento de transformação em produtos desidratados ou farinhas.

Não há fábricas de produtos agrícolas industrializados (todas ficam em S. Paulo) junto das cidades produtoras e muitas vezes o lavrador prefere deixar o produto apodrecer no campo devido ao preço da época. A distribuição de produtos granjeiros na capital é feito pelos camelôs aceitos pelos governos, chamados feirantes. Um processo de distribuição estranho no qual entra um tal de dono do tabuleiro que eu não consegui entender até hoje. Da mesma maneira os produtos prejudicados viram lixo ou chepa. Essas feiras ocupam os logradouros públicos sem pagarem nada e todo custo de limpeza dos logradouros fica por conta do Estado. Outros custos ficam por conta dos moradores do logradouro (inclusive a desvalorização de suas residências). Diga-se de passagem que os feirantes nada têm a ver com os agricultores, pois seus produtos são comprados no CEASA ou dos importadores.

8 - As crianças que vemos nos campos e que sejam raquíticas e com dentes estragados, estas sofrem de falta de proteína e de cálcio (as terras do Rio são em geral ácidas) pois seus pais não podem comprar carne nem sabem criar tilápia porque ninguém jamais se lembrou

de criar um plano nesse sentido.

Incrivelmente existem escolas primárias em todas localidades e funcionam quando as professoras conseguem chegar nelas. Todavia as professoras continuam ensinando uma cultura local precisam de uma grande reciclagem e nada ensinam sobre agricultura moderna, zootecnia e alimentação. Entretanto todos alunos sabem quem descobriu o Brasil (seja lá o que isso for e possa interessar). Também não ensinam nada sobre a composição dos governos, nossos direitos e deveres, não usam a constituição como livro de leitura, não explicam o que é a polícia e para que serve, mas estas coisas nem nas cidades é ensinado.

9 - Em muitos países as escolas funcionam como centro propagador de novas idéias, mas isto nunca é feito no Brasil. A última vez que se tentou fazer isto veio a ditadura e as pessoas envolvidas foram presas, algumas torturadas, algumas mortas, e algumas exiladas. Agora na democracia só não estão exilando. Prometi não escrever assim mas passou sem querer. desculpem, são as más influências!

10 - Não existe folclore no interior do Rio. Não existe Bumba meu Boi, não existe vaquejada, não existe Festa de Reis, não existe moda de viola carioca, enfim a vida no interior é chata. As festas, em geral, se limitam a um bailinho e os homens e até algumas mulheres, tomam um tremendo porre, e pronto.

Posso ter me excedido, dito alguma mentira por ignorância dos dados verdadeiros, ou posso ter descrito somente os lugares que eu conheço, mas vocês se lembram de alguma atitude de vulto da Secretaria de Agricultura? Vocês sabem quem é o Secretário da Agricultura? Ele é importante na política carioca? Vai ser o próximo candidato a governador? Vocês já ouviram falar de algum plano para relocar as pessoas no campo novamente (em condições decentes é claro)?

Pois é!

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ENQUANTO CONCEPÇÃO POLÍTICO- METODOLÓGICA DO ENSINO E DA PESQUISA:

*desdobramentos de uma política democrática nas IES a partir de 1987**

MARIA DAS GRAÇAS MEDEIROS TAVARES

Professora Adjunta do Departamento de Administração e Planejamento do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas / Doutora em Educação pela UFRJ.

O discurso sobre a universidade pública brasileira nos anos 80, principalmente na sua segunda metade, elaborado basicamente por três atores principais _ movimento docente organizado através da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), dirigentes universitários representados pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e Governo _ colocou em destaque temas de cunho predominantemente políticos tais como "autonomia", "democratização", "avaliação institucional" e "carreira docente única", que possibilitaram demarcar novos posicionamentos sobre a forma de conceber a universidade e redirecionar a sua relação com a sociedade.

Nesse aspecto, parece haver consenso, principalmente na proposta de universidade elaborada pelo Movimento Docente, referendada pela Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), além de, mais tarde, pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pelo CRUB, através dos seus Pró-Reitores de Extensão, da urgência e da necessidade de concretização de uma nova ação política dessa instituição que privilegiasse camadas mais amplas da população historicamente marginalizadas.

No novo pensar sobre os rumos que a universidade deveria seguir, a extensão universitária aparece, para uma fração significativa da comunidade acadêmica, como possibilidade concreta e viável para dar suporte a uma nova concepção de universidade em que a produção do conhecimento e do saber, além da formação de recursos humanos, se daria numa relação direta com a sociedade, num processo de troca e de complementaridade, con-

cretizada de forma autônoma e crítica, constituindo-se em instrumento viabilizador de transformação da sociedade.

Naquele período da chamada "transição democrática" (mais precisamente a partir de 1985), existiu, também, por parte do Ministério da Educação (MEC) um estímulo à retomada e à ampliação das discussões locais e regionais sobre o tema extensão universitária. Em decorrência desse estímulo central e, algumas vezes, em continuidade das práticas anteriores, realizaram-se cinco Encontros Regionais sobre o tema, quando ficou clara a necessidade de se fortalecerem as ações em nível nacional para possibilitar o surgimento de uma política de extensão que viesse ao encontro das bandeiras de luta em defesa de uma universidade pública, democrática e comprometida com a maioria da população.

Em 1987, realiza-se, na Universidade de Brasília, o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, oportunidade em que, além da criação do Fórum Nacional composto, naquele momento histórico, por 49 entidades das quais 33 eram universidades públicas federais, aprovou-se uma nova proposta política de extensão para as instituições de ensino superior públicas brasileiras.

O discurso que se constrói sobre extensão universitária a partir da segunda metade da década de 80 aponta para a superação da dicotomia existente entre a produção do saber e a sua socialização (pesquisa e ensino), bem como define a opção política de atendimento às demandas sociais da maioria da população com o objetivo de transformação social. Extensão é, portanto, entendida como um "*processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade*".¹

Percebe-se que a idéia chave dessa concepção nega o velho sentido de transmissão, messianismo e invasão cultural que norteava a relação entre universidade e sociedade de forma preponderante até então e que parece perdurar até hoje em alguns setores da comunidade acadêmica.

A extensão universitária assim concebida não é uma atividade à parte ao ensino e à pesquisa, senão o momento de devolução e articulação do saber, o qual deve ser testado e realimentado permanentemente, a partir do confronto com as situações concretas.

Em outras palavras: a extensão é o próprio ensino e pesquisa desenvolvidos dentro de uma concepção político-metodológica que privilegia as necessidades da maioria da população, numa perspectiva do movimento ação - reflexão - ação, em que a concepção de ensino se constitui na elaboração, ela mesma, do conhecimento pelos alunos, resultante do confronto com a realidade concreta e a pesquisa da sistematização dessa prática. A idéia do "tripé" - consagrado inclusive na recente Constituição Brasileira - sobre o qual se estruturam os objetivos finalísticos da universidade - ensino, pesquisa e extensão - não se enquadra nessa nova concepção por continuar a perceber a extensão como outra função independente do ensino e da pesquisa, o que não parece ser a concepção hegemônica assumida pelo Fórum.

Se oficialmente é essa a política extensionista nas IES públicas brasileiras, visto não se poder ignorar que, aproximadamente, mais de 60 instituições de ensino superior pertencentes à União, Estados e Municípios compõem o Fórum Nacional, ela não está imune a críticas e a reações significativas e constantes por parte de docentes que participam significativamente das atividades de extensão.

Essas críticas recaem, basicamente, sobre a continuidade do caráter assistencialista e substituto do ensino e da pesquisa ainda presentes (Rocha, 1989)² no questionamento sobre a função social da universidade pública, ou seja, quais as necessidades que devem, prioritariamente, ser respondidas através da produção de conhecimento (Manfrói, 1990)³, chegando até a proposta da sua superação, por ser considerada um equívoco (Botomé, 1992)⁴.

Apesar das críticas e das reações contrárias ao caráter assistencialista e substituto da extensão universitária, não há como negar o avanço da institucionalização da extensão universitária nos últimos anos. Presente na Constituição Federal de 1988, a extensão se vincula, de forma equiparada e articulada, à autonomia da universidade e ao princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, conforme dispositivo contido no artigo 207: "*As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*".

Esse fato reforçou a necessidade de se repensar o papel da extensão e o perfil das atividades que a caracteriza, o que levou o MEC, através da Secretaria de Educação Superior (SESu), a consti-

tuir uma Comissão de Extensão Universitária _ Portaria nº 66 de 13 de julho de 1993 _, um Comitê Assessor _ Portaria nº 134 de 19 de julho de 1993 _ e um Programa de Fomento à Extensão Universitária nesse mesmo ano.

Mas, quais os desdobramentos da nova política de extensão universitária nas IES públicas a partir de 1987?

A análise dos documentos elaborados nos Encontros Nacionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas aponta para um movimento de construção de novas diretrizes políticas da extensão universitária que extrapolam os limites dessa atividade específica, modificando tanto o ensino quanto a pesquisa desenvolvidos nas IES públicas brasileiras.

Em nível de discurso, pode-se afirmar que já existe um corpo de conhecimentos sistematizados e unificados que redimensiona a extensão universitária e a própria universidade pública brasileira para o atendimento às necessidades e aos interesses de grupos sociais até então marginalizados por essas instituições.

A análise dos resultados contidos em 62 questionários elaborados pelo MEC/SESu e trabalhados pelo PRODEMAN (Programa Interuniversitário de Pesquisa de Demandas Sociais) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro _ UERJ, contendo especialmente opiniões de universidades públicas, federais e estaduais, colhidos no final de 1993 e início de 1994 e tendo a seguinte distribuição regional das IES: 7 da região norte, 21 do nordeste, 20 do sudeste, 10 da região sul e 4 do centro-oeste, dá conta que:

- existe uma preocupação em articular o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade organizada em todos os níveis, desde sindicatos, órgãos públicos, empresas, categorias profissionais, organizações populares e outros organismos;
- essa preocupação possibilita estabelecer, mesmo que de forma localizada, mecanismos de integração entre o saber popular e o saber acadêmico, visando à produção de conhecimentos resultante do confronto com a realidade, estabelecendo assim a interação entre teoria e prática;
- há uma participação mais orgânica da universidade na definição de propostas que visam o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural, ao se incentivar a prática acadêmica voltada para a democratização do saber produzido pelas IES públicas;
- com relação ao curso de graduação, parece existir uma sensível melhoria nos mesmos, principalmente nas regiões nordeste e sul, como resultado da utilização de novas concepções acerca dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula, nos estágios curriculares, na sistematização de conhecimentos gerados a partir das práticas extensionistas presentes nos trabalhos de final de curso, refletindo na qualidade dos profissionais.

Entretanto, ainda é diminuta a participação da comunidade universitária nas ações de extensão, além de que os programas de extensão quase não se constituem como parte de uma proposta institucional globalizante em que haja uma contribuição efetiva da Universidade aos órgãos governamentais, aos movimentos sociais e a outros organismos da sociedade civil.

- as atividades de extensão ainda são marcadas por modalidades de prestação de serviços que se caracterizam pela possibilidade de execução a curto prazo, muitas vezes sem integração com o ensino e a pesquisa;

- existe uma concentração de atividades voltadas a própria clientela da universidade o que pode sinalizar a existência de funções, não manifestas, preenchidas pela extensão, como por exemplo: a ocupação de *“lacunas curriculares, vazios de carga docente, de pontuação para ascender na carreira, etc.”*⁵

Ao se analisar os projetos elaborados pelas universidades, por regiões geográficas, enviados ao Comitê Assessor de Extensão do MEC, visando à obtenção de recursos financeiros para o ano de 1995, sendo setenta (70) referentes a Linha 1, cujos recursos são provenientes do próprio MEC/SESu e oitenta e quatro (84) da Linha 2, que foram financiados com recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), chega-se às seguintes conclusões:

Região Norte:

- com relação à relevância acadêmica ainda é fraca a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, não objetivando mudanças significativas nos conteúdos ministrados, na concepção de pesquisa e na relação com as demandas da sociedade. Existe, entretanto, uma grande possibilidade de repercussão social das temáticas desenvolvidas, havendo a preocupação das mesmas contribuírem para a inserção política da população mais carente, criando tecnologias apropriadas para a utilização da população envolvida no programa;

- quanto à viabilidade institucional do Programa, há dificuldade na elaboração técnica do projeto onde os mecanismos de operacionalização propostos não são bem definidos, ocasionando problemas na implantação, execução e avaliação das ações, o que demonstra a necessidade de um maior assessoramento por parte do Comitê Assessor junto as IES dessa região. Dos oito projetos elaborados, dois foram refeitos pois não conseguiram alcançar os objetivos propostos, e um estava sem detalhamento nas especificações;

- o compromisso institucional é outro fator considerado frágil na análise dos projetos. A relação dos Programas/Projetos com o Plano Global da IES da região norte não pôde ser detectado

nas ações da Linha 1 como também não houve aprovação nas instâncias de deliberação acadêmica dos projetos apresentados para financiamento, caracterizando uma descontinuidade e um privilegiamento em ações pontuais e localizadas. Com relação à Linha 2, por necessitar de uma anuência das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, observa-se um maior comprometimento com as ações de extensão nas IES;

- ao confrontar os temas dos projetos com o que se pede em cada linha de ação observa-se que, com relação à Linha 1, há um destaque para as ações de capacitação de recursos humanos com ênfase na área de educação para a saúde. A articulação com a pesquisa e o ensino se coloca na produção de tecnologias alternativas e no tratamento do lixo urbano enquanto o assessoramento técnico-administrativo se dá via Programa de Apoio a Reforma Urbana (PARU) e Associações de Bairros. Por outro lado, não se registram ações relacionadas ao estágio curricular, cultura e arte e educação infantil, aspectos também ressaltados nesta linha de financiamento. É visível a predominância de atividades de extensão sob a forma de cursos, o que denota a falta de alternativas pedagógicas para a democratização do conhecimento produzido nas IES públicas e a predominância de atividades voltadas à prestação de serviços;

- com relação à Linha 2, houve, também, uma concentração no aspecto de capacitação de recursos humanos na área do Ensino Fundamental, Educação Especial e Indígena. A relação com a pesquisa aparece na medida em que existe a preocupação em organizar Banco de Dados com informações acerca da Região Amazônica e do Ensino Fundamental. A cooperação técnica na produção de material didático e a realização de práticas pedagógicas, visando o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem, foram citados em alguns projetos mas não se apresenta como um tema de destaque. Observa-se que há um esforço de todas as IES públicas da região no sentido de redefinir suas ações dentro da nova política defendida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, o que é reconhecido pelo próprio Comitê Assessor ao possibilitar a reformulação dos Programas/Projetos que não se enquadravam nas normas estabelecidas.

Região Nordeste:

- os programas apresentados pela região nordeste, na sua grande maioria, demonstram uma maior organicidade entre as ações de extensão, ensino e pesquisa, maior presença interdisciplinar, uma predominância de programas/projetos elaborados de acordo com as normas do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), havendo, entretanto, uma diferença qualitativa

entre os apresentados pelas IES federais e os elaborados pelas IES estaduais _ que representam um percentual bastante significativo na região _, reforçando a necessidade de se estabelecerem mecanismos de assessoramento às IES mais frágeis, fato já observado na região norte;

- quanto à relevância social, a maioria dos Programas/Projetos apresentados possibilita a participação mais efetiva dos parceiros externos, pela própria sistemática de produção e difusão de tecnologias apropriadas à região, principalmente nas áreas de habitação, agricultura e educação, além de se voltar para o atendimento a problemas sociais, como é o caso dos “meninos de rua”;

- com relação ao compromisso institucional, nove (9) IES não requereram a aprovação dos seus Programas/Projetos nas instâncias de deliberação acadêmica das suas instituições, apesar de apenas quatro (4) não guardarem uma vinculação mais orgânica com o plano global das universidades, o que no cômputo geral aponta para a existência de grande parte de ações com garantia de continuidade;

- ao confrontar os temas de cada Programa/Projeto com as prioridades das Linhas de Ação para o financiamento, pode-se detectar que grande parte das ações da Linha 1 se volta para ações que poderiam ser classificadas como prestação de serviços (fato já detectado nos questionários que serviram de base para elaboração do Perfil da Extensão) e que podem levar, caso não haja efetivos mecanismos de acompanhamento e avaliação, a uma incorporação de ações de responsabilidade dos governos, como por exemplo: atendimento a população carente em bairros, aos “meninos de rua”, oferecimento de reforço escolar para crianças de escolas públicas etc. Por outro lado, é visível a preocupação com a educação ambiental, através do incentivo à arborização das cidades e com as atividades culturais e artísticas;

- os estágios curriculares considerados, dentro da política de extensão universitária, instrumentos para uma intervenção mais efetiva e eficaz na sociedade não receberam a devida atenção nos Programas/Projetos apresentados para o ano de 1995, ficando bastante priorizadas as atividades relacionadas a capacitação de recursos humanos;

- com relação aos programas/projetos da Linha 2, a capacitação de recursos humanos se constituiu na prioridade quase absoluta, com ênfase na educação de jovens e adultos, em disciplinas do curso fundamental, principalmente Ciências e Matemática e em cursos para técnicos e dirigentes municipais. Os outros aspectos relacionados, como a cooperação técnica na produção de material didático e para a implantação de currículos e metodologias, ficaram bem abaixo dos apresentados para a capacitação de recursos hu-

manos, demonstrando que a necessidade maior apontada pelos sistemas de ensino ainda é a qualificação dos seus quadros;

- é importante salientar que apenas duas instituições tiveram seus pedidos de financiamento negados por não se enquadrarem nas normas do PROEXTE, havendo um aproveitamento quase total das solicitações.

Região Centro-Oeste

A análise dos Programas/Projetos apresentados por essa região demonstra que é visível a dificuldade encontrada pelas IES municipais, estaduais e algumas federais, criadas mais recentemente, na elaboração e desenvolvimento de programas e projetos que estejam de acordo com as políticas de extensão traçadas para o conjunto das universidades brasileiras e com as normas requeridas para a aprovação dos mesmos pelo Comitê Assessor. A maioria dos Programas/Projetos se torna inviável por não conseguir compatibilizar seus objetivos com os mecanismos de operacionalização propostos, levando a uma indefinição nas etapas de implantação, execução e avaliação dos mesmos.

Ninguém questiona a relevância social dos temas propostos mas, sim, a forma de desenvolver a participação da população nos projetos que se dá de forma precária, na maioria das IES dessa região, o que dificulta a possibilidade de criação, desenvolvimento e difusão de tecnologias apropriadas a este público-alvo e parceiro. Quanto à relevância acadêmica é gritante a desarticulação entre ensino, pesquisa e extensão com raras exceções, e a pouca participação da comunidade acadêmica nas atividades de extensão, o que já havia sido observado no documento que trata sobre o Perfil da Extensão Universitária.

Os Programas/Projetos que se enquadram na Linha 1 possuem uma destinação voltada à produção rural, saúde e educação ambiental, sinalizando para uma interdisciplinaridade bastante positiva ao incorporar várias áreas de conhecimento dentro do mesmo *locus* de atuação. Por outro lado, as ações previstas para a Linha 2 seguem a tendência das outras regiões em priorizar a capacitação de recursos humanos na área de educação fundamental, com ênfase nas disciplinas de Ciências e Matemática.

Região Sudeste

A região sudeste caracteriza-se por concentrar o maior número de IES do País, tendo apresentado 53 Programas/Projetos que obtiveram a aprovação pelo Comitê Assessor de Extensão. É importante ressaltar que, mesmo com tão alto índice de participação, seus Programas/Projetos

demonstraram, com raras exceções, uma total incorporação das diretrizes políticas que definem a concepção de extensão universitária, desde 1987.

Tomando por referência os indicadores de avaliação constantes no documento da Convocatória/1995 e que sintetizam o perfil das ações, neste setor, observa-se que:

- com relação à relevância acadêmica, todos os Programas/Projetos definiram temas globalizantes e organicamente articulados com o ensino e a pesquisa, levando a uma inter-relação com os conteúdos das disciplinas dos diferentes cursos ministrados nas IES, reforçando assim a interdisciplinaridade. A forma e o grau de inserção dos componentes da comunidade acadêmica foi bastante significativa, ressaltando-se algumas ações específicas, que, pela própria natureza, não necessitava de grande número de docentes, discentes e técnicos, como as desenvolvidas pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que visava formar monitores de saúde do Parque Indígena Xingu; a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) com atendimento a diabéticos; a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), com estudos sobre cooperativismo e a Universidade de Taubaté (UNITAU), com apoio a assentamentos de agricultores;

- quanto à relevância social, é inquestionável a contribuição dos Programas/Projetos para a organização da população, havendo, entretanto, alguns "deslizes históricos" como o aspecto assistencial existente nas ações desenvolvidas pela FMTM com relação aos diabéticos _ talvez por ser uma faculdade de medicina onde o atendimento assistencial é uma constante _, e as ações relativas a treinamento sobre cooperativismo, a cargo da UNIMONTES, no Programa, não se percebe a possibilidade de uma aprendizagem visando à inserção político/social e cultural da população excluída;

- com relação à viabilidade dos programas institucionais, quatro (4) IES tiveram que reformular seus Programas/Projetos, especificando melhor os objetivos e fazendo uma compatibilização com os mecanismos propostos para o seu desenvolvimento; a uma (1) proposta foi negado apoio financeiro por não ter sido considerada a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no trabalho com idosos, e outra não se enquadrava, posto que pretendia criar um curso de graduação;

- o compromisso institucional para com os Programas/Projetos se constituiu em um aspecto determinante no fortalecimento das ações, visando à garantia de continuidade para a população parceira e beneficiária. A maioria dos Programas/Projetos obtiveram a aprovação nas instâncias acadêmicas de suas IES de origem;

- ao confrontar os temas/assuntos das propostas de extensão com as linhas de financia-

mento, observa-se que não houve grandes modificações ao se comparar com resultados de outras regiões já analisadas. Na Linha 1, a capacitação de recursos humanos se deu nas áreas de educação para a saúde e educação ambiental; o assessoramento técnico foi realizado em parceria com a população rural, através dos assentamentos, e com a administração pública; os estágios se restringiram aos serviços de saúde; a cultura e a arte se fizeram presentes através de oficinas de treinamento de atores, na preservação da cultura popular e na valorização de artistas locais;

- com relação à Linha 2, a atualização de professores constituiu-se na prioridade das ações, especialmente nas disciplinas que compõem o currículo básico do ensino fundamental e nos conteúdos de ciências e matemática, o que demonstra uma necessidade de rever os cursos de licenciaturas ofertados pelas IES públicas, já que é uma deficiência constatada em todo o país.

Região Sul

A região sul apresenta uma situação peculiar quando se compara com as outras regiões do país - a predominância de IES públicas não estatais (profissionais e comunitárias), significando maior participação com Programas/Projetos para a Linha 2 de financiamento do PROEXTE, já que existe a possibilidade de alocação de verbas do FNDE, nas IES com estas características.

Dentro dos critérios avaliativos utilizados pelo Comitê Assessor, a região sul apresenta o seguinte perfil:

- existe uma preocupação em apresentar propostas globalizantes e organicamente articuladas ao ensino e a pesquisa dentro das demandas formuladas pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, consolidadas através da integração entre várias universidades da mesma região (Programa Interinstitucional), contribuindo para o fortalecimento de ações inter e multidisciplinares voltadas às peculiaridades de cada local. Percebe-se, também, uma participação efetiva dos diversos sujeitos da comunidade acadêmica nas ações propostas, indicando sua relevância acadêmica;

- a repercussão social das temáticas se efetiva na medida em que as ações se voltam, prioritariamente, para a capacitação de recursos humanos em educação, saúde e meio ambiente e para o assentamento de trabalhadores rurais, contribuindo para a inserção política, econômica e social da população-alvo e parceira.

- a compatibilidade entre os objetivos do Programa e os mecanismos de operacionalização propostos, bem como a definição clara das etapas de implantação, execução e avaliação, indicam a viabilidade das ações propostas. Apenas

uma (1) IES teve seu Programa devolvido para reelaboração, e outra não obteve financiamento, por não se enquadrar nos objetivos do PROEXTE;

- é importante ressaltar que todas os Programas enviados ao Comitê Assessor de Extensão já haviam obtido aprovação nas instâncias deliberativas acadêmicas das IES de origem, apresentando uma relação orgânica com o Plano de Trabalho Global das mesmas o que garante o caráter processual das ações propostas.

A análise aqui realizada aponta para algumas contradições existentes entre o discurso elaborado sobre extensão universitária e a prática desenvolvida nas IES. Novamente, o destaque foi para a prestação de serviços, que, apesar de negada, se constitui, ainda hoje, na forma mais comum de atividades de extensão que se materializa através de cursos, consultorias, eventos e palestras, dificultando a vinculação processual-orgânica da extensão com a estrutura curricular dos cursos ministrados e com a pesquisa realizada nas universidades.

Outra contradição visível é a que trata das parcerias consolidadas que, no discurso, aponta para o privilegiamento aos movimentos sociais, e a prática indica serem as Instituições Governamentais as mais atendidas. Isso se explica na medida em que as linhas de financiamento para Programas de Extensão, principalmente em 1995, incorporaram recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, cuja destinação se limita ao ensino fundamental e à educação especial a cargo das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios .

Além das contradições existentes, a análise aponta, também, para alguns avanços conseguidos como, por exemplo:

- a predominância de Programas/Projetos elaborados com melhor organização interna, dentro da nova concepção de extensão universitária e de acordo com as normas elaboradas pelo Comitê Assessor;
- a legitimidade da maioria das ações de extensão que assumem uma dimensão institucional após passar pela avaliação das instâncias acadêmicas nas IES de origem, deixando de ser ações individualizadas;
- o cumprimento dos prazos pela maioria das IES com elaboração de relatórios que, apesar de não obedecerem a um modelo comum, retratam como estão se desenvolvendo as ações;
- a grande maioria dos Programas com componentes inter e multidisciplinares marcantes e os estágios servindo de retroalimentação para o ensino e a pesquisa;
- a priorização de um *locus* comum de atuação, viabilizando uma concentração de ações de caráter permanente.

Enfim, percebe-se que, em que pese às inúmeras contradições e a algumas modificações pontuais já existe, no interior das universidades, um

processo de construção de uma hegemonia, entendida como transformação cultural, ou melhor, como conquista de uma consciência superior que possibilita compreender a razão de certos fatos que determinam, historicamente, as relações sociais vigentes. Essa transformação cultural não se dá de maneira espontânea, nem de forma homogênea, necessitando de um trabalho intenso de articulação, organização e de construção de alianças.

Se hoje a possibilidade mais viável de intervenção da universidade pública e da própria extensão universitária é a realização de ações globalizantes e organicamente articuladas através de Programas/projetos elaborados por organismos governamentais, que se fortaleçam estratégias e mecanismos de luta para que as ações desenvolvidas pelas IES sirvam para instrumentalizar o processo da *praxis* onde a extensão universitária seja o próprio ensino e a pesquisa desenvolvidos dentro de uma concepção político-metodológica que privilegie as necessidades da maioria da população numa perspectiva do movimento ação-reflexão-ação através do confronto com as situações concretas.

N • O • T • A • S

* Este artigo sintetiza algumas questões analisadas na tese de doutorado intitulada **Extensão Universitária: novo paradigma de universidade?** defendida por mim, em maio de 1996, através do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹ GARRAFA, V. (org.). **Extensão: a universidade construindo saber e cidadania: Relatório de Atividades: 1987/1988.** Brasília/DF. Editora UnB, 1989. p. 109.

² ROCHA, Ronai Pires da. O mal estar na extensão universitária. Texto apresentado no III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, 1989. p.22

³ MANFRÓI, Waldomiro Carlos. comentário sobre a Conferência Inaugural Integração Ensino, Pesquisa e Extensão. VIII Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 1990.

⁴ BOTOMÉ, Sílvia Paulo. Extensão universitária no Brasil: a administração de um equívoco. São Carlos/SP, Universidade Federal de São Carlos, 1992. p.144.

⁵ BAIBICH, Tânia Maria. Perfil nacional da extensão universitária nas universidades públicas brasileiras. In: Caderno de Extensão, Curitiba/PR, UFPR, Ano 1, n.1, out., 1995, p. 5.